

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVIII - N.º 4 / 2017

21 de fevereiro de 2017



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 21 de fevereiro de 2017

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL

3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 8 de fevereiro de 2017

	Página
Moção	7
Votos de Pesar	7
Atas das reuniões da Câmara Municipal de Odivelas	8
3.ª Alteração Orçamental de 2017, 3.ª Modificação Orçamental	9
Consolidação de mobilidades intercarreiras e intercategorias	10
Cessação dos procedimentos concursais comuns - categoria de encarregado operacional e categoria de coordenador técnico	10
Emissão de parecer prévio vinculativo favorável à renovação do contrato de prestação de serviços	10
Emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração de um contrato de prestação de serviços	10
Desafetação do domínio público para integrar o domínio privado municipal, de parcela de terreno, com a área de 5.390 m2, sita na Quinta do Segulim, Famões	10
Abertura de concurso público internacional para a aquisição de serviços de manutenção de diversos espaços verdes no Concelho de Odivelas	10
Alteração das peças do procedimento para o fornecimento de gás natural comprimido - SIMAR	11
Retificação ao Tarifário 2017 - Outros Serviços/Resíduos Urbanos - SIMAR	11
Reforço do cabimento - Pagamento da fatura n.º ZF2 460038/3549, referente ao mês de dezembro de 2016 - prestação de serviços da Empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. - Grupo Águas de Portugal,	11
Autorização da despesa relativa à prestação de serviços de recolha e tratamento de efluentes, efetuada pela Empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo,	12
Proposta de alteração dos limites da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul de Odivelas	12
Denúncia do protocolo celebrado entre o Município de Odivelas e a Empresa Perfect4Every1, Lda. - Gabinete de Apoio à Internacionalização	12
Celebração de protocolo entre o Município de Odivelas e a empresa InoDev - Serviços de Inovação e Desenvolvimento Empresarial, Lda. - Gabinete de Apoio à Internacionalização	12
Protocolo de colaboração entre o Município de Odivelas e o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL)	15
Protocolo de cooperação entre o Município de Odivelas e o Millennium BCP	18
Venda da habitação municipal no Bairro Gulbenkian, em Odivelas	19
Cedência de transporte municipal	19
Aceitação de patrocínio	19
Alvará de licença de loteamento n.º 2/2011/DRU - União de Freguesias de Ramada e Caneças	20
Alteração ao alvará de loteamento n.º 11/96, inserido no Bairro dos CTT, Arroiteias, Vale Covo, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, para o lote 1A43	20



	Página
Alteração ao alvará de loteamento n.º 11/96, inserido no Bairro dos CTT, Arrozeiras, Vale Covo, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, do lote 2A33	20
Indeferimento do pedido de redução da caução prestada para garantir a adequada execução das obras de urbanização do alvará 03/2011, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	20
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 232, da Rua Armindo de Stau Monteiro, no Bairro das Granjas Novas, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	20
UNIDADES ORGÂNICAS	
Despachos	21
Decisões com Eficácia Externa	22
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
2.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 9 de fevereiro de 2017	
Moções	35
Votos de Pesar	35
Voto de Condenação	36
Voto de Repúdio	37
Recomendação	37
Voto de Saudação	37
Abertura do procedimento concursal para o cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau - Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral da Câmara Municipal de Odivelas	37
Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e suas Normas de Liquidação e Cobrança do Município de Odivelas	38
Passagem dos pontos 3 e 4 para a próxima Sessão da Assembleia Municipal	38
3.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 16 de fevereiro de 2017	
Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste, novo Acordo Parassocial	39
Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas	41
Nomeação de um representante da Assembleia Municipal para integrar o Júri da 5.ª Edição do Prémio de Municipal de Arquitetura de Odivelas	42
Procedimento por Concurso Público para a Aquisição de Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança em Instalações de Administração Direta e Indireta do Município de Odivelas - Agrupamento de Entidades”	42
Regulamento Municipal do Prémio de Distinção Empresarial	42
Desafetação do domínio público para integrar o domínio privado municipal, de parcela de terreno, com a área de 5.390 m2, sita na Quinta do Segulim, Famões	42
Retificação ao Tarifário 2017 - Outros Serviços/Resíduos Urbanos - SIMAR	43
Passagem dos pontos 8 e 9 para a próxima Sessão da Assembleia Municipal	43
ANEXOS:	45
Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e suas Normas de Liquidação e Cobrança do Município de Odivelas	
Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas	
Regulamento Municipal do Prémio de Distinção Empresarial	



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 8 de fevereiro de 2017

DELIBERAÇÕES

MOÇÃO

CONTRA A DISCRIMINAÇÃO NOS PREÇOS DOS TRANSPORTES PÚBLICOS

“No dia 1 de Fevereiro de 2017, coincidindo com o início da gestão da Carris pela Câmara Municipal de Lisboa, o Governo decidiu que a Carris, a CP e o Metropolitano de Lisboa passavam a oferecer um desconto de 60%, a todos os maiores de 65 anos, mas apenas dentro da Cidade de Lisboa, bem como a isenção para todas as crianças até aos 12 anos, na rede Carris e Metro, deixando de fora a CP e a Rodoviária.

Esta redução vem repor os descontos aos maiores de 65 anos, injustamente eliminados em 2011 pelo Governo PSD/CDS. Contudo, não nos parece aceitável que esse desconto seja limitado à Cidade de Lisboa, discriminando todos os utilizadores que nestes transportes circulam para fora da cidade, pois a operação da Carris e do Metro extravasa os respectivos limites, estendendo-se a concelhos limítrofes como é o caso de Odivelas.

Cremos que será incompreensível que um reformado de 65 anos de Odivelas que deseje utilizar o Metropolitano não tenha acesso aos descontos de 60% para o passe Navegante que utiliza, mas esse desconto seja garantido aos reformados da cidade de Lisboa.

Da mesma forma, dificilmente se compreenderá que uma criança até aos 12 anos de Famões ou Caneças tenha que pagar o passe até chegar à rede de carris ou do metro e só aí lhe seja garantido um passe gratuito.

O anúncio público de que as isenções e descontos a efectuar só na Carris e no Metro venham a ser suportadas pelo Orçamento de Estado reforça toda esta nossa incompreensão.

Neste sentido, a **Câmara Municipal da Odivelas, reunida na 3ª reunião ordinária de 2017, delibera:**

- a) Valorizar a discriminação positiva na aquisição de títulos por parte das crianças até aos 12 anos bem como a concretização de uma política de redução de preços para os utentes com mais de 65 anos;
- b) Reivindicar que a discriminação positiva referida na alínea anterior, se universalize a todos os utentes na Área Metropolitana de Lisboa nas redes da CP, Metro, Carris, Rodoviária e outros operadores.”

(Apresentado pela CDU e aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 10 de fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

VOTOS DE PESAR

FALECIMENTO DE AMÂNDIO DE CARVALHO

“Nascido no Montijo a 10 de Março de 1937, Amândio de Carvalho cedo ligou a sua vida à prática desportiva. Tendo sido praticante de ténis de mesa, basquetebol e futebol, Amândio de Carvalho veio a destacar-se enquanto dirigente desportivo numa longa carreira que tem o seu início em 1970 enquanto vice-presidente da Associação de Futebol de Setúbal, cargo que exerceu até 1983. Nesse mesmo ano vem a assumir o cargo de vice-presidente da Federação Portuguesa de Futebol, tendo a responsabilidade de liderar as selecções nacionais nas fases finais do campeonato europeu de 1984 e campeonato mundial em 1986.

Dois anos após o regresso à Associação de Futebol de Setúbal, 1989, Amândio de Carvalho é eleito Presidente daquela associação, cargo que desempenha até 1998, ano em que regressa à sua casa de sempre, a FPF, para exercer o cargo de Vice-Presidente Administrativo com a responsabilidade das selecções principais, funções em que lidera as participações de Portugal nas fases finais do Campeonato da Europa de 2008 e Campeonato do Mundo de 2010.

Figura incontornável do dirigismo federativo nas últimas décadas, Amândio de Carvalho inscreve o seu nome na galeria de notáveis que estiveram ligados à evolução do futebol de selecções em Portugal, tendo por isso sido distinguido com o Grau de Comendador da Ordem de



Dom Henrique, pela Presidência da Republica, em Setembro de 2011 e mais tarde tornado membro honorário da Federação Portuguesa de Futebol.

Assim:

A Câmara Municipal de Odivelas, reunida em 08 de fevereiro de 2017, delibera aprovar este voto de pesar pelo falecimento de Amândio de Carvalho, endereçando-o à Federação Portuguesa de Futebol, e as sentidas condolências à família.”

(Apresentado pelo PS e aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 10 de fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

FALECIMENTO DO BOMBEIRO CHEFE JORGE PEREIRA

“O Chefe Jorge António Coelho do Amaral Pereira nasceu em Lisboa a 21 de agosto de 1970. Ingressou na Associação dos Bombeiros Voluntários de Odivelas em 10 de agosto de 1985 com o Posto de Cadete.

Ao longo dos seus 31 anos de serviço percorreu todos os postos do quadro ativo até que a 1 de junho de 2002 foi promovido a Chefe.

Desde a sua entrada no Corpo de Bombeiros foi sempre um grande impulsionador e Instrutor da Fanfarra da Associação e, a partir de 2 de abril de 1997, passou a acumular as funções de Chefe da Fanfarra.

Operacional íntegro, leal, rigoroso e disciplinado soube, sempre com elevado sentido de dever, identificar, avaliar, decidir ou recomendar em tempo oportuno, as soluções mais adequadas às diversas e, na maior parte das vezes, complexas situações que se lhe depararam.

Dos imensos e inestimáveis serviços que prestou à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odivelas e ao País destaca-se a sua presença nos grandes incêndios do Chiado em 25 agosto de 1988 e na Serra de Carenque em 1988, o salvamento de uma idosa num incêndio em janeiro de 1992, o salvamento de vítima num desabamento na Ramada e a intervenção nos incêndios florestais de 2003, 2005 e 2013.

Homem com uma insaciável vontade de saber participou em inúmeras formações e cursos técnicos nas mais diversas áreas.

Com o falecimento abrupto do Chefe Jorge Pereira no passado dia 30 de Janeiro, vítima de doença prolongada, vem a Câmara Municipal de Odivelas por este meio endereçar a toda a sua família, amigos mais próximos e bombeiros, as suas mais profundas condolências por esta vossa/nossa inestimável perda.”

(Apresentado pelo PS e aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 10 de fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

ATAS

ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 4.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 25 fevereiro de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 25 de fevereiro de 2015)

ATA DA 1.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 1.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 3 de março de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 3 de março de 2015)

ATA DA 6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 6.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 30 de março de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 30 de março 2015)



**ATA DA 7.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 7.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 8 de abril de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 8 de abril 2015)

**ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 9.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 6 de maio de 2015.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 6 de maio de 2015)

**ATA DA 22.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 22.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 16 de novembro de 2016.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 16 de novembro de 2016)

ATIVIDADE FINANCEIRA

**3.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL
3.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 2017**

3.ª Alteração Orçamental de 2017, 3.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2017/1314, de 2017.02.02 e que farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na referida informação.

A 3.ª Alteração Orçamental de 2017 encontra-se devidamente calendarizada e reproduz a necessidade de ajustamentos (reforços e anulações) de algumas rubricas dos serviços municipais, imprescindíveis ao seu normal funcionamento.

Esta modificação, deveu-se também ao facto da alteração da classificação económica das receitas e despesas públicas constante do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, às autarquias locais pelo SATAPOCAL.

De entre os vários movimentos de reforço, destaque para:

-No Departamento Obras Municipais, Habitação e Transportes:

O valor de 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil euros), referente ao projeto “Remodelação e Ampliação da Escola dos Castanheiros em Caneças”.

-No Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente:

No projeto “Promoção Cultural Lusófona”, o valor de 97.000,00€ (noventa e sete mil euros).

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 362.884,13 Euros (trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta e quatro euros e treze centavos), verificando-se um aumento das despesas correntes no valor de 176.290,00 Euros (cento e setenta e seis mil, duzentos e noventa euros), por contrapartida de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa

Quadro Síntese

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	207.884,13	31.594,13
Total de Despesas Capital	155.000,00	331.290,00
Total Geral	362.884,13	362.884,13

(un:euros)

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Receita totaliza 40,00 Euros (quarenta euros), verificando-se uma manutenção das receitas de capital e das receitas correntes, conforme quadro seguinte:

Modificação Receita

Quadro Síntese

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	40,00	40,00
Total de Despesas Capital	0,00	0,00
Total Geral	40,00	40,00

(un:euros)**

(Aprovado por maioria)



RECURSOS HUMANOS

MOBILIDADES INTERCARREIRAS E INTERCATEGORIAS CONSOLIDAÇÃO

Consolidação de mobilidades intercarreiras e intercategorias referentes a 65 trabalhadores pertencentes ao Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal, que reúnem todas as condições exigidas pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas em vigor, de acordo com a Proposta n.º 1/PRES/2017, de 2017.02.01 e seus anexos (mapas 1 e 2), nos quais constam os nomes dos trabalhadores acima mencionados.

(Aprovado por unanimidade)

CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS

Cessação dos procedimentos concursais comuns para ocupação de 5 postos de trabalho na categoria de Encarregado Operacional e 3 postos de trabalho na categoria de Coordenador Técnico, na área da educação (pessoal não docente), do Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal, sendo que as autorizações para os referidos procedimentos foram aprovadas em 2010, em sede de reunião de Câmara Municipal e suspensos, em 2011, por despacho da então Presidente de Câmara Municipal, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/1233, datada de 2017.01.31.

(Aprovado por unanimidade)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO

Emissão de parecer prévio vinculativo favorável à renovação do contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, celebrado com Cátia Marina Santos Cruz, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/941, de 2017.01.25.

(Aprovado por unanimidade)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, com Mário Paulo Cardoso Paeta, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/1355, de 2017.02.02.

(Aprovado por unanimidade)

DESAFETAÇÃO

PARCELA DE TERRENO DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE SAÚDE

Desafetação do domínio público para integrar o domínio privado municipal, de parcela de terreno, com a área de 5.390 m², sita na Quinta do Segulim, Famões, confrontando a norte com lotes privados e domínio público (Prct.ª José Manuel dos Santos Correia), a sul com o domínio público (espaços verdes), a nascente com o domínio público (Alameda Silva Porto), e a poente com propriedade municipal (remanescente da parcela “B”). Parcela de terreno a desafetar da parcela “B” (com a área total de 12.581 m²) e destinada à construção do Centro de Saúde de Famões. De acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/1220, de 2017.01.31.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por unanimidade)

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES MUNICIPAIS

Abertura de concurso público internacional para a aquisição de serviços de manutenção de diversos espaços verdes no Concelho de Odivelas, respetivas peças do procedimento (programa de concurso, caderno de encargos e mapas com as zonas de manutenção), preço base (constante no art.º 11 do programa de concurso) e constituição do júri do procedimento, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/1244, de 2017.02.01.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)



SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO PARA O FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO CONCURSO PÚBLICO 2/2017

Na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), em 27 de janeiro de 2017, na sua 58.ª reunião ordinária, foi remetido à Câmara Municipal de Odivelas através do ofício S/2596/2017 de 2017.01.30 a Proposta 36/2017, para eliminação da menção: “radial/diâmetro”, dos pontos 7.3, 7.3.1 e 7.3.2 do Programa de Concurso 2/2017, alterando as peças do procedimento para o fornecimento de gás natural comprimido, dividido em dois lotes. A autorização para o início do procedimento concursal mencionado foi deliberado na 1.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 11 de janeiro de 2017, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 2 de 2017*, página 13).

Esta alteração prende-se com o facto de estar estipulado no ponto 7.3 do programa de concurso que as propostas têm de ser apresentadas em “distância em metros (radial/diâmetro) e coordenadas”, contrariando a condição imposta no ponto 7.3.3.1 daquela peça de procedimentos. O júri do concurso considera que essa distância não corresponde da melhor forma com o objetivo pretendido no ponto 11 do Programa de Concurso, como critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, uma vez que a distância em metros radiais fica aquém da distância real a percorrer por qualquer viatura, resultando num impacto maior no consumo de combustível/GNC e por conseguinte a alteração dos custos financeiros e ambientais, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/1271, de 2017.02.01.

(Aprovado por unanimidade)

PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO AO TARIFÁRIO 2017 “OUTROS SERVIÇOS/RESÍDUOS URBANOS” PROCESSO 4/DM/2017

Na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), em 27 de janeiro de 2017, na sua 58.ª reunião ordinária, foi remetido à Câmara Municipal de Odivelas através do ofício S/2829/2017 de 2017.01.30 a Proposta 26/2017, referente à retificação ao Tarifário 2017 – Outros Serviços/Resíduos Urbanos. O Tarifário de 2017 foi deliberado na 2.ª reunião extraordinária da Câmara

Municipal de Odivelas, realizada em 26 de outubro de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016*, página 19), e na 17.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada em 10 de novembro de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 22 de 2016*, página 36). Foi verificado pelos serviços a existência de incorreções no tarifário para 2017 no campo “Outros Serviços – Resíduos Urbanos e Lavagem”.

A incorreção diz respeito à omissão dos dados na parte relativa à “Cedência de Contentores para eventos”, devido a uma migração mal sucedida dos dados informáticos em formato *Excel* para a versão final em *pdf*, o que originou a referida omissão. Propondo-se a substituição da página 11 do “Tarifário para 2017” pela redação correta, nos conceitos e preços referentes à “Cedência de contentores para eventos” e “Outros Serviços de Remoção de Resíduos Urbanos e Lavagem”, de acordo com o constante na Informação Interno/2017/1300, de 2017.02.01.

Este assunto carece de Deliberação em Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)

“ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO”

PAGAMENTO DA FATURA N.º ZF2 460038/3549, REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2016

Reforço do cabimento no valor de 375.211,49 € (trezentos e setenta e cinco mil, duzentos e onze euros e quarenta e nove centavos, na sequência da autorização da despesa aprovada na 4.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 24 de fevereiro de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 4 de 2016*, página 13), para efeitos de pagamento da fatura n.º ZF2 460038/3549, referente ao mês de dezembro de 2016, no valor de 411.974,25 € (quatrocentos e onze mil, novecentos e setenta e quatro euros e vinte e cinco centavos) da Empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. – Grupo Águas de Portugal, de acordo com o proposto na informação n.º interno/2017/1127, de 2017.01.30.

(Aprovado por unanimidade)



**CABIMENTO E COMPROMISSO ANUAL PARA 2017
DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA EMPRESA
“ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO”**

Autorização da despesa relativa à prestação de serviços de recolha e tratamento de efluentes, efetuada pela Empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, no valor estimado para o ano de 2017 de € 4.755.835,92, (quatro milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco euros e noventa e dois cêntimos), de acordo com o proposto na informação n.º interno/2017/1141, de 2017.01.30.

(Aprovado por unanimidade)

VERTENTE SUL DE ODIVELAS

**REDELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA ÁREA DE
REABILITAÇÃO URBANA DA VERTENTE SUL DE ODIVELAS**

Proposta de alteração dos limites da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul de Odivelas. A presente proposta de alteração consiste na retificação da área a abranger com a inclusão do Bairro Menino de Deus e acertos de cartografia, cadastro e conformidade com as alterações dos limites administrativos em vigor publicados na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2016, de acordo com o proposto na informação n.º 11/GPE/EPRUAC/11, de 2017.01.24.

Este assunto carece de Deliberação em Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)

GABINETE DE APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO

**DENÚNCIA DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E
A EMPRESA PERFECT4EVERY1 LDA.**

Denúncia do protocolo celebrado entre o Município de Odivelas e a Empresa Perfect4Every1, Lda., para a criação do Gabinete de Apoio à Internacionalização, deliberado na 6.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de março de 2014 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 7 de 2014*, página 7), de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/757, de 2017.01.19.

(Aprovado por unanimidade)

**CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE
O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E A EMPRESA INODEV – SERVIÇOS
DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, LDA.**

Celebração de protocolo entre o Município de Odivelas e a empresa InoDev – Serviços de Inovação e Desenvolvimento Empresarial, Lda.. O presente protocolo tem como objeto a definição dos termos de cooperação na dinamização e promoção da exportação e internacionalização do tecido empresarial do concelho de Odivelas, de modo a assegurar às empresas locais, um meio eficaz de prestação de informação, tendo em vista o melhoramento das funções de apoio à internacionalização e à exportação que a autarquia tem vindo a manter na esfera empresarial local, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/757, de 2017.01.19.

“Protocolo de colaboração

Município de Odivelas
e
InoDev – Serviços de Inovação e
Desenvolvimento Empresarial, Lda

Considerando:

- As competências que são cometidas à Câmara Municipal de Odivelas ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;

- Que, nos termos do disposto na alínea ff) do n.º 1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, faz parte das atribuições municipais promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;

- Que, o Município de Odivelas pretende promover o desenvolvimento local através do apoio à criação de redes de empresários instalados no Concelho para efeitos da divulgação dos produtos/serviços das suas empresas no exterior;

- Que o Gabinete de Apoio à Internacionalização, serviço criado pelo Município de Odivelas no âmbito da Divisão de Licenciamento, Atividades Económicas e Projetos Comparticipados, constitui um polo de apoio ao desenvolvimento de projetos empresariais nas várias fases da maturidade das empresas, com especial relevância no apoio à internacionalização e a exportação das empresas do Concelho com essa vocação;

- Que a InoDev – Serviços de Inovação e Desenvolvimento Empresariais, é uma empresa com uma larga experiência de apoio a empresas e empresários no



âmbito da inovação, da exportação e da internacionalização,

É celebrado, de livre vontade e boa-fé, o presente Protocolo de Cooperação e Colaboração, entre:

O Município do Odivelas, pessoa coletiva n.º 504293125, com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, 2675-372 Odivelas, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, doravante designado apenas por Município,

E

A InoDev – Serviços de Inovação e Desenvolvimento Empresarial, Lda, pessoa coletiva n.º 509965326, com sede na Rua da Moita Macedo, n.º 25, 2080-222 Almeirim, representado pelo sócio-gerente Pedro Miguel de Azevedo Coutinho Teixeira da Costa, residente em Cascais na Av.ª do Ultramar, 15, 1.º E/F/G, 2750-506, NIF 110131746, portador do Cartão de Cidadão 6537320, e adiante designada apenas como InoDev.

O qual se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.

Cláusula 1.ª
(Objeto)

O presente protocolo tem como objeto a definição dos termos de cooperação entre o Município e a InoDev na dinamização e promoção da exportação e internacionalização do tecido empresarial do Concelho de Odivelas.

Cláusula 2.ª
(Âmbito)

1. No âmbito de um quadro de colaboração entre os dois outorgantes, o Gabinete de Apoio à Internacionalização tem como missão:

- Identificar potenciais empresas e empresários locais com perspetivas de iniciar um processo de internacionalização ou de exportação;
- Criar e promover a monitorização de um canal de proximidade, no que diz respeito à intermediação de informação sobre prospeção e apoio no arranque da atividade internacional de empresas em quem seja identificado potencial de internacionalização ou de exportação;
- Fomentar sinergias, mediante o estabelecimento de contatos e parcerias com entidades e organismos com valor relacional, que facilite a inserção global dessas mesmas empresas nos diferentes mercados exteriores;

d) Realizar workshops e palestras com temáticas relacionadas com a operacionalização da internacionalização /exportação, dirigidos a empresas;

e) Desenvolver estudos de caracterização e estabelecer indicadores sobre a potencialidade dos agentes económicos locais para o impulso da internacionalização ou da exportação.

2. A InoDev assegurará o apoio técnico ao Gabinete de Apoio à Internacionalização nas seguintes vertentes:

- Informativa – vertente que tem como âmbito a divulgação de informações relevantes em matéria de exportação e internacionalização e como destinatários as empresas e empresários locais;
- Diagnóstico individual – vertente de análise preliminar do potencial de exportação e/ou internacionalização das empresas locais que a requeiram.

Cláusula 3.ª
(Deveres do Município)

1. O Município disponibilizará à InoDev um espaço físico em instalações municipais para que a segunda outorgante possa realizar reuniões com os empresários locais, condicionado ao agendamento prévio de acordo com a disponibilidade logística.

2. O Município compromete-se a fazer a divulgação da parceria com a InoDev no âmbito do Gabinete de Apoio à Internacionalização, através da sua página oficial na internet, bem como nas publicações e divulgações oficiais ou por quaisquer outros meios que se mostrem pertinentes para a divulgação deste protocolo e deste serviço junto do tecido empresarial local.

3. O Município compromete-se a realizar o reconhecimento *in loco* do tecido empresarial local e da sua capacidade e potencialidade de internacionalização ou de exportação.

Cláusula 4.ª
(Deveres da InoDev)

1. A InoDev compromete-se em fazer um pré-diagnóstico do potencial de exportação e/ou internacionalização das empresas identificadas pelo Município, dentro do âmbito e objetivos de cada uma dessas empresas.

2. A InoDev obrigará-se a entregar ao Município, com uma periodicidade bimensal, uma listagem sumária dos pré-diagnósticos efetuados e do resultado das reuniões realizadas.

2. A InoDev fica obrigada a colaborar na realização de, pelo menos, duas sessões de esclarecimento anuais sobre a temática da exportação e da internacionalização, sobre a



temática da inovação ou outra que seja do interesse dos empresários de Odivelas.

3. A InoDev compromete-se a efetuar duas reuniões quinzenais com empresas ou empresários do Município de Odivelas, no âmbito do presente protocolo, num dia a acordar e com o prazo de aviso de uma semana, desde que previamente haja interessados na sua realização.

Cláusula 5.^a
(Deveres de colaboração)

O Município e a InoDev, comprometem-se a:

1. Trocar entre si, de forma continuada, informação útil à execução deste protocolo de colaboração, nomeadamente, elementos estatísticos sobre os contactos realizados no Gabinete de Apoio à Internacionalização e o *follow-up* dos diagnósticos realizados às empresas.

2. Indicar os seus interlocutores, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento e execução do presente protocolo de colaboração.

3. Autorizar que ambas as partes possam publicitar a existência e os termos do presente protocolo de colaboração.

4. Reunir periodicamente para análise conjunta da implementação e resultados do projeto, sendo que deverão ter a periodicidade mínima obrigatória de dois em dois meses.

Cláusula 6.^a
(Obrigações financeiras)

1. A InoDev compromete-se a desenvolver, sobre a forma pró-bono, as obrigações que assumiu nos termos da cláusula 4.º, no âmbito do presente protocolo.

2. O Município é alheio a todos os compromissos financeiros que se possam surgir entre a InoDev e terceiros no âmbito da execução do presente protocolo.

3. A InoDev obriga-se a informar previamente às empresas e empresários todas as obrigações financeiras que decorram da instrução do processo de internacionalização e de exportação.

Cláusula 7.^a
(Confidencialidade)

As partes comprometem-se a conservar e a não utilizar as informações obtidas no âmbito do presente protocolo com outros fins que não sejam para a prossecução do mesmo.

Cláusula 8.^a
(Denúncia)

Qualquer uma das partes, poderá, a todo o tempo, denunciar o presente protocolo, mediante comunicação por escrito, através de carta registada com aviso de receção, com antecedência mínima de 10 dias, onde sejam expressos os motivos da denúncia.

Cláusula 9.^a
(Vigência do Protocolo)

O presente protocolo entra em vigor após publicação no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões do Município, e tem a duração de 1 ano, com renovação automática desde que nenhuma das partes manifeste oposição.

Cláusula 10.^a
(Casos omissos e interpretação)

Os casos omissos e eventuais conflitos emergentes da interpretação do presente protocolo serão resolvidos por comum acordo.

Cláusula 11.^a
(Foro competente)

As partes acordam dirimir eventuais conflitos emergentes da execução do presente protocolo ao foro do Julgado de Paz de Odivelas.

O presente protocolo é feito em dois exemplares, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes.

Odivelas, ____ de _____ de 2017,

O Presidente da Câmara de Odivelas

(Dr. Hugo Martins)

O Representante da InoDev

(Dr. Pedro Miguel de Azevedo Coutinho
Teixeira da Costa)''

(Aprovado por unanimidade)



PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO

CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E O INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA

Protocolo de colaboração entre o Município de Odivelas e o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL). Pelo presente protocolo é estabelecida uma parceria entre os dois outorgantes no âmbito da análise sonora em ambiente urbano, designadamente para o desenvolvimento do Projeto FI-Sonic – Monitorização de Ruído em Contínuo e Análise de Eventos Sonoros, sob a forma de projeto-piloto, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/775, de 2017.01.20.

“Protocolo de Colaboração

Entre:

O Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, ISEL, pessoa coletiva 600 016 234, com sede na Rua Conselheiro Emídio Navarro, 1, 1959-007 Lisboa, representado neste ato pelo Senhor Presidente do ISEL, Professor Doutor Jorge Alberto Mendes de Sousa, na qualidade de primeiro outorgante, doravante designado por ISEL,

e

O Município de Odivelas, MO, pessoa coletiva número 504 293 125, com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, 2675-372 Odivelas, representado neste ato pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas (CMO), Doutor Hugo Martins, na qualidade de segundo outorgante, doravante designado por MO.

Considerando o enquadramento infra e o elevado interesse no estabelecimento de relações de cooperação e de intercâmbio entre o ISEL e a CMO, por forma a potenciar e complementar as suas competências em prol da comunidade no âmbito da temática do ruído ambiente é celebrado o presente Protocolo, que define os termos de colaboração entre os outorgantes, para o desenvolvimento do Projeto FI-Sonic – Monitorização de Ruído em Contínuo e Análise de Eventos Sonoros, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA Enquadramento

As questões relacionadas com o ruído ambiente são suscetíveis de criar situações de incomodidade nas populações expostas. Com efeito, níveis sonoros excessivos podem provocar estados de fadiga que, em

muitas situações, conduzem a doenças profundas do foro psicológico e fisiológico. A Organização Mundial de Saúde identificou o ruído como a segunda maior causa ambiental de problemas de saúde, logo após a poluição atmosférica, e um relatório da Agência Europeia do Ambiente afirma que a exposição ao ruído excessivo, designadamente com origem no tráfego rodoviário, afetará cerca de 125 milhões de pessoas na Europa e causará, pelo menos, 10 000 mortes prematuras por ano.

Considerando as projeções que indicam um aumento muito substancial da demografia mundial nas cidades, é expectável a degradação da situação atualmente existente. De facto, prevê-se que mais de 90% da população estará concentrada nos grandes centros urbanos no ano de 2050.

Desta forma, o conceito de Cidades Inteligentes (*Smart Cities*) está a ganhar cada vez maior importância no panorama mundial. A Europa, seguindo os planos de ação contínua de modernização tecnológica e social, no esforço em melhorar o conforto e bem-estar das populações dentro das cidades, e querendo colocar-se numa posição de liderança mundial neste assunto, irá disponibilizar, sensivelmente até ao ano de 2020, verbas avultadas para a investigação, desenvolvimento e implementação de infraestruturas economicamente viáveis capazes de suportar a interligação, comunicação, gestão e decisão entre todos os agentes envolvidos.

Neste âmbito será desenvolvido o Projeto FI-Sonic – Monitorização de Ruído em Contínuo e Análise de Eventos Sonoros, o qual se compatibiliza com o conceito das Cidades inteligentes (*Smart Cities*), implementando uma abordagem de desenvolvimento sustentável tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Este projeto de investigação integra um conjunto de estações de aquisição, processamento e análise de som distribuídas numa malha de interesse no que respeita à gestão territorial, sendo ligadas em rede e supervisionadas numa central de processamento e análise de dados localizada remotamente. Deste modo, o ambiente sonoro pode ser monitorizado em contínuo e em tempo real, permitindo uma fácil perceção da situação do ruído atual e ao longo do tempo. Da mesma forma, utilizando sistemas inteligentes e dispositivos de captação de som multidirecional, através de microfones multicanal, os eventos sonoros podem ser identificados.

Desta forma, é necessária a realização de instalações piloto em ambiente real, de forma a validar e aferir os diferentes módulos constituintes do sistema, nomeadamente, a realização de testes em ambiente urbano.

Este projeto enquadra-se também na Diretiva 2002/49/EC de 25 de junho relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, transposta para a ordem jurídica interna, através do Decreto-Lei n.º 146/2006, onde se



estabelece um compromisso da União Europeia por um ambiente sonoro mais saudável. No âmbito deste quadro legal, define-se a obrigatoriedade do desenvolvimento de mapas de ruído e da consciencialização e disponibilização de informação às populações sobre os dados de avaliação do ruído e das decisões preconizadas neste contexto.

Esta legislação considera os mapas de ruído como meios privilegiados de diagnóstico para avaliação de incomodidade das populações relativamente ao ruído; como ferramentas para o planeamento urbano, com especial incidência na vertente da mobilidade; e como instrumentos para a elaboração de planos de redução de ruído.

Nos termos da referida Diretiva, o MO enquadra-se na definição de aglomeração (tem mais de 100 000 habitantes e uma densidade populacional superior a 2500 habitantes/Km²) e consequentemente no Decreto-Lei n.º 146/2006 de 31 de julho, pelo que se encontra sujeito à elaboração do Mapa Estratégico de Ruído e do respetivo Plano de Ação.

A questão associada ao ruído representa, assim, para a CMO enorme relevância, encontrando-se espelhada na Política de Ambiente do Município como área estratégica de atuação para a mitigação do impacto do ruído e melhoria das condições de vida dos munícipes.

Neste contexto, a CMO desenvolve e continuará a desenvolver um esforço diário no sentido de minimizar, na maior extensão possível, os impactes associados às emissões de ruído, dentro das limitações tecnológicas e financeiras, com recurso à implementação de Mapas Estratégicos de Ruído e implementação de sistemas de monitorização e procedimentos capazes de melhorar as tomadas de ação nas medidas mitigadoras da poluição sonora e informação às populações.

O sistema FI-Sonic permitirá a obtenção de informação sobre o ambiente acústico e os resultados obtidos constituirão um apoio na validação dos mapas estratégicos de ruído, podendo contribuir para a identificação das fontes sonoras mais relevantes responsáveis pela ultrapassagem dos níveis sonoros em locais problemáticos. Desta forma, poderão, de futuro, definir-se planos de ação estratégica mais concertados e otimizados, quer logisticamente, quer em termos de custos de execução.

É neste contexto que surge a presente proposta de parceria institucional com o ISEL, que visa dotar a CMO de instrumentos de monitorização e análise, relativamente ao ambiente sonoro urbano, em consonância com o estado da arte do conhecimento atual e as tecnologias mais avançadas disponíveis.

CLÁUSULA SEGUNDA Abrangência

O ISEL e o MO procurarão estabelecer e desenvolver relações de cooperação e de intercâmbio nos domínios do técnico e científico, da investigação, da formação profissional e da prestação de serviços à comunidade, em áreas de interesse comum ou complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA Âmbito da colaboração

É estabelecida uma parceria entre os dois outorgantes no âmbito da análise sonora em ambiente urbano, designadamente para o desenvolvimento do Projeto FI-Sonic – Monitorização de Ruído em Contínuo e Análise de Eventos Sonoros, sob a forma de projeto-piloto.

O projeto FI-Sonic integra um conjunto de estações de aquisição, processamento e análise de som distribuídas numa malha de interesse no que respeita à gestão territorial, sendo ligadas em rede e supervisionadas numa central de processamento e análise de dados localizada remotamente. Desse modo, o ambiente sonoro pode ser monitorizado em contínuo e em tempo real permitindo uma fácil perceção da situação do ruído atual e ao longo do tempo. Da mesma forma, utilizando sistemas inteligentes e dispositivos de captação de som multidirecional, através de microfones multicanal, os eventos sonoros podem ser identificados.

O sistema FI-Sonic disponibiliza igualmente informação que pode ser utilizada em conjunto com os mapas de ruído permitindo a sua atualização dinâmica nas zonas objeto de monitorização, com a possibilidade de os dados poderem ser disponibilizados às entidades gestoras ou às populações, através de página web concebida para o efeito. O sistema FI-Sonic pode ser considerado como um meio auxiliar de ajuda à atualização periódica dos mapas de ruído.

CLÁUSULA QUARTA Equipa e organização

1. A equipa de trabalho é multidisciplinar e constituída por professores e investigadores do ISEL e do Instituto Superior Técnico, com o apoio da empresa ETConcept, uma *startup* na área das telecomunicações e eletrónica.

2. A execução dos trabalhos, pelo ISEL, é realizada através do Laboratório de Áudio e Acústica, LAA, e do Centro de Estudos e Desenvolvimento de Eletrónica e Telecomunicações, CEDET, sob a responsabilidade do Professor Joel Paulo.

CLÁUSULA QUINTA Objetivos

Os trabalhos a executar no âmbito do presente protocolo compreendem um conjunto de ações consideradas de



interesse tanto para a CMO, como para o ISEL, designadamente:

1. Realizar instalações piloto através de um conjunto de estações de monitorização de som em contínuo e em tempo real *Smart Sound Station*, unidades S3, desenvolvidas em colaboração com a empresa ET-Concept, no sentido de se avaliar o ambiente sonoro no município;
2. Apoiar atividades relacionadas com o sistema de monitorização de som, nomeadamente, o desenvolvimento de um portal informativo para apresentação de dados;
3. Desenvolvimento de sistemas, que confirmam capacidades de localização e identificação de fontes sonoras;
4. Apoiar ações de formação;
5. Realizar estudos de desenvolvimento e investigação;
6. Implementar protótipos;
7. Cooperação científica e técnica.

CLÁUSULA SEXTA

Obrigações da CMO para o desenvolvimento do projeto

Pelo presente protocolo a CMO obriga-se a:

1. Disponibilizar equipa de trabalho/ técnicos para o acompanhamento do projeto;
2. Analisar conjuntamente com o ISEL os locais de instalação das estações de monitorização de som, de acordo com as diversas opções que se considerarem pertinentes analisar, do ponto de vista do ruído ambiente;
3. Apoiar as atividades relacionadas com a instalação piloto através de um conjunto de estações de monitorização de som em contínuo e em tempo real;
4. Providenciar a acessibilidade no fornecimento de energia elétrica necessária para as estações;
5. Prestar apoio logístico e operacional para a instalação das estações;
6. Garantir as comunicações *Wireless* para a transmissão de dados (preferencialmente tecnologia LTE 4G);
7. Obter a permissão das entidades competentes para a instalação das estações, caso necessário;
8. Apoiar as atividades relacionadas com o sistema FI-Sonic, nomeadamente, o portal informativo *online* e para apresentação de dados, quer para os gestores do sistema quer para a população em geral;

9. Obter/ promover o envolvimento de outros parceiros que venham a ser considerados pertinentes para o desenvolvimento do projeto;

CLÁUSULA SÉTIMA

Obrigações do ISEL para o desenvolvimento do projeto

Pelo presente protocolo o ISEL obriga-se a:

1. Disponibilizar equipa de trabalho para o desenvolvimento do projeto;
2. Analisar conjuntamente com a CMO os locais de instalação das estações de monitorização de som, de acordo com as diversas opções que se considerarem pertinentes analisar, do ponto de vista do ruído ambiente;
3. Proceder à instalação de estações-piloto de aquisição e processamento de som na área geográfica do concelho de Odivelas;
4. Aplicar algoritmos inteligentes eficientes para análise de sinais de áudio;
5. Criar algoritmos e módulos de *software* para apresentação de resultados relativos aos eventos sonoros e distribuição de ruído;
6. Desenvolver as atividades relacionadas com o sistema FI-Sonic, nomeadamente, o portal informativo *online* para apresentação de dados, quer para os gestores do sistema, quer para a população em geral;
7. Obter/ promover o envolvimento de outros parceiros que venham a ser considerados pertinentes para o desenvolvimento do projeto.

CLÁUSULA OITAVA

Omissões

Os aspetos omissos no presente Protocolo serão apreciados, isolada e pontualmente por uma comissão paritária, cujos elementos serão indicados pelo Presidente do ISEL e pelo Presidente da CMO.

CLÁUSULA NONA

Execução

Os outorgantes comprometem-se na execução do presente Protocolo, a respeitar as disposições legais e a dar preferência às disposições estatutárias de cada instituição.

CLÁUSULA DÉCIMA

Duração e denúncia

1. O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e tem a duração de um ano, renovando-se automaticamente, por iguais períodos.



2. A denúncia deve ser feita por qualquer das partes, por escrito, num prazo não inferior a três meses, sem prejuízo do cumprimento na íntegra das ações que estiverem a ser realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
Omissões e questões emergentes

As omissões e questões emergentes do presente Protocolo serão solucionadas conjuntamente entre os outorgantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente Protocolo é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante, possui todas as suas folhas rubricadas e vai ser assinado.

Odivelas, fevereiro de 2017

Pelo 1.º Outorgante

O Presidente do Instituto Superior de Engenharia de
Lisboa

Professor Doutor Jorge Alberto Mendes de Sousa

Pelo 2.º Outorgante

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas

Doutor Hugo Martins”

(Aprovado por unanimidade)

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE
O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E O MILLENNIUM BCP

Protocolo de cooperação entre o Município de Odivelas e o Millennium BCP, com o objetivo de estabelecer os princípios de cooperação mútua dos outorgantes, com vista à identificação, apoio e desenvolvimento de projetos de criação de micro empresas e autoemprego, apoio técnico na formalização das candidaturas e realizar ações de sensibilização/divulgação/formação, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/394, de 2017.01.12.

“Acordo de Cooperação pelo Empreendedorismo
entre
Millennium bcp
e
Município de Odivelas

Considerando a necessidade de se criarem as condições favoráveis para uma mais activa participação do

MillenniumBcp nas preocupações e estratégias das políticas num futuro próximo, que deverão passar pelo reforço das suas parcerias com os sectores da juventude, educação, emprego e economia, devendo vir a subscrever Acordos de Cooperação partilhada com estes sectores.

Entre o Banco Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta, com sede na Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto, com o Capital Social de 4.094.235.361,88 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, com o número único de matrícula e de identificação fiscal 501 525 882, adiante também designado por Millennium bcp microcrédito, representado por João Lancastre Freitas de Fezas Vital, Diretor, doravante designado por primeiro outorgante, e o Município de Odivelas, pessoa coletiva n.º 504293125, com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, 2675-372 Odivelas, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Manuel dos Santos Martins, doravante designado por segundo outorgante, é celebrado o presente Acordo de Cooperação pelo Empreendedorismo, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª
(Objecto)

O presente Acordo, tem por objecto estabelecer os princípios de cooperação mútua dos outorgantes, com vista à identificação, apoio e desenvolvimento de projectos de criação de micro-empresas e auto-emprego.

CLÁUSULA 2ª
(Actividades)

Os outorgantes, através das suas actividades procuram identificar, estimular e apoiar a capacidade de iniciativa e a vocação empreendedora, com vista à criação de micro-empresas ou auto-emprego. Dessas actividades destacam-se, designadamente:

- a) Sensibilização para o empreendedorismo;
- b) Acções de formação junto de potenciais promotores de projectos de criação de micro-empresas e auto-emprego;
- c) Apoio técnico à formalização das candidaturas ao financiamento;
- d) Acompanhamento na fase de lançamento e consolidação das iniciativas.

CLÁUSULA 3ª
(Modalidades de Cooperação)

O presente acordo visa a cooperação entre o primeiro e o segundo outorgante, com vista ao desenvolvimento das actividades descritas na cláusula anterior que assegurem a criação de micro-empresas e auto-empregos, com recurso ao microcrédito, a conceder a cidadãos sujeitos situações



de exclusão económica e/ou social com ideias de negócios viáveis.

CLÁUSULA 4ª
(Obrigações do Primeiro Outorgante)

Compete ao primeiro outorgante a aprovação ou recusa das operações obrigando-se a:

a) Analisar e apoiar os empreendedores, cujos projectos de criação de micro-empresas ou auto-emprego sejam considerados viáveis, de forma expedita e tendo em atenção as seguintes condições:

i. Montante máximo do crédito a conceder por empreendedor no valor de 25.000 Euros e mínimo de 1.000 Euros;

ii. Reembolso do crédito, em prestações mensais, por prazo não superior a 48 meses para montantes até 7.000 Euros e por prazo não superior a 60 meses para montantes superiores a 7.000 Euros;

b) Promover acções de sensibilização junto de potenciais promotores de projectos de criação de micro-empresas e auto-emprego;

c) Fazer os possíveis por analisar no prazo de 30 dias seguidos após a recepção dos formulários devidamente preenchidos, as candidaturas à concessão de microcrédito;

CLÁUSULA 5ª
(Confidencialidade)

O segundo outorgante e seus colaboradores obrigam-se, por tempo indeterminado, a guardar absoluto sigilo sobre todos os factos de que tenham conhecimento relativos a propostas de operações submetidas ao primeiro outorgante no âmbito deste Acordo de Cooperação.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 6ª
(Denúncia)

A qualquer momento qualquer das partes pode denunciar o presente Acordo mediante comunicação escrita dirigida à contraparte com uma antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA 7ª
(Vigência)

O presente Acordo entrará em vigor no dia seguinte ao da assinatura do Acordo de Cooperação, sendo válido por dois anos, sem prejuízo de poder ser renovado por períodos de um ano, dependendo a sua avaliação do acordo das partes, sendo feito em duplicado e ficando um exemplar em poder de cada um deles.

Odivelas, xxx de 2017

Representante do Millennium
bcp microcrédito

(João Lancaster Freitas de
Fezas Vital)

O Presidente da Câmara
Municipal de Odivelas

(Hugo Manuel dos Santos
Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

HABITAÇÃO

VENDA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL

Venda da habitação municipal sita na Avenida Professor Augusto Abreu Lopes, n.º 56, 1º Esq., Bairro Gulbenkian, em Odivelas, pelo preço de € 23.609,00 (vinte e três mil, seiscentos e nove euros) a Susana Cátia Fernandes Duarte, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/341, de 2017.01.-11.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL

Cedência de transporte municipal à Igreja Baptista da Ramada, no dia 25 de junho de 2017, para deslocação à praia fluvial Olhos de Água, em Alcanena, no âmbito de atividades desta entidade com a comunidade juvenil do Concelho de Odivelas, com um custo total de €178,44 (cento e setenta e oito euros e quarenta e quatro centavos), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/1257, de 2016.02.01.

(Aprovado por unanimidade)

ACEITAÇÃO DE PATROCÍNIOS

Ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, exarado, dia 2017.02.01, na etapa 7 do edoc/2017/6368, a autorizar a aceitação de patrocínio da empresa “Espigas de Odivelas”, num valor estimado em €1.300,00 (mil e trezentos euros), com IVA incluído, para a cedência graciosa, ao Município de Odivelas, de impressão em suporte papel, para divulgação de iniciativas no âmbito das comemorações do 20.º Aniversário da Biblioteca D. Dinis e do 10.º Aniversário do Centro de Exposições de Odivelas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/1293, de 2017.02.01.

(Aprovado por unanimidade)



PROCESSOS PARTICULARES

ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/2011/DRU RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTÓRIA, REDUÇÃO DE CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS PROCESSO N.º 1733/LO

De acordo com a informação técnica n.º 142/RO/DRRU/ DGOU/2016, de 6 de janeiro de 2017, constante a folhas 2158 a 2160 do processo n.º 1733/LO, e de acordo com o constante e proposto na informação n.º 1733/LO, de 2017.01.17, é proposto:

- A homologação do auto de vistoria constante a folhas 2151 a 2157 e anexos constante a folhas 2141 a 2150 do processo;

- A receção provisória das obras de urbanização relativas ao alvará de licença de loteamento n.º 2/2011/DRU, em nome de COUTEZE – Construtora Unida de Tomar e Zêzere;

- A redução do valor da caução ao abrigo do n.º 4 e 5 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro na redação atual, nos termos propostos na informação técnica n.º 142/RO/DRRU/DGOU/2016.

(Aprovado por unanimidade)

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 11/96 DO LOTE 1A43, BAIRRO DOS CTT, ARROTEIAS, VALE COVO-UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS PROCESSO N.º 28211/U

Alteração ao alvará de loteamento n.º 11/96, inserido no Bairro dos CTT, Arroiteias, Vale Covo, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, para o lote 1A43, em nome de Fernando Guterres de Sousa Dias. A proposta de alteração consiste na alteração dos parâmetros urbanísticos descritos na informação técnica e dizem respeito à alteração das especificações do lote 1A43, de forma a enquadrar a legalização da construção existente no lote. É proposto o aumento da área de implantação em mais 40,16m², o aumento da área de construção habitacional em 85,35 m², nas condições constantes na informação técnica n.º URB/2015/5613, de 4 de janeiro de 2017 e de acordo com o proposto na informação dos serviços com o n.º 05/APV/2017, de 2017.01.10, constante a folhas 1413 do processo.

(Aprovado por unanimidade)

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 11/96 DO LOTE 2A33, BAIRRO DOS CTT, ARROTEIAS, VALE COVO- UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS PROCESSO N.º 28211/U

Alteração ao alvará de loteamento n.º 11/96, inserido no Bairro dos CTT, Arroiteias, Vale Covo, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, do lote 2A33, em nome de Américo Jorge Fernandes. A proposta de alteração consiste na alteração dos parâmetros urbanísticos descritos na informação técnica e dizem respeito à alteração das especificações do lote 2A33, de forma a enquadrar a legalização da construção existente no lote. É proposto a redução da área de implantação em menos 5,40 m² e o aumento da área de construção habitacional em 15,30 m², nas condições constantes na informação técnica n.º URB/2016/412, de 4 de janeiro de 2017, e de acordo com o proposto na informação n.º 04/APV/2017, de 2017.01.06 e constante a folhas 1409 do processo.

(Aprovado por unanimidade)

INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE REDUÇÃO DE CAUÇÃO PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 03/2011, PEDREIRA DOS PEDERNAIS UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS PROCESSO N.º 8971/LO

Na sequência do pedido formulado através do requerimento registado como urbanismo 2016/38159 de 8 de julho, para redução da caução prestada através de garantia bancária, destinada a garantir a adequada execução das obras de urbanização relativas ao alvará de licença de loteamento n.º 03/2011, emitido em nome de José Baltazar & Filhos e localizado na Pedreira dos Pedernais, na Ramada, de acordo com o constante na informação n.º 10/APV/2017, de 2017.01.25, é proposto:

- O indeferimento do pedido de redução da caução prestada para garantir a adequada execução das obras de urbanização do alvará 03/2011;

- A garantia bancária n.º 96200488004034 emitida pelo Banco Santander Totta, deverá manter-se no valor de €398.229,34 (trezentos e noventa e oito mil duzentos e vinte e nove euros e trinta e quatro centimos).

(Aprovado por unanimidade)

SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS BAIRRO GRANJAS NOVAS, LOTE 232 ALVARÁ N.º 1/2000

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 232, da Rua Armindo de Stau Monteiro, no Bairro das Granjas Novas, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, pelo depósito caução n.º 10304 de 2017.01.20,



do Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de €544,69 (quinhentos e quarenta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos), em nome de António Ferreira Tavares de Castro, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, referentes ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de loteamento n.º 1/2000, de 31 de janeiro para o lote em causa, de acordo com o proposto na informação n.º 10.2017, de 25.01.2017.

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 06/PRES/2017

Assunto: Designação de Cláudia Susana Albuquerque da Costa Peixoto, como Responsável pelas áreas de Apoio ao Cidadão, Informação ao Consumidor e Modernização Administrativa do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa

Considerando:

1. O artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro que estabelece que *“a organização, e funcionamento dos serviços da administração autárquica, devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado...”*;
2. As atribuições do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa, constante do artigo 26.º da Estrutura Orgânica Flexível da CMO;
3. Que o exercício de funções de responsável das referidas áreas, exige alguém que possua conhecimentos adequados e experiência profissional consolidada, de modo a assegurar a melhoria qualitativa e quantitativa do serviço prestado.

Nestes termos, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designo, Cláudia Susana Albuquerque da Costa Peixoto, Técnica Superior do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, como Responsável pelas áreas de Apoio ao Cidadão, Informação ao Consumidor e Modernização Administrativa do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 10 de fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



DESPACHO N.º 07/PRES/2017

Assunto: Tolerância de ponto – Dia de Carnaval – 28 de fevereiro 2017

Considerando a tradição existente no sentido da concessão de tolerância de ponto nos serviços públicos na Terça-feira de Carnaval, venho, nos termos da competência que me é atribuída pela al. a), do n.º 2, do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, diploma que aprovou o novo regime jurídico das autarquias locais, determinar que seja concedida tolerância de ponto aos trabalhadores municipais no próximo dia 28 de fevereiro de 2017.

Ficam excecionados do disposto no presente Despacho os serviços que, atenta a imprescindibilidade do seu funcionamento, não possam dispensar os seus trabalhadores, caso em que os mesmos usufruirão da referida dispensa em momento posterior, a acordar com o respetivo superior hierárquico.

Solicito, a todos os serviços que prestam atendimento ao público, que procedam à divulgação deste despacho, afixando-o nas respetivas portas, para que o mesmo seja do conhecimento antecipado dos munícipes.

Odivelas, 13 de fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO

Listagem dos despachos efetuados pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins, em processos de operações urbanísticas, durante o mês de janeiro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/1911, de 2017.02.16:

Processo n.º 26777/ANT

Nome: Júlio Oliveira e Outro

Assunto: Vistoria ao abrigo do artigo 1415º do Código Civil, DL n.º 47344 de 25 nov. 1966 – Constituição de Propriedade Horizontal

Local: Rua Vitor Cordon, n.º 3 – Quinta do Silvado - Odivelas

Data de despacho: 11.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Homologo o Auto de Vistoria

Processo n.º 33/2016/D/OVP

Nome: NOS Comunicações, S. A.

Assunto: Cancelamento de Caução – Nos Comunicações S.A

Local: Largo da República - Odivelas

Data de despacho: 11.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Cancele-se a caução

Processo n.º 397/2016/D/V

Nome: Associação Infantil e Juvenil - O Nosso Recreio

Assunto: Vistoria para verificação de acessibilidades ao abrigo do Dec. Lei n.º 163/2016, de 8 agosto

Local: Avenida Miguel Torga, n.º 12 A e 12 B - Odivelas

Data de despacho: 24.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Homologo o Auto de Vistoria

Listagem dos despachos efetuados pelo Vereador da Câmara Municipal de Odivelas, Paulo César Teixeira, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 105/PRES/2015, de 27 de outubro, durante o mês de janeiro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/1891, de 2017.02.16:

Processo n.º 5104/OP

Nome: Construções Ladel, Lda.

Assunto: Licença Administrativa – n.º 2do art.º 4 do Dec-Lei m.º 555/99 na sua nova redação

Local: Urbanização Jardim das Amoreiras, lote 21 – Ramada

Data de despacho: 05.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovo as alterações

Processo n.º 205/2016/OP/GI

Nome: Fernando Jorge Silva Ferreira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Silves – Lote 300 – Bº Casal de S. Sebastião – Famões

Data de despacho: 05.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovo o projeto de arquitetura



Processo n.º 502/2015/OP/GI
Nome: José Diniz de Oliveira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Quinta da Silveira, lote 588 – B. Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 09.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovo o projeto de arquitetura

Processo n.º 307/2016/OP/GI
Nome: Tânia Cláudia Pereira Pinto
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Vasco Santana – Lote 93 – Quinta da Condessa – Pontinha
Data de despacho: 09.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovo o projeto de arquitetura

Processo n.º 327/2016/OP/GI
Nome: Associação de Moradores Bº Trigache Sul
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Santo António – Lote 8 – Bº Trigache Sul – Famões
Data de despacho: 09.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 324/2016/OP/GI
Nome: Artur Julio
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Liberdade – Lote 101 – Bº Casal da Perdigueira – Pontinha
Data de despacho: 09.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 131/2016/OP/GI
Nome: Maria da Conceição Teixeira Esteves
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Faustino Freitas, lote 14 – nº4 – Bº das Comendadeiras – Famões
Data de despacho: 09.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 314/2016/OP/GI
Nome: José Fernando Gonçalves Branco
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Augusto Amaral, Lote 116 – B. Sol Nascente – Pontinha
Data de despacho: 09.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovo o projeto de arquitetura

Processo n.º 322/2016/OP/GI
Nome: Mário Francisco Mariano
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Oeste – Lote 285 – Bº Casal do Rato – Pontinha
Data de despacho: 09.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovo o projeto de arquitetura

Processo n.º 320/2016/OP/GI
Nome: Carlos Alberto Silva Gameiro e Outras
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua João de Barros – Lote 133 – Bº Alto de Famões – Famões
Data de despacho: 09.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 160/2016/OP/GI
Nome: Francisco Gaio Pitacas
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua 24 de junho – Lote 115 – Bairro Casal do Rato – Pontinha
Data de despacho: 09.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 309/2015/OP/GI
Nome: José António Pereira Veríssimo
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua D. José – Lote 186 – Pedernais
Data de despacho: 09.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Declaro a cessação e a extinção do procedimento

Processo n.º 424/2016/D/OVP
Nome: EDP Distribuição – Energia SA
Assunto: Outras Operações Urbanísticas – art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 dezembro na sua atual redação
Local: Rua Paulo Renato, lote 1060 – Bº Casal Novo – UF da Pontinha e Famões
Data de despacho: 10.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Defiro o pedido de licença

Processo n.º 445/2015/D/OVP
Nome: Patrícia Alexandre Brandão Santos
Assunto: Pedido de Libertação de Caução
Local: Rua Povos de Alpiarça, lote 3 – Bairro Castelo Poente – UF de Ramada e Caneças
Data de despacho: 10.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a libertação de Caução

Processo n.º 13913/CP/OP/GI
Nome: Carvalho e Amílcar Soc. Construções, Lda.
Assunto: Comunicação prévia – art.º 34º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro
Local: Rua do Girassol, lote 238 – Bº do Girassol – UF de Ramada e Caneças
Data de despacho: 10.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Determino a declaração de caducidade do embargo e o respetivo levantamento

Processo n.º 328/2016/OP/GI
Nome: Maria Albertina Mota Gaspar Portela
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Liberdade, lote 3 – Quinta das Canoas – Pontinha
Data de despacho: 11.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura



Processo n.º 340/2016/OP/GI

Nome: António Rodrigues Construções Unipessoal, Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Peso da Régua, Lote 214 – São Sebastião – Famões

Data de despacho: 11.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 418/2015/OP/GI

Nome: Manuel Rosário Antunes

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua João de Barros, lote 126 – Bº Alto de Famões – Pontinha

Data de despacho: 11.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Declaro a cessação dos efeitos da comunicação prévia e a extinção do procedimento

Processo n.º 65/2016/OP/GI

Nome: José Serralha Oliveira

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua 19 junho, lote 72 – Bairro Sol Nascente – Famões

Data de despacho: 11.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 378/2016/OP

Nome: António Manuel Jorge Alves

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Estrada Lugar D' Além – Caneças

Data de despacho: 12.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 111/2016/OP/GI

Nome: José Pedro Dias

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras Ou

Local: Rua 14 de dezembro, n.º 4 – B. Casal do Rato – Pontinha

Data de despacho: 12.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 359/2016/OP/GI

Nome: Manuel Mendonça Rodrigues Serrano

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Natália Correia – Lote 223 – bairro da Milharada – Pontinha

Data de despacho: 12.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 319/2016/OP/GI

Nome: Maria Ani Ferreira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Dórsio Gomes, Lote 308 – B. Girassol – Ramada

Data de despacho: 12.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 354/2016/OP/GI

Nome: Mário Jorge

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras Ou

Local: Rua Mira Sol, Lote 819 – Casal da Silveira - Famões

Data de despacho: 12.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 344/2016/OP/GI

Nome: Maria Delfina Bernardo Xisto Carvalho

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Duque de Saldanha – Lote 11 – Bairro Casal das Queimadas à Quinta das Dálias – Famões

Data de despacho: 12.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado

Processo n.º 154/2016/OP/GI

Nome: Dolorosa Maria Pereira Alfaiate Neto

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Setúbal – Lote 417 – Bº Vale Grande - Pontinha

Data de despacho: 12.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 135/2016/OP/GI

Nome: Francisco Joaquim Moreira Guedes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Prata – lote 30 – Bairro do Girassol - Ramada

Data de despacho: 12.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 135/2016/OP/GI

Nome: Francisco Joaquim Moreira Guedes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Data de despacho: 12.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 325/2016/OP/GI

Nome: Joaquim André Sarrasqueira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua das Fontainhas – Lote 66 – Bº das Fontainhas – Famões

Data de despacho: 13.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 363/2016/OP/GI

Nome: Laurinda Dias

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Alfredo Dinis, lote 248 – Bº do Girassol – Ramada

Data de despacho: 13.01.2017

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura



Processo n.º 254/2016/OP/GI
Nome: Bruno Edgar Delgado Nogueira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Cidade de Ovar, Lote 398 – Casal S. Sebastião – Famões
Data de despacho: 13.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 373/2016/OP/GI
Nome: Patrícia Alexandra de Magalhães Domingos Coelho dos Santos
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Adriano Correia de Oliveira – Lote 65 – Bº Trigache Norte - Famões
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 498/2016/D/OVP
Nome: Ricardo Alexandre e Antunes, Lda.
Assunto: Outras Operações Urbanísticas – art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 dezembro na sua atual redação
Local: Praceta Bernardino de Almeida, Urb. Colinas do Cruzeiro – Zona 3 – Lote 12 – Odíveas
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferido o pedido de licença

Processo n.º 502/2016/D/OVP
Nome: Proarba – Energia e Telecomunicações, Lda.
Assunto: Outras Operações Urbanísticas – art.º 18º do DL n.º 555/99 de 16 dezembro na sua atual redação
Local: Urb. Colinas do Cruzeiro- Zona 3 – Lote 12 - Odíveas
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Defiro o pedido de licença

Processo n.º @140/2016
Nome: Olsan – Sociedade Imobiliária Lisbonense, Lda.
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Avenida Clementina Carneiro Moura, Lotes 39 e 40 - Odíveas
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Homologo o auto de vistoria e defiro o pedido de autorização de utilização

Processo n.º 255/2016/OP/GI
Nome: Daciano Duarte Rodrigues Rocha
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua 25 de Agosto, lote 20 – Bº Casal dos Bons Dias – Ramada
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 255/2016/OP/GI
Nome: Daciano Duarte Rodrigues Rocha
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua 25 de Agosto, lote 20 – Bº Casal dos bons Dias – Ramada
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 370/2016/OP/GI
Nome: Maria Lucília Marques da Costa Monteiro
Assunto: Licenciamento de obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Liberdade, lote 92 – bairro Casal da Perdigueira – Pontinha
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 365/2016/OP/GI
Nome: Fernando Esteves
Assunto: Licenciamento de obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Bonfim – Lote 244 – Bairro Casal do Bispo – Famões
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 246/2016/OP/GI
Nome: José Francisco Ferreira e Filhos Lda.
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Luísa Neto Jorge, lote 142 – Bº Trigache Norte – Famões
Data de despacho: 17.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 368/2016/OP/GI
Nome: Pedro Miguel Agoga Teles
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua machado de castro – Lote 500 – Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 17.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença Administrativa

Processo n.º 395/2016/IP
Nome: Sítio Verde – Residência Sénior Lda.
Assunto: Informação Prévia
Local: Rua Prof. Dr. Francisco Gentil – Quinta da Ponte – Lote 1 – Póvoa de Santo Adrião
Data de despacho: 17.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Emita-se parecer favorável

Processo n.º 55/2015/OP/GI
Nome: Hermínio Quintela
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Quinta da Silveira – lote 556 – B. Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 17. 01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Determino a realização da vistoria

Processo n.º 184/2016/OP/GI
Nome: Manuel Joaquim Pina
Assunto: Aprovação dos projetos de Especialidade
Local: Rua Quinta da Silveira – Lote 562 – Bº Casal da Silveira - Famões
Data de despacho: 23.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 362/2015/OP/GI
Nome: João Alexandre Teixeira Carvalhais
Assunto: Comunicação Prévia de obras de Edificação e Remodelação
Local: Rua Aquilino Ribeiro – Lote 939 – Casal Novo – Caneças



Data de despacho: 23.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Cessa-se os efeitos

Processo n.º 362/2015/OP/GI

Nome: João Alexandre Teixeira Carvalhais

Assunto: Comunicação Prévia de obras de Edificação e

Remodelação de Terrenos

Local: Rua Aquilino Ribeiro – Lote 939 – Casal Novo - Caneças

Data de despacho: 23.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Cessa-se os efeitos de

Comunicação Prévia

Processo n.º 72/2016/OP/GI

Nome: Maximiano Pinto Carvalho

Assunto: Aprovação dos projetos de Especialidade

Local: Rua Cidade de Leiria, Lote 482 – Vale Grande – Pontinha

Data de despacho: 26.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 279/2016/OP/GI

Nome: Manuel António Gois Duarte da Silva

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Fernando Lopes Graça – B. das Granjas Novas –

Lote 222 – Ramada

Data de despacho: 31.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 396/2016/IP

Nome: Nelson Filipe Fernandes Branco

Assunto: Informação Prévia

Local: Rua dos Sinais – Caneças

Data de despacho: 31.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Emita-se parecer desfavorável

Processo n.º 8/2017/D/OVP

Nome: Proarba Energia e telecomunicações, Lda

Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Art.º 18º do DL na 555/99 de 16 dezembro na sua atual redação

Local: Rua Socio Gomes, lote 684 – Bº Casal Novo – UF da Pontinha e Famões

Data de despacho: 31.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferido o pedido de licença

Processo n.º 451/2016/D/OVP

Nome: EDP Distribuição Energia SA

Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Art.º 18º do DL na 555/99 de 16 dezembro na sua atual redação

Local: Rua padre António Vieira, n.º 557 – B.º dos Quatro – UF da Pontinha e Famões

Data de despacho: 31.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Defiro o pedido de licença

Listagem dos despachos emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, referente a Autorizações de Utilização, Comunicações Prévias e Rejeições Liminares, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de janeiro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/1892, de 2017.02.16:

Processo n.º 307/2015/OP/GI

Nome: Jorge Pereira Queiroz

Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização

Local: Rua do Laranjal, Lote 923 – Bairro Casal da Silveira – Famões

Data de despacho: 04.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 216/2016/OP/GI

Nome: Tiago Pais Campos

Assunto: Embargar Obra

Local: Rua Eduardo Viana – Lote 141 – Bº Casal dos

Apréstimos – UF Ramada e Caneças

Data de despacho: 09.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @372/2015

Nome: Carlos Alberto Nunes Afonso

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Av. Luís de Camões, n.º 21 – Quinta das Prestas – Famões

Data de despacho: 09.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @301/2015

Nome: José Carvalho Ribeiro

Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização

Local: Rua Aurélio Paz dos Reis, lote 88 – Bairro do Girassol – UF Ramada e Caneças

Data de despacho: 10.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 291/2015/OP/GI

Nome: José Maria Martins dos Reis

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua Manuel Barbosa do Bocage, lote 1262 – Casal Novo - Caneças

Data de despacho: 10.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 296/2016/IP

Nome: Rosa Rodrigues Afonso

Assunto: Informação Prévia

Local: Rua 25 de Abril, lote 347,348,349 e 370 – B. Vale Pequeno – Pontinha

Data de despacho: 10.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 253/2016/IP

Nome: João Carlos da Conceição Bascuinho

Assunto: Informação Prévia

Local: Milharadas e Casal dos Sinais e anexos

Data de despacho: 10.01.2017

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se



Processo n.º 312/2016/OP
Nome: BP Portugal – Comércio de Combustíveis SA
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Major João Luís de Moura, lote 6 – Famões
Data de despacho: 10.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 397/2015/OP
Nome: José Augusto Jesus Tavares da Silva
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Av.ª Luís de Camões 38 – Famões
Data de despacho: 10.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º @199/2016
Nome: Fernando Mateus
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Sacadura Cabral, lote 1216 – Caneças
Data de despacho: 10.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 442/2016/OP/GI
Nome: Vasco Manuel Coelho Barbadães
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Henrique Medina – Lote 71 – Bairro Trigache Norte – Famões
Data de despacho: 10.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 24/2015/OP
Nome: Seven Rivers – Investimentos Lda.
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua António Aleixo – Pedernais – Ramada
Data de despacho: 10.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 364/2015/OP/GI
Nome: VMN, Imobiliária S.A
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua Soeiro Pereira Gomes, lote 883 – Bº Casal Novo – UF Pontinha
Data de despacho: 10.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 187/2016/OP/GI
Nome: Obridantas – Construções Lda.
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua das Palmeiras, lote 184ª – Bº Sol Nascente – UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 11.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 398/2016/OP
Nome: Ana Maria Duarte Almeida Palmeiro
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Cesário Verde, n.º 2 – Bº S. Jorge – Ramada
Data de despacho: 11.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se liminarmente

Processo n.º 309/2016/OP/GI
Nome: Elisabete Maria Costa Castanheira
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua de São Domingos, lote 206 – Bairro Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 11.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 186/2016/OP/GI
Nome: Obridantas – Construções Lda.
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua das Palmeiras, Lote 184 – Bº Sol Nascente – UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 12.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 435/2016/IP
Nome: Moisés Casimiro Rodrigues Martins da Costa
Assunto: Informação Prévia
Local: Vale Covo – Caneças
Data de despacho: 13.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 11/2016/OP/GI
Nome: Alcino Ferreira da Costa
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Feliciano António Carvalho, lote 18 – B. Alto de Famões
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 64/2015/OP/GI
Nome: Maria Isabel Monteiro Costa
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Engº Duarte Pacheco – Lote 629 – Bairro dos Quatro - Fam
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 240/2016/D/OVP
Nome: Vodafone Portugal SA
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA
Local: Rua Humberto Delgado e Rua Laura Alves – Bº Casal do Bispo e Bairro Casal Novo – UF de Pontinha e Famões
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 392/2016/D/OVP
Nome: Vodafone Portugal SA
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA
Local: Rua Viriato – Bº Castelo Poente – UF de Caneças e Ramada
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 500/2016/D/OVP
Nome: Lucília Marques Duarte
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA
Local: Rua Idade da Pedra, lote 46 – Bairro Castelo Nascente – UF de Ramada e Caneças
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 503/2016/D/OVP
Nome: Proarba Energia e Telecomunicações, Lda.
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA
Local: Rua do Gaiato, lote 958 – Bairro Casal da Silveira – UF de Pontinha e Famões



Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 227/2016/D/OVP
Nome: Vodafone Portugal SA
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA
Local: Rua Vasco da Gama e Rua Padre Cruz – Bº Casal do Bispo – UF de Pontinha e Famões
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 393/2016/D/OVP
Nome: Vodafone Portugal SA
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA
Local: Rua Viriato – Bº Castelo Poente – UF de Caneças e Ramada
Data de despacho: 16.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 313/2015/OP/GI
Nome: Marília da Conceição Correia Diogo Correia
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cidade de Viseu, lote 55 – Bº Casalinho de Azenha – Pontinha
Data de despacho: 17.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 178/2015/OP/GI
Nome: João Carlos Coelho Gomes
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Av. Da Liberdade, lote 354 – Bº Quatro – UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 17.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @76/2014
Nome: Rosária Martins da Silva António
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua Manuel Barbosa du Bocage, lote 1281 – Bº Casal Novo - Caneças
Data de despacho: 17.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 105/2016/OP/GI
Nome: Maria de Lurdes Santos Marques
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade
Local: Rua Quinta da Silveira, lote 554 – Bº Casal da Silveira - Famões
Data de despacho: 17.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 215/2016/OP/GI
Nome: Luis Miguel Guerreiro Paulo
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Quinta da Silveira, lote 565 – Famões
Data de despacho: 19.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @434/2015
Nome: Manuel Balas de Matos
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua Aurélio Paz Reis – UF Ramada e Caneças
Data de despacho: 19.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 417/2015/OP/GI
Nome: António Cardoso Barata
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Vasco Santana lote 96 – Quinta da Condessa - Pontinha
Data de despacho: 19.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 263/2016/OP/GI
Nome: Albino José Marques Rodrigues
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua José Carlos Ary dos Santos, lote 61 – B. Flor do Minho – Caneças
Data de despacho: 19.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 355/2016/OP/GI
Nome: António Valente Vieira
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Travessa José Águas, Lote 662 – B.º São Sebastião Norte – Famões
Data de despacho: 19.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 467/2016/OP
Nome: José Rodrigues Gomes
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua das Arrozeiras, lote 1A 33 – Campos de Caneças
Data de despacho: 19.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 468/2016/OP
Nome: José Rodrigues Seixas
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua das Arrozeiras – Lote 1A-19 – Bº dos CTT – Caneças
Data de despacho: 19.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @226/2015
Nome: Joaquim Coelho Gomes
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua do Paço Real, lote 430 – Bº Casal Novo – UF Ramada e Caneças
Data de despacho: 19.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @304/2015
Nome: Joaquim Godinho Ribeiro
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua Abel Manta, Lote 10 – Bº Trigache Norte – UF da Pontinha e Famões
Data de despacho: 19.01.2017
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @104/2014
Nome: José Manuel Domingues Lopes
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Luís de Camões, lote 49 – Bº Novo das Queimadas – Famões
Data de despacho: 19.01.2017



Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 318/2015/OP/GI
Nome: Josué da Silva Domingos
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 1º de Janeiro – Lote 43 – Bairro Novo Trigueiro – Famões
Data de despacho: 19.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 55/2014/OP/GI
Nome: Floripes D' Ascensão Jerónimo
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Travessa de São Sebastião, lote 333 – Bº Casal do Bispo – Famões
Data de despacho: 19.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @291/2015
Nome: Tiago Alexandre Ferreira Cavaleiro
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Travessa da Bela Vista, lote 370 – Bº Casal do Bispo – Famões
Data de despacho: 19.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 109/2015/OP/GI
Nome: Luís Nunes Lamego
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua das Fontainhas, lote 13 – Bº Fontainhas
Data de despacho: 20.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @187/2016
Nome: Maria Isabel Vicente Rodrigues
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Avenida 25 de Abril, n.º 30 – Pontinha
Data de despacho: 23.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @78/2016
Nome: Vitor Martins Simões
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Ivone Silva – Lote 870 – Bairro Casal Novo – Famões
Data de despacho: 23.01.2017
Teor do Despacho: Concorde

Processo n.º @78/2014
Nome: João Anjos Barbeiro
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Av. São Sebastião, lote 128- Bº Casal do Rato - Pontinha
Data de despacho: 23.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 339/2016/OP/GI
Nome: Tiago Gonçalves & Gonçalves Const.
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Campo da Bola, 64 Urb. Quinta das Canoas – Pontinha
Data de despacho: 23.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 80/2015/OP/GI
Nome: Cidália Ferreira da Cruz
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Alegria, lote 451 – B. Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 23.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 251/2015/OP/GI
Nome: José Batista Lourenço
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Primavera 194 – Bº Casal Bispo – Famões
Data de despacho: 23.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @201/2016
Nome: José da Silva Ferreira
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua S. Sebastião, lote 810 – Bº Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 23.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 149/2016/OP
Nome: Luciano Alves Delgado
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Comandante Sacadura Cabral, lote 2 – Alto da Ramada – Ramada
Data de despacho: 23.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @197/2016
Nome: Filipe Cipriano Domingos Rosa
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Florbela Espanca – Lote 42 – Quinta das Pretas – Famões
Data de despacho: 23.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @406/2015
Nome: Augusto de Jesus Pinto
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Liberdade, n.º 8 – Bº Quinta das Canoas – Pontinha
Data de despacho: 24.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 153/2016/OP/GI
Nome: Joaquim Vieira
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Elina Guimarães – Lote 109 – Bº da Milharada
Data de despacho: 24.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 456/2015/OP/GI
Nome: Luciano Mendes Vicente
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua António Aleixo – Lote 881 – Bairro Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 24.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se



Processo n.º @170/2015/OP/GI
Nome: Cidália Ferreira da Cruz
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Quinta da Silveira, lote 575 – Bº Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 24.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 274/2015/OP/GI
Nome: António Joaquim de Brito
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua do Alecrim, lote 720 – Famões
Data de despacho: 30.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @145/2016
Nome: Elisabete de Jesus Grasiña Proença de Castro
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Avenida dos Bombeiros Voluntários, n.º 21 – Pontinha
Data de despacho: 30.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se liminarmente

Processo n.º 423/2016/OP/GI
Nome: Cabeça de Casal de António Jesus Martins
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Pedreira – Lote 598 – Casal Novo – Caneças
Data de despacho: 30.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º 425/2016/OP/GI
Nome: Artur Conceição Simões
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Camacho Costa – Lote 719 – Bº S. Sebastião Norte – Famões
Data de despacho: 30.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se liminarmente

Processo n.º 430/2016/OP/GI
Nome: António Filipe Júnior
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Maria do Céu – B. Girassol - Lote 348 – Ramada
Data de despacho: 30.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º @374/2015
Nome: António Manuel Vicente de Lemos
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua Alves Redol, lote 94 – Bº Sete Quintas – Ramada e Caneças
Data de despacho: 30.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @379/2015
Nome: José Joaquim Ginete
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua de São Miguel, lote 178 – Bº Moinho do Baeta – UF Ramada e Caneças
Data de despacho: 30.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 255/2015/OP/GI
Nome: Ana Paula Godinho Costa
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua 19 de junho – Lote 63 – Bº Sol Nascente – UF Pontinha e Famões
Data de despacho: 30.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 363/2015/OP/GI
Nome: Rui Pedro Moitinho da Silva
Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização
Local: Rua Camacho Costa, lote 729 – Bº S. Sebastião Norte – Famões
Data de despacho: 30.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 462/2016/IP
Nome: Casulo Real Soc. Mediação Imobiliária
Assunto: Informação Prévia
Local: Rua Severiano Falcão/Av. Da Liberdade - Ramada
Data de despacho: 31.01.2017
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Listagem dos Alvarás de Utilização e de Construção, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de janeiro de 2017, nos termos da informação n.º Interno/2017/657, de 2017.02.16:

Alvarás de Construção

Processo n.º 168/2016/OP/GI
Nome: Luis Miguel Fernandes Martins
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Machado de Castro, lote 485, Bairro Casal da Silveira
Data de emissão: 09.01.2017
Alvará n.º 1/2017

Processo n.º 387/2015/D/OVP
Nome: NOS-Comunicações SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Norberto de Oliveira, Póvoa Stº Adrião
Data de emissão: 09.01.2017
Alvará n.º 2/2017

Processo n.º 409/2016/OP
Nome: EDINFOR-Imoveis SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Norberto de Oliveira, nº 13, 13A, 13B E 13C (antigo lote 5),
Póvoa Stº. Adrião
Data de emissão: 10.01.2017
Alvará n.º 3/2017

Processo n.º 205/2016/OP/GI
Nome: Fernando Jorge Silva Ferreira
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Cidade de Silves, lote 300, Bairro Casal São Sebastião
Data de emissão: 12.01.2017
Alvará n.º 4/2017



Processo n.º @-4/2017 – 8492/OP/GI
Nome: João da Silva Cardoso
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua José Carlos Ary dos Santos, lote 50, Bairro do Alvajar
Data de emissão: 13.01.2017
Alvará n.º 5/2017

Processo n.º 305/2015/OP/GI
Nome: Herminio Luís Marçal e Outro
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua São João, lote 12, Bairro Galo de Pêra
Data de emissão: 16.01.2017
Alvará n.º 6/2017

Processo n.º 65/2016/OP/GI
Nome: José Serralha de Oliveira
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua 19 de Junho, lote 72, Bairro Sol Nascente
Data de emissão: 19.01.2017
Alvará n.º 7/2017

Processo n.º @-205/2016 – 14128/OP/GI
Nome: Joaquim José Godinho Rato
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Mariana Rey Monteiro, Bairro Quinta do Pinheiro
Data de emissão: 20.01.2017
Alvará n.º 8/2017

Processo n.º 381/2016/OP/GI
Nome: Pedro Miguel Garcia Ferreira e de Cláudia Margarida Rodrigues Novais
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua dos Lusitanos, lote 7, Bairro Quinta do Castelo
Data de emissão: 20.01.2017
Alvará n.º 9/2017

Processo n.º 139/2016/OP/GI
Nome: David Cardoso Farinha
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Camilo Castelo Branco, lote 56, Bairro das Queimadas á Quinta das Dálías
Data de emissão: 20.01.2017
Alvará n.º 10/2017

Processo n.º 390/2015/OP/GI
Nome: Ângela Maria Garcia Belém Baptista
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Camilo Castelo Branco, lote 161, Bairro do Trigache Norte
Data de emissão: 23.01.2017
Alvará n.º 11/2017

Processo n.º 246/2016/OP/GI
Nome: José Francisco Ferreira e Filhos Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Luísa Neto Jorge, lote 142, Bairro Trigache Norte
Data de emissão: 25.01.2017
Alvará n.º 12/2017

Processo n.º 322/2016/OP/GI
Nome: Mário Francisco Mariano
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Oeste, lote 285, Bairro Casal do Rato
Data de emissão: 26.01.2017
Alvará n.º 13/2017

Processo n.º 214/2016/OP/GI
Nome: Rui Alexandre de Sá Alves Dantas
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Fernando Lopes Graça (Impasse B) lote 224, Bairro Granjas Novas
Data de emissão: 30.01.2017
Alvará n.º 14/2017

Processo n.º 502/2016/D/OVP
Nome: PROARBA-Energia e Telecomunicações Lda
Assunto: Licença de Operadores de Subsolo
Local: Urbanização Colinas do Cruzeiro, zona 3, lote 12, Odivelas
Data de emissão: 27.01.2017
Alvará n.º 15/2017

Alvarás de Utilização

Processo n.º @-6/2016 -14171/CP/OP/GI
Nome: Abílio da Silva Ingrês
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Manuel Teixeira Gomes, lote 59, Bairro Tomada da Amoreira
Data de emissão: 04.01.2017
Alvará n.º 01/2017

Processo n.º @-133/2016 - 14119/CP/OP
Nome: Maria dos Anjos de Jesus Matias
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Comandante Sacadura Cabral, nº 9 e 9A, Ramada
Data de emissão: 04.01.2017
Alvará n.º 02/2017

Processo n.º 103/2015/OP
Nome: José Pedroso Sales
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Guiné, nº 7 fração B (loja esquerda) Povoia Stº Adrião
Data de emissão: 09.01.2017
Alvará n.º 03/2017

Processo n.º @-159/2016 – 20432/OCP/OC
Nome: Maria Clara Agrelos Veiga Rodrigues
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Av. Da Liberdade, nº 11 fração A (rés-do-chão esquerdo) Ramada
Data de emissão: 09.01.2017
Alvará n.º 04/2017

Processo n.º @-425/2015 – 12849/CP/OP/GI
Nome: Paulo Alexandra Carriço Antunes
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Toni de Matos, lote 241, Bairro Vale Pequeno
Data de emissão: 09.01.2017
Alvará n.º 05/2017

Processo n.º @-174/2016 – 14244/CP/OP/GI
Nome: Domingos da Graça e Delfina de Jesus Lopes Graça
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 5 de Setembro, lote 1248, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 11.01.2017
Alvará n.º 06/2017

Processo n.º @-166/2016 – 8640/OP/GI
Nome: CONSTRUÇÕES J.A.FERNANDES,LDA
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização



Local: Rua Fernando Pessoa, lote C-29, Bairro dos Pedrenais
Data de emissão: 12.01.2017
Alvará n.º 07/2017

Processo n.º @-20/2015 – 13749/CP/OP/GI
Nome: José dos Santos Domingos
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua 11 de Março, lote 490, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 17.01.2017
Alvará n.º 08/2017

Processo n.º @-184/2016 – 4845/OCP/OC
Nome: CGPA-Produtos Alimentares, LDA
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 22A de polícia,
Odivelas
Data de emissão: 17.01.2017
Alvará n.º 09/2017

Processo n.º 313/2015/OP/GI
Nome: Marília da Conceição Correia Diogo Correia
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Cidade de Viseu, lote 55, Bairro Casalinho da Azenha
Data de emissão: 18.01.2017
Alvará n.º 10/2017

Processo n.º 27145/OCP
Nome: TRINTI-Sociedade de Investimentos e Administração
de Propriedades, lda
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua José Duarte Lexim, lote 7, Odivelas
Data de emissão: 19.01.2017
Alvará n.º 11/2017

Processo n.º @-372/2015 – 14617/CP/OP/GI
Nome: Carlos Alberto Nunes Afonso
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Av. Luís Camões, n.º 8 de polícia, Bairro Quinta das
Pretas, Famões
Data de emissão: 20.01.2017
Alvará n.º 12/2017

Processo n.º 90/2015/OP/GI
Nome: Vítor Manuel Caseiro
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Azinhaga do Canhamato, lote 2, Caneças
Data de emissão: 24.01.2017
Alvará n.º 13/2017

Processo n.º @-107/2016 – 11614/CP/OP
Nome: EL REI D. DINIS
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Av. Dom Dinis, fração B, N.º 94A, Odivelas
Data de emissão: 25.01.2017
Alvará n.º 14/2017

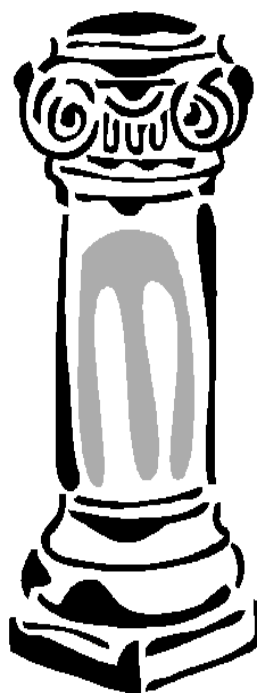
Processo n.º @-15/2014 – 14000/CP/OP/GI
Nome: António Maria Lourenço
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Ferreira de Castro, n.º 48 e 48ªA de polícia, Bairro das
Sete Quintas, Caneças
Data de emissão: 25.01.2017
Alvará n.º 15/2017

Processo n.º @-140/2016 – 13857/CP/OP
Nome: OLSAN-Sociedade Imobiliária Lisbonense, Lda
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Clementina Carneiro de Moura, n.º 14, com vão de
porta n.º 1 da Rua Maria Feyo, Odivelas
Data de emissão: 30.01.2017
Alvará n.º 16/2017

Processo n.º @-406/2015 – 14216/CP/OP/GI
Nome: Augusto de Jesus Pinto
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua da Liberdade, lote 8, com vão de porta para a Rua do
Ribeirinho,
Bairro Quinta das Canoas
Data de emissão: 31.01.2017
Alvará n.º 17/2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 9 de fevereiro de 2017

DELIBERAÇÕES

MOÇÕES

“CONTRA A DISCRIMINAÇÃO NOS PREÇOS DOS TRANSPORTES PÚBLICOS”

Pela bancada da CDU, foi apresentada a Moção “Contra a discriminação nos preços dos transportes públicos”, (documento nº 1)”, que será transcrito em ata. A Moção depois de colocada à votação foi Rejeitada por Maioria, com os votos a favor das bancadas da CDU e BE, com os votos contra da bancadas do PSD e do PS e a abstenção do CDS/PP.

(Rejeitada por maioria)

“POR UMA GESTÃO INTERMUNICIPAL DA CARRIS”

Pela bancada do BE, foi apresentado uma Moção “Por uma gestão intermunicipal da Carris”, (documento nº 3)”, que será transcrito em ata. A Moção depois de colocada à votação foi Rejeitada por Maioria, com os votos a favor das bancadas da CDU e BE, com os votos contra da bancadas do PSD e do PS e a abstenção do CDS/PP.

(Rejeitada por maioria)

VOTOS DE PESAR

PELO FALECIMENTO DO BOMBEIRO CHEFE JORGE PEREIRA

O Chefe Jorge António Coelho do Amaral Pereira nasceu em Lisboa a 21 de Agosto de 1970. Ingressou na Associação dos Bombeiros Voluntários de Odivelas em 10 de agosto de 1985 com o Posto de Cadete.

Ao longo dos seus 31 anos de serviço percorreu todos os postos do quadro ativo até que a 1 de Junho de 2002 foi promovido a Chefe.

Desde a sua entrada no Corpo de Bombeiros foi sempre um grande impulsionador e Instrutor da Fanfarra da Associação e, a partir de 2 de Abril de 1997, passou a acumular as funções de Chefe da Fanfarra.

Operacional íntegro, leal, rigoroso e disciplinado soube, sempre com elevado sentido de dever, identificar, avaliar, decidir ou recomendar em tempo oportuno, as soluções mais adequadas às diversas e, na maior parte das vezes, complexas situações que se lhe depararam.

Dos imensos e inestimáveis serviços que prestou à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odivelas e ao País destaca-se a sua presença nos grandes incêndios do Chiado em 25 agosto de 1988 e na Serra de Carenque em 1988, o salvamento de uma idosa num incêndio em Janeiro de 1992, o salvamento de vítima num desabamento na Ramada e a intervenção nos incêndios florestais de 2003, 2005 e 2013.

Homem com uma insaciável vontade de saber participou em inúmeras formações e cursos técnicos nas mais diversas áreas.

Com o falecimento abrupto do Chefe Jorge Soares no passado dia 30 de Janeiro, vítima de doença prolongada, vem a Assembleia Municipal de Odivelas por este meio endereçar a toda a sua família, amigos mais próximos e bombeiros, as suas mais profundas condolências por esta vossa/nossa inestimável perda.

(Documento apresentado pela bancada do PS – Aprovado por Unanimidade)

Enviar:

À A.H.B.V. de Odivelas e à Família do Chefe Jorge Pereira.

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 10 de fevereiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)



VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO SANTOS JÚNIOR

No dia 27 de janeiro morreu António Santos Júnior, vítima de doença prolongada.

Santos Júnior foi operário da TAP e destacou-se na luta pela democracia, no tempo do regime fascista. Em 1970 foi um dos fundadores da Inter-sindical, como Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

Santos Júnior foi também militante e dirigente do MES - Movimento de Esquerda Socialista (antes e depois de Abril).

Como operário e sindicalista destacou-se nas lutas dos anos 60/70, nomeadamente na luta dos trabalhadores da TAP. Em 12 de julho de 1973, a Polícia de Segurança Pública carregou violentamente sobre trabalhadores da TAP que se protestavam contra a anulação de um plenário de trabalhadores pelo regime. No entanto, a resistência das e dos trabalhadores em protesto obrigou à retirada da PSP das oficinas da TAP e levou a um processo negocial envolvendo os trabalhadores.

A CGTP, em nota de pesar, salientou ainda que “*Santos Júnior foi agraciado como Grande Oficial da Ordem da Liberdade.*”

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário a 9 de fevereiro de 2017, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de António Santos Júnior e apresenta as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)

Enviar:

- À Família
- À CGTP-IN
- Sindicato dos Metalúrgicos e à comunicação social

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 10 de fevereiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE CONDENAÇÃO

PELAS RECENTES DECLARAÇÕES E DELIBERAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO TRUMP

A 20 de janeiro de 2017 Donald Trump foi empossado 45º Presidente dos Estados Unidos da América.

No seu primeiro discurso no cargo, Trump deixou bem claro que o ideário e a retórica inflamada com que preencheu a campanha eleitoral iriam ser a base do seu mandato e não apenas um desvio de ocasião para, por via do ódio, mobilizar parte da sociedade e do eleitorado norte-americanos.

Nos primeiros dias do mandato, Trump mostrou como a sua administração vê o mundo e como quer ser visto por ele. Assinou um decreto que proíbe a entrada nos Estados Unidos da América de todos os refugiados durante um período de pelo menos 120 dias, de refugiados sírios por tempo indeterminado e de cidadãos do Irão, Iraque, Líbia, Somália, Sudão, Síria e Iémen por 90 dias, antecipando mais restrições à imigração, mesmo legal.

Pôs em execução uma das suas principais ameaças de campanha: a construção de um muro ao longo dos 3200 quilómetros da fronteira com o México. Tornou público que a sua administração está a trabalhar no regresso dos black sites, as prisões secretas da CIA em vários países onde, durante o mandato de George W. Bush, alegados suspeitos de terrorismo capturados no Iraque e noutros países eram interrogados e sujeitos a tortura.

Cortou o financiamento público a ONGs internacionais que apoiam mulheres no acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez, mandou bombardear o Iémen, ordenou a construção de oleodutos em zonas ambientalmente sensíveis e reincidiu na negação das alterações climáticas.

Alimentada em todo o mundo, a expectativa de que, findo o período eleitoral, Donald Trump seria afinal apenas mais um presidente de perfil liberal-conservador, provou-se errada.

As consequências das políticas interna e externa da administração Trump dizem respeito à cidadania global e não recomendam a passividade de ninguém, indivíduos e instituições.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário a 9 de Fevereiro de 2017, reafirma o seu compromisso com a defesa dos direitos humanos, da igualdade de género, da resolução pacífica dos conflitos, da liberdade de imprensa, da liberdade religiosa, do respeito pela Convenção de Genebra e pelos Acordos de Paris sobre alterações climáticas, bem como o seu empenho no combate à xenofobia, ao racismo e ao



sexismo, condenando as declarações e deliberações da administração Trump contrárias a estes princípios.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Unanimidade)

O Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas

(Miguel Cabrita)

Odivelas, 10 de fevereiro de 2017

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE REPÚDIO

“ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO AUDITÓRIO DE SÃO JOSÉ NA PÓVOA DE SANTO ADRIÃO”

Pela bancada do BE, foi apresentado um Voto de Repúdio “Estado de conservação do Auditório de São José na Póvoa de Santo Adrião”, (documento n.º 5), que será transcrito em ata. O Voto de Repúdio depois de colocado à votação foi Rejeitado por Maioria, com os votos a favor das bancadas da CDU, CDS/PP e BE, com os votos contra das bancadas do PSD e do PS e com a abstenção do Membro da Assembleia Municipal Domingos Cabaço.

(Rejeitado por maioria)

RECOMENDAÇÃO

“COMBATE À PRECARIIDADE NA AUTARQUIA DE ODIVELAS”

Pela bancada do BE, foi apresentada uma Recomendação pelo “Combate à Precariedade na Autarquia de Odivelas”, (documento n.º 6), que será transcrito em ata. A recomendação depois de colocada a votação foi Rejeitada por Maioria, com os votos a favor das bancadas da CDU e BE, com os votos contra das bancadas do PSD e do PS e a abstenção do CDS/PP.

(Rejeitada por maioria)

VOTO DE SAUDAÇÃO

“AOS PARTICIPANTES E ORGANIZADORES DA MANIFESTAÇÃO POR MELHORES CONDIÇÕES DE SAÚDE NA PONTINHA”

Pela bancada da CDU, foi apresentado um Voto de Saudação “Aos participantes e organizadores da manifestação por melhores condições de saúde na Pontinha”, (documento n.º 8), que será transcrito em ata. O voto de saudação depois de colocado à votação foi Rejeitado por Maioria, com os votos a favor das bancadas da CDU, CDS/PP e BE, com os votos contra das bancadas do PSD e do PS e com a abstenção do Membro da Assembleia Municipal Corália Rodrigues.

(Rejeitado por maioria)

PROCEDIMENTO CONCURSAL

CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU

Presente para deliberação a proposta de Abertura do procedimento concursal para o cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau, referente ao Gabinete de Gestão Patrimonial e Administração Geral da Câmara Municipal de Odivelas com designação do júri do recrutamento, nos termos da Proposta n.º 49/PRES/2016, datada de 18 de novembro de 2016, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11508, de 2016.11.21, aprovadas na 23ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 30 de novembro de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 24 de 2016*, página 8)

“(…)Cargo Dirigente:

Designação do cargo: Cargo Direção Intermédia 3.º grau
Grau: Direção Intermédia de 3.º grau
Unidade Orgânica: Gabinete de Gestão Patrimonial e de Administração Geral

Proposta de Júri de recrutamento:

(não podem integrar os eleitos locais do município, o presidente do júri deverá ser designado de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade, e integridade pessoal; os vogais designados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade, e integridade pessoal cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica)



Presidente: Hernâni Silvino Vilela Boaventura
Vogal efetivo: João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
Vogal efetivo: Paula Susana do Nascimento Teixeira Gonçalves
Vogal suplente: José António dos Remédios Janeiro
Vogal suplente: Maria Cristina Machado Mira Laureano Forte

Atribuições e competências da unidade orgânica:

Competências nas áreas da gestão do património municipal, imóvel e móvel, nomeadamente organização e atualização do inventário e promoção dos procedimentos relativos a processos de expropriação e de declaração de utilidade pública; apoio técnico e administrativo aos Órgãos Municipais; receção, registo, digitalização, distribuição e expedição de correspondência e gestão do Arquivo Municipal; organização dos procedimentos inerentes aos atos eleitorais e ao Dia de Defesa Nacional (...)" (*Despacho n.º 49/PRES/2016*)

(Aprovado por maioria)

REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E SUAS NORMAS DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Presente para deliberação a proposta de Alterações ao *Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e suas Normas de Liquidação e Cobrança do Município de Odivelas*, após a referida proposta de alterações ter sido submetida a audiência de interessados, pelo prazo de 30 dias a contar da sua publicação no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 23/2016 de 29 de novembro de 2016* (página 13), e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/ 753, de 2017.01.19, aprovada na 2.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 25 de janeiro de 2017, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 3 de 2017*, página 9).

[Publica-se em anexo no final do presente Boletim o "Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e suas Normas de Liquidação e Cobrança do Município de Odivelas"]

(Aprovado por maioria)

PONTOS PENDENTES

PASSAGEM DE PONTOS PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi posto à votação a passagem dos pontos 3 e 4 para a próxima Sessão da Assembleia Municipal.

Ponto 3 - Proposta de Adesão do Município de Odivelas ao Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste – Novo Acordo Parassocial.

Ponto 4 – Aprovação das Atas da Assembleia Municipal n.ºs: 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14, Respeitantes ao Ano de 2016.

(Aprovado por unanimidade)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 16 de fevereiro de 2017

DELIBERAÇÕES

SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE NOVO ACORDO PARASSOCIAL

Presente para deliberação a proposta de “Adesão do Município de Odivelas ao Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste, novo Acordo Parassocial”. Na sequência dos contributos recebidos dos Municípios aderentes, foi remetida pelo Gabinete do Sr. Ministro do Ambiente por ofício à Câmara Municipal de Odivelas, Nova versão do Acordo Parassocial da ADTA – Águas do Vale do Tejo, S.A., de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/12420, de 2016.12.21, e conforme minuta de acordo anexa à informação referida, aprovados na 25.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 28 de dezembro de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 1 de 2017*, página 8)

“ACORDO PARASSOCIAL

ENTRE:

AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., sociedade anónima e empresa pública, com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, Lisboa, com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 503 093 742, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de €434.500.000,00, neste ato representada por [...], doravante designada por AdP; e

E

Comunidade Intermunicipal do Oeste representada por [...];

Município de Alcobaça representado por [...];

Município de Alenquer representado por [...];
Município da Amadora representado por [...];
Município de Arruda dos Vinhos representado por [...];
Município de Azambuja representado por [...];
Município do Bombarral representado por [...];
Município do Cadaval representado por [...];
Município das Caldas da Rainha representado por [...];
Município de Cascais representado por [...];
Município de Lisboa representado por [...];
Município de Loures representado por [...];
Município da Lourinhã representado por [...];
Município da Nazaré representado por [...];
Município de Óbidos representado por [...];
Município de Odivelas representado por [...];
Município de Oeiras representado por [...];
Município de Peniche representado por [...];
Município de Rio Maior representado por [...];
Município de Sintra representado por [...];
Município de Sobral de Monte Agraço representado por [...];
Município de Torres Vedras representado por [...];
Município de Vila Franca de Xira representado por [...];
Em conjunto, todos referidos como Municípios;

CONSIDERANDO QUE:

A) O Governo pretende criar, por decreto-lei, o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, criado por agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, (sistema este que, após a cisão, passa a adotar a denominação de “sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo”), o qual vai ter como utilizadores os municípios que eram utilizadores do sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril e do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, ambos extintos pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e ainda os municípios utilizadores da vertente de saneamento de águas residuais do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, e que também foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio;

B) Pelo mesmo decreto-lei, será constituída a Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante “Sociedade”), sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, por cisão da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, (sociedade esta que, após a cisão, passa a adotar a denominação de “Águas do Vale do Tejo, S.A.”), para a qual são transferidos todos os direitos e obrigações, de qualquer fonte e natureza, incluindo as posições contratuais de que era titular a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., e que para ela tinham sido transferidas mediante a transferência do património global das sociedades SANEST - Saneamento da Costa do Estoril,



S.A., SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., e Águas do Oeste, S.A., (neste último caso, apenas, no respeitante à atividade de saneamento), com os números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, respetivamente, 503 455 539, 505 908 093 e 505 311 593, que foram extintas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio;

C) O capital social da Sociedade é de (euro) 113.527.680,00;

D) As partes pretendem desde já regular, no presente acordo parassocial, algumas matérias relativas à Sociedade;

É celebrado o seguinte acordo parassocial que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª.

1. Fica estabelecido o direito de opção de compra, dos Municípios, nos termos da legislação em vigor, de ações representativas de 3% do capital social, ou, em alternativa, da totalidade das ações detidas pela AdP na Sociedade, assumindo a AdP o compromisso de, em qualquer dos casos, as vender aos Municípios, pelo preço resultante de uma avaliação a efetuar por três entidades credenciadas pelo Ministério das Finanças, para efeitos de avaliação de empresas do setor público, sendo uma delas escolhida pelos Municípios, se por deliberação da assembleia geral da Sociedade se aprove a fusão ou cisão da Sociedade contra a maioria dos votos dos acionistas Municípios.

2. Para exercício do direito previsto no número anterior, os Municípios deverão comunicar à AdP, no prazo de três meses a contar da verificação da condição nele estabelecida, mediante carta registada com aviso de receção, a sua opção.

3. A aquisição das ações pelos Municípios terá lugar no prazo, a contar da verificação da condição estabelecida no número um, de seis meses ou de um ano, consoante a aquisição seja de ações representativas de 3% do capital social ou da totalidade das ações detidas pela AdP na Sociedade.

4. Os Municípios enquanto acionistas da Sociedade terão direito de preferência, em primeira linha, relativamente à transmissão de ações que qualquer um pretenda efetuar.

Cláusula 2ª.

1. Para poderem exercer o direito de opção de compra estabelecido na cláusula 1ª., os Municípios, no caso de aquisição da totalidade do capital social, terão de assumir, no ato de aquisição, a posição da AdP em todos os empréstimos relativos à Sociedade, nomeadamente, substituindo-a na sua qualidade de garante, se tal for aceite pelas entidades mutuantes, ou terão de proceder ao pagamento dos mesmos.

2. No caso de os Municípios pretenderem adquirir, nos termos da cláusula 1ª., apenas, 3% do capital social, os acionistas assumirão, na proporção da respetiva participação, o estabelecido no número anterior, quanto aos empréstimos em que a AdP seja o único acionista a surgir como financiador ou como garante, em consequência da detenção da maioria do capital social da Sociedade.

Cláusula 3ª.

Uma vez verificadas as condições suspensivas referidas na cláusula 2ª, o não cumprimento do disposto na cláusula 1ª constitui a AdP na obrigação de pagamento de uma indemnização correspondente a um montante adequado ao ressarcimento dos prejuízos causados aos Municípios, a ser apurada pelo tribunal arbitral previsto na Cláusula 5ª.

Cláusula 4ª.

1. Se o conselho de administração da Sociedade for composto por sete membros, a AdP tem o direito de designar quatro administradores, sendo dois executivos e dois não executivos, e os Municípios três administradores, sendo um executivo e dois não executivos.

2. Os Municípios têm ainda o direito a designar o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, um membro do Conselho Fiscal e um membro da Comissão de Vencimentos, tendo a AdP o direito a designar o Vice-Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia geral, dois membros do Conselho Fiscal e dois membros da Comissão de Vencimentos.

3. A destituição e substituição dos membros dos órgãos sociais depende exclusivamente da vontade dos acionistas que hajam procedido à sua designação, salvo se os membros dos órgãos sociais tiverem incorrido em responsabilidade civil ou penal por atos realizados contra o interesse da sociedade. Os custos inerentes à destituição sem justa causa dos membros dos órgãos sociais serão da responsabilidade dos acionistas que os tenham designado.

4. O disposto nos números anteriores não será observado nos casos em que houver lugar à aplicação imperativa de regras especiais de eleição, previstas na lei ou nos estatutos da sociedade.

Cláusula 5ª.

1. Em caso de desacordo ou litígio relativamente ao presente Acordo, designadamente em questões de interpretação, validade ou execução, as partes diligenciam no sentido de alcançar, por acordo amigável, uma solução adequada e equitativa.

2. No caso de não ser possível uma solução negociada e amigável nos termos previstos no número anterior, cada



uma das partes pode a todo o momento recorrer a arbitragem, nos termos dos números seguintes.

3. A arbitragem será realizada por um tribunal arbitral constituído nos termos desta cláusula e de acordo com o estipulado na Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro.

4. O tribunal arbitral será composto por um só árbitro nomeado pelas partes em desacordo ou litígio.

5. Na falta de acordo quanto à nomeação do árbitro previsto no número anterior, o tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, dos quais um será nomeado pela AdP, outro pelos Municípios, e o terceiro, que exercerá funções de presidente do tribunal, será cooptado por aqueles.

6. Na falta de acordo, o terceiro árbitro será nomeado pelo presidente do Tribunal da Relação de Lisboa.

7. O tribunal arbitral funcionará na cidade de Lisboa, em local a escolher pelo árbitro único ou pelo presidente do tribunal, conforme o caso.

Cláusula 6ª.

Cada uma das partes obriga-se a praticar quaisquer atos ou omissões, necessários à efetiva execução do disposto no presente Acordo, incluindo, mas não exclusivamente, o exercício do respetivo direito de voto em Assembleia Geral.

Cláusula 7ª.

O presente Acordo vigorará pelo prazo de duração da Sociedade.

Feito em 3 (três) exemplares, sendo um para a AdP, um para os Municípios e um para ficar arquivado na sede da Sociedade, em [LOCAL], aos [...] dias do mês de [...] de 2016.

Pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Pela Comunidade Intermunicipal do Oeste

Pelo Município de Alcobaça

Pelo Município de Alenquer

Pelo Município da Amadora

Pelo Município de Arruda dos Vinhos

Pelo Município de Azambuja

Pelo Município do Bombarral

Pelo Município do Cadaval

Pelo Município das Caldas da Rainha

Pelo Município de Cascais

Pelo Município de Lisboa

Pelo Município de Loures

Pelo Município da Lourinhã

Pelo Município da Nazaré

Pelo Município de Óbidos

Pelo Município de Odivelas

Pelo Município de Oeiras

Pelo Município de Peniche

Pelo Município de Rio Maior

Pelo Município de Sintra

Pelo Município de Sobral de Monte Agraço

Pelo Município de Torres Vedras

Pelo Município de Vila Franca de Xira”

(Aprovado por maioria)

PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA DE ODIVELAS

REGULAMENTO DO PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA DE ODIVELAS

Presente para deliberação a “proposta de aprovação do Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas, que vem substituir o Anterior Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura e Espaço Público de Odivelas” O “Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas”, pretende distinguir e premiar obras novas ou de reabilitação/recuperação de edifícios, que na sua conceção tenham tido como principais objetivos a qualidade arquitetónica e o enquadramento urbanístico, de acordo com o proposto na informação n.º 021/DPUPE/FL/16, de 2016.10.31. As alterações propostas na nova redação, encontram-se descritas na informação n.º 004/DPUPE/DG/MC/16, de 2016.10.31, aprovadas na 22ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 16 de novembro de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 23 de 2016*, página 25).



[Publica-se em anexo no final do presente Boletim o Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas]

(Aprovado por maioria)

NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE

NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE PARA INTEGRAR O JÚRI DA 5.ª EDIÇÃO DO PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA

Presente para deliberação a proposta de Deliberação n.º 01/AM/2017 de 2017.02.09, referente à “Nomeação de um representante da Assembleia Municipal para Integrar o Júri da 5ª Edição do Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas”, de acordo com ofício remetido pelo Senhor Presidente da Câmara com a referência 968/2017, que se dá como reproduzido na pasta da presente sessão.

Após o escrutínio secreto ficou eleito como representante da Assembleia Municipal de Odivelas, o membro Carlos Manuel Duarte Lopes que integrará o júri para atribuição do prémio municipal de arquitetura.

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Presente para deliberação a proposta de “Procedimento por Concurso Público para a Aquisição de Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança em Instalações de Administração Direta e Indireta do Município de Odivelas – Agrupamento de Entidades”, nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/564, de 2017.01.16, aprovada na 2ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 25 de janeiro de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 3 de 2017*, página 9).

-Integração no Agrupamento de Entidades Adjudicantes, com a Câmara Municipal de Loures e com os Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR);

-envio à Assembleia Municipal para autorização de despesa plurianual, tendo em vista a aquisição de prestação de serviços de vigilância e segurança, em instalações de administração direta e indireta do Município

de Odivelas, para 12 meses, eventualmente renovável por dois períodos de igual duração, com início a 1 de julho de 2017, no valor de €1.495.296,00, (um milhão, quatrocentos e noventa e cinco mil, duzentos e noventa e seis euros) ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável;

-respetivas peças do procedimento, verificadas pelos técnicos da Câmara Municipal de Odivelas, que compreendem o Programa do Concurso e respetivos anexos e Caderno de Encargos e respetivos anexos, e designação da Dr.ª Cláudia Cardoso e a Dr.ª Paula Cardoso por parte do Município de Odivelas como elementos do júri.

(Aprovado por maioria)

REGULAMENTO

VERSÃO FINAL DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PRÉMIO DE DISTINÇÃO EMPRESARIAL

Presente para deliberação a versão final do projeto do “Regulamento Municipal do Prémio de Distinção Empresarial”, decorrido o prazo previsto nos artigos 100º e 101 do Código do Procedimento Administrativo, não se verificou a constituição de interessados nem foram apresentadas propostas de alteração ao projeto de Regulamento, aprovado na 17ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 7 de setembro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 18 de 2016*, página 7), de acordo com o proposto na Informação Interno/2016/7755, de 2016.07.28, aprovada na 2ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 25 de janeiro de 2017 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 3 de 2017*, página 10)

[Publica-se em anexo no final do presente Boletim o “Regulamento Municipal do Prémio de Distinção Empresarial”]

(Aprovado por maioria)

DESAFETAÇÃO

PARCELA DE TERRENO DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE SAÚDE

Presente para deliberação a «Proposta de desafetação do domínio público para integrar o domínio privado municipal, da parcela de terreno com a área de 5.390 m², a



desafetar da parcela “B” com a área total de 12.581m², sita na Quinta do Segulim, Freguesia de Famões, destinada à construção do Centro de Saúde de Famões”. A referida parcela a desafetar do domínio público para integrar o domínio privado municipal, confronta a norte com lotes privados e domínio público (Praceta José Manuel dos Santos Correia), a sul com o domínio público (espaços verdes), a nascente com o domínio público (Alameda Silva Porto), e a poente com propriedade municipal (remanescente da parcela “B”). De acordo com o proposto na informação n.º Interno/2017/1220, de 2017.01.31, aprovada na 3ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 8 de fevereiro de 2017 (Presente *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, página 10).

(Aprovado por maioria)

SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO AO TARIFÁRIO 2017 “OUTROS SERVIÇOS/RESÍDUOS URBANOS” PROCESSO 4/DM/2017

Presente para deliberação a «Proposta de Retificação ao Tarifário 2017 – “Outros Serviços/Resíduos Urbanos”», nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno 2017/1300 de 2017.02.01, aprovada na 3ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 8 de fevereiro de 2017 (Presente *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, página 11).

A incorreção diz respeito à omissão dos dados na parte relativa à “Cedência de Contentores para eventos”, devido a uma migração mal sucedida dos dados informáticos em formato Excel para a versão final em pdf, o que originou a referida omissão, sendo assim proposta a substituição da página 11 do “Tarifário para 2017” pela redação correta, nos conceitos e preços referentes à “Cedência de contentores para eventos” e “Outros Serviços de Remoção de Resíduos Urbanos e Lavagem”, de acordo com o proposto na Informação Interno/2017/1300, de 2017.02.01.

(Aprovado por unanimidade)

PONTOS PENDENTES

PASSAGEM DE PONTOS PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício, foi posto à votação a passagem dos pontos 8 e 9 para a próxima Sessão da Assembleia Municipal.

Ponto 8 – Proposta de Redelimitação da Área de Intervenção da Área De Reabilitação urbana da Vertente Sul.

Ponto 9 – Aprovação das Atas da Assembleia Municipal n.ºs 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 respeitantes ao ano de 2016.

(Aprovado por unanimidade)



ANEXOS

**REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E
SUAS NORMAS DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS**

**REGULAMENTO
PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA DE ODIVELAS**

**REGULAMENTO
MUNICIPAL DO PRÉMIO DE DISTINÇÃO EMPRESARIAL**



Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e suas Normas de Liquidação e Cobrança



Abreviaturas utilizadas

Para efeitos de interpretação do presente Regulamento deverão ser consideradas as seguintes abreviaturas:

AUGI – Áreas urbanas de génese ilegal
BMDD – Biblioteca Municipal Dom Dinis
CAC – Comissão de Administração Conjunta
CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
CMO – Câmara Municipal de Odivelas
CPA – Código de Procedimento Administrativo
CPE – Criação do Próprio Emprego
CPPT – Código de Procedimento e de Processo Tributário
CPTA – Código de Processo nos Tribunais Administrativos
ETAF – Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais
ILE – Iniciativa Local de Emprego
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
IVA – Imposto sobre valor acrescentado
LGT – Lei Geral Tributária
LACMO – Laboratório de Acústica da Câmara Municipal de Odivelas
PDM – Plano Diretor Municipal
PAMO – Programa de Apoio Municipal de Odivelas
PAECPE – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego
RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas
RGIT – Regime Geral das Infrações Tributárias
RJUE - Regime Jurídico da urbanização e da edificação
RMEU – Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SIR – Sistema de Indústria Responsável
TMU – Taxa municipal de urbanização
TMU1 – Taxa municipal de urbanização não abrangida por operação de loteamento
UC – Unidade de conta



INDICE

Preâmbulo – Fundamentação jurídica.....	12
Fundamentação económico-financeira.....	15
LIVRO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	16
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	17
SECÇÃO I – Objeto, reduções e isenções.....	17
Artigo 1.º - Objeto	17
Artigo 2.º - Isenções e reduções gerais.....	17
Artigo 3.º - Edificação e urbanização – Isenção e redução específica	18
Artigo 4.º - Áreas urbanas de génese ilegal e bairros de origem ilegal – Redução específica	19
Artigo 5.º - Redução ou isenção específica em situações de cumulação de exploração de atividades económicas e outras situações especiais	20
Artigo 6.º - Suportes publicitários – Isenção e redução específica	20
Artigo 7.º - Celebração de contratos e fornecimento de peças processuais no âmbito da contratação pública – Isenções	20
Artigo 8.º - Avaliação de critério de incomodidade – Redução específica	21
Artigo 9.º - Redução específica dos Serviços do Consultório Veterinário Municipal	21
Artigo 10.º-A - Isenção e reduções de valores da <i>Start In Odivelas</i> – Incubadora de empresas	21
Artigo 10.º-B - Isenção e reduções de valores devidos pela utilização do complexo da Piscina Municipal	21
Artigo 10.º-C - Isenção e reduções do Centro Cultural Malaposta.....	213
Artigo 10.º-D - Isenção e reduções de valores devidos pela utilização do Complexo Mutiusos.....	24
Artigo 10.º-E - Isenção e reduções nas visitas guiadas	215
Artigo 11.º - Cemitérios – Isenção específica.....	25
Artigo 12.º - Fornecimento de informação geográfica – Redução específica	25
Artigo 13.º - Lugares de estacionamento na via pública – Isenção e redução específica	25
Artigo 14.º - Dossiers de candidatura à Criação do Próprio Emprego” e de dossiers de candidaturas a apoios ao empreendedorismo – Isenção específica.....	26
Artigo 15.º - Processo de atribuição de isenção e redução de taxas.....	26
Artigo 16.º - Indeferimento de isenção ou redução de pagamento de taxas	27
SECÇÃO II - Hasta pública.....	27
Artigo 17.º - Hasta pública	27
Artigo 18.º - Valor de licitação	27
SECÇÃO III - Emissão, renovação e cessação das licenças e autorizações.....	28
Artigo 19.º - Emissão da licença ou autorização	28
Artigo 20.º - Precariedade das licenças e autorizações	28
SECÇÃO IV - Prova documental.....	28
Artigo 21.º - Prova documental.....	28
SECÇÃO V – Contratos de execução e acordos de cooperação	29



Artigo 22.º - Contratos de execução e acordos de cooperação.....	29
CAPÍTULO II - CONTAGEM DE PRAZOS E INTERPRETAÇÃO.....	29
SECÇÃO I - Contagem de prazos.....	29
Artigo 23.º - Prazo - Regra geral	30
Artigo 24.º - Regras de contagem dos prazos.....	30
Artigo 25.º - Renovação de atos – Prazo específico.....	30
SECÇÃO II - Legislação subsidiária e interpretação.....	30
Artigo 26.º - Legislação subsidiária – Integração de lacunas.....	30
Artigo 27.º - Interpretação.....	31
SECÇÃO III - Infrações, atualização e norma de conformidade.....	31
Artigo 28.º - Penalidades	31
Artigo 29.º - Contraordenações	31
Artigo 29.º-A – Execuções Fiscais.....	31
Artigo 30.º - Atualização anual de valores e aplicação do imposto do selo e emolumentos	32
Artigo 31.º - Publicitação	32
Artigo 32.º - Expressão monetária.....	33
Artigo 33.º - Norma de conformidade	33
LIVRO II - TAXAS	34
CAPÍTULO I - INCIDÊNCIA OBJETIVA E SUBJETIVA	35
SECÇÃO I - Incidência objetiva e subjetiva	35
Artigo 34.º - Incidência objetiva	35
Artigo 35.º - Incidência subjetiva	35
SECÇÃO II – Balcão do Empreendedor.....	36
Artigo 35.º-A – Balcão do empreendedor	36
CAPÍTULO II - OPERAÇÕES URBANÍSTICAS.....	36
SECÇÃO I - Definições.....	36
Artigo 36.º - Definições	36
SECÇÃO II - Serviços diversos	36
Artigo 37.º - Serviços diversos.....	36
SECÇÃO III – Licenças e comunicações prévias de operações urbanísticas	37
Artigo 38.º - Pedido de destaque.....	37
Artigo 39.º - Pedidos de informação prévia ou de localização	37
Artigo 40.º - Pedidos de licenciamento e comunicações prévias.....	37
Artigo 41.º - Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis	38
SECÇÃO IV - Taxas de controlo de operações urbanísticas	39
Artigo 42.º - Operação de loteamento e obras de urbanização	39
Artigo 43.º - Obras de edificação.....	40
Artigo 44.º - Licença parcial.....	41



Artigo 45.º - Outras operações urbanísticas.....	41
SECÇÃO V - Prorrogações de prazo e obras inacabadas.....	42
Artigo 46.º - Prorrogações de prazo para execução de obras	42
Artigo 47.º - Obras inacabadas.....	43
SECÇÃO VI - Autorizações de utilização e alterações de utilização de edificações.....	44
Artigo 48.º - Pedidos de autorização de utilização ou alteração de utilização	44
SECÇÃO VII - Taxas por vistoria	44
Artigo 49.º - Vistorias e diligências	45
Artigo 50.º - Redução ou reforço da caução	46
SECÇÃO VIII - Taxa municipal de urbanização.....	46
Artigo 51.º - Incidência da taxa municipal de urbanização.....	47
Artigo 52.º - Cálculo da taxa municipal de urbanização devida em operações de loteamento	47
Artigo 53.º - Cálculo da taxa municipal de urbanização devida em obras de edificação em áreas não abrangidas por operações de loteamento	48
CAPÍTULO III - OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO OU PRIVADO MUNICIPAL	50
SECÇÃO I - Ocupação do espaço público, solo e subsolo.....	50
Artigo 54.º - Por motivo de obras e promoção imobiliária	50
Artigo 55.º - Equipamentos de concessionárias de serviços públicos	51
Artigo 56.º - Postos de abastecimento de combustível ou outras instalações abastecedoras.....	51
Artigo 57.º - Ocupação do subsolo com equipamentos de concessionárias de serviços públicos.....	51
SECÇÃO II - Ocupação do espaço público por outros motivos.....	52
Artigo 57.º-A – (revogado)	52
Artigo 57.º-B – Pedidos não incluídos no âmbito do Balcão Eletrônico.....	52
Artigo 58.º - Espaço aéreo sobre a via pública	52
Artigo 58.º-A - Espaço aéreo sobre a via pública no âmbito do Licenciamento Zero	52
Artigo 59.º - Esplanadas e outras ocupações	52
Artigo 59.º-A - Esplanadas e outras ocupações no âmbito do Licenciamento Zero ¹	53
Artigo 60.º - Utilização da via pública para atividades diversas	53
Artigo 61.º - Lugares de estacionamento na via pública	54
SECÇÃO III - Ocupação do espaço público com suportes publicitários.....	54
Artigo 62.º - Suportes publicitários no espaço público	54
Artigo 63.º - Suportes publicitários em dispositivos aéreos	55
Artigo 64.º - Suportes publicitários sonoros ou audiovisuais	55
Artigo 65.º - Suportes publicitários em veículos	55
Artigo 66.º - Outras ocupações do espaço público com suportes publicitários	56
Artigo 67.º - Distribuição gratuita de jornais e campanhas publicitárias de rua	56
CAPÍTULO IV - SUPORTES PUBLICITÁRIOS EM DOMÍNIO PRIVADO	57
Artigo 68.º - Suportes publicitários em propriedade particular	57
CAPÍTULO V - OUTROS LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES	57



SECÇÃO I - Condução e exercício da atividade de transportes.....	57
Artigo 69.º - Licença de condução de ciclomotores	57
Artigo 70.º - Exercício da atividade de transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros	57
SECÇÃO II - Venda ambulante e outras atividades.....	58
Artigo 71.º - Licença para o exercício de atividades ambulantes.....	58
Artigo 71.º-A – Prestação de serviços de restauração e bebidas de carácter não sedentário	58
Artigo 72.º - Espetáculos diversos.....	58
Artigo 73.º - Venda de bilhetes	58
Artigo 74.º - Espetáculos desportivos.....	58
Artigo 75.º - Atividade de guarda noturno	59
Artigo 76.º - Outras atividades.....	59
Artigo 77.º - Exercício da atividade de exploração de máquinas de diversão	59
SECÇÃO III - Atividade industrial	60
Artigo 78.º - Estabelecimentos Industriais.....	60
Artigo 78.º-A – Sistema de industria responsável	60
SECÇÃO IV - Mercados	60
SUBSECÇÃO I - Arrendamento mensal	60
Artigo 79.º - Arrendamento mensal	60
SUBSECÇÃO II - Lugares de terrado	61
Artigo 80.º - Feiras.....	61
Artigo 81.º - Mercados	61
Artigo 82.º - Terrado para venda de animais.....	61
SUBSECÇÃO III - Das atividades em mercados e feiras	62
Artigo 83.º - Emissão de cartão de concessionários.....	62
Artigo 84.º - Outras atividades exercidas em mercados e feiras	62
SUBSECÇÃO IV - Mercados e Feiras – Depósitos, armazenagem e similares	62
Artigo 85.º - Depósito e armazém privativo – Guarda de volumes ou taras	62
Artigo 86.º - Arrecadações.....	62
SUBSECÇÃO V - Serviços diversos	63
Artigo 87.º - Zonas de estacionamento em mercados e feiras	63
Artigo 88.º - Utilização de bens municipais	63
SECÇÃO V - Vistorias	64
Artigo 89.º - Vistorias, selagens e desselagens	64
Artigo 90.º - Vistorias a espetáculos e divertimentos públicos.....	64
SECÇÃO VI - Outras licenças e comunicações prévias	64
Artigo 91.º - Outras licenças de utilização	64
Artigo 92.º - Licenças de utilização de estabelecimentos para comércio, armazenamento e prestação de serviços que envolvem riscos para a saúde e segurança das pessoas	65



Artigo 92.º-A – (revogado).....	65
Artigo 92.º-B – (revogado).....	65
Artigo 92.º-C – (revogado).....	65
Artigo 92.º-D - Agroturismo.....	656
Artigo 92.º-E – Casas de campo	656
Artigo 92.º-F – Estabelecimentos não abrangidos pelo Licenciamento Zero ou Sistema de Industria Responsável	665
Artigo 93.º - Averbamento e segunda via de alvará de utilização específica	66
CAPÍTULO VI - PROTEÇÃO CIVIL, AMBIENTE E FISCALIZAÇÃO.....	66
SECÇÃO I - Remoção e depósito de bens	66
Artigo 94.º - Bloqueamento, remoção e depósito de veículos	66
Artigo 95.º - Apreensão, remoção e depósito de bens.....	66
SECÇÃO II - Licença de caçador	67
Artigo 95.º-A - Carta de caçador.....	67
SECÇÃO III - Poluição sonora	67
Artigo 96.º - Licença especial de ruído.....	67
SECÇÃO IV - Fiscalização económica e de equipamentos.....	67
Artigo 97.º - Controlo metrológico.....	67
Artigo 97.ºA - Inspeções de ascensores, monta-cargas e outros equipamentos similares.....	67
CAPÍTULO VII - CEMITÉRIOS.....	68
Artigo 98.º - Inumações	68
Artigo 99.º - Cremação de restos mortais.....	68
Artigo 100.º - Exumação.....	68
Artigo 101.º - Depósitos.....	69
Artigo 102.º - Utilização de capela.....	69
Artigo 103.º - Trasladação de cadáveres.....	69
Artigo 104.º - Gavetões e ossários.....	69
Artigo 105.º - Utilizações e serviços diversos.....	70
Artigo 106.º - Autorização para a utilização ou colocação de ornamentos ou outros.....	70
Artigo 107.º - Cartões de identificação	71
CAPÍTULO VIII - OUTRAS DISPOSIÇÕES PREVISTAS EM REGULAMENTOS OU PROGRAMAS MUNICIPAIS.....	71
SECÇÃO I - Pavilhões, parques desportivos e similares.....	71
Artigo 108.º - Taxas de Utilização	71
SECÇÃO II - Candidaturas aos Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego – Registos de Cidadãos da União Europeia.....	72
Artigo 109.º - Criação do Próprio Emprego	72
Artigo 110.º - Elaboração de dossiers de candidatura a apoios ao empreendedorismo	72
Artigo 111.º - Registo de Cidadãos da União Europeia	72



SECÇÃO III - Comissão Arbitral Municipal no âmbito do Regime do arrendamento urbano	73
Artigo 112.º - Taxas devidas à Comissão Arbitral Municipal no âmbito do regime do arrendamento urbano.....	73
CAPÍTULO IX - UTILIZAÇÃO DE BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS.....	73
Artigo 113.º - Ocupação de imóveis de domínio privado municipal não destinados a habitação.....	73
Artigo 114.º - Cedência de instalações – Sem equipamento audiovisual.....	73
Artigo 115.º - Cedência de instalações – Com equipamento audiovisual.....	73
Artigo 115.º-A - Centro de Exposições de Odíveas.....	74
Artigo 115.º-B – Cedência de auditórios	74
Artigo 116.º - Utilização da Quinta das Águas Férreas.....	74
Artigo 116.º-A - Utilização ocasional do Parque de Estacionamento subterrâneo - Rua Prof. Dr. Egas Moniz.....	76
Artigo 116.º-B – Contrato de avença do Parque de Estacionamento subterrâneo - Rua Prof. Dr. Egas Moniz.....	76
LIVRO III - PREÇOS.....	78
CAPÍTULO I - IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	79
Artigo 117.º - Regra Geral	79
CAPÍTULO II - PRESTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	79
SECÇÃO I – Atos de administração.....	79
Artigo 118.º - Atos de administração geral	79
Artigo 118.º- A – Execuções fiscais.....	80
Artigo 119.º - Serviços diversos relativos a edificações.....	80
Artigo 120.º - Fornecimento de peças processuais no âmbito da contratação pública	81
SECÇÃO II – Reprodução de documentos	81
Artigo 121.º - Reprodução de documentos relativos a edificações.....	82
Artigo 122.º - Fornecimento de informação geográfica.....	82
SECÇÃO III – Outras apreciações	81
Artigo 123.º - Emissão de pareceres.....	84
Artigo 124.º - Pedidos de carácter genérico.....	84
SECÇÃO IV – Formação profissional.....	81
Artigo 125.º - Formação profissional	84
SECÇÃO V – Inspeções de equipamentos e sinalização	81
Artigo 126.º - (revogado)	84
Artigo 127.º - Sinalização vertical para espaços de estacionamento.....	84
SECÇÃO VI – Serviço de divulgação de património.....	81
Artigo 127.º-A - Visitas guiadas	85
SECÇÃO VII - Transporte coletivo de passageiros.....	85
Artigo 127.º-B - Prestação onerosa de transporte no âmbito do PAMO.....	85
Artigo 127.º -C - Transporte Publico de passageiros Voltas.....	86
CAPÍTULO III - LABORATORIO DE ACÚSTICA – SERVIÇOS TÉCNICOS.....	86



Artigo 128.º - Avaliação de critério de incomodidade.....	86
CAPÍTULO IV – BIBLIOTECA MUNICIPAL DOM DINIS E POLOS RESPETIVOS	86
Artigo 129.º - Fornecimento de bens diversos	86
Artigo 130.º - Publicações Municipais	87
CAPÍTULO V - CONSULTÓRIO VETERINÁRIO MUNICIPAL E MÉDICO-VETERINÁRIO MUNICIPAL	87
SECÇÃO I - Serviços de consulta e outros serviços e atos técnicos	87
Artigo 131.º - Consulta a animais de companhia	87
Artigo 132.º - Outros atos técnicos para além de consultas	87
Artigo 133.º - Outros serviços.....	87
SECÇÃO II - Atos cirúrgicos com anestesia não gasosa incluída	88
Artigo 134.º - Aparelho genital.....	88
Artigo 135.º - Aparelho digestivo	89
Artigo 136.º - Aparelho Urinário.....	89
SECÇÃO III - Ortopedia.....	89
Artigo 137.º - Ortopedia	89
SECÇÃO IV - Oftalmologia.....	89
Artigo 138.º - Oftalmologia.....	89
SECÇÃO V - Outros atos cirúrgicos.....	90
Artigo 139.º - Outros atos cirúrgicos.....	90
SECÇÃO VI - Remoção, recolha e eliminação de animais mortos ou abandonados.....	90
Artigo 140.º - Animais - Remoção, eliminação, alojamento, transporte e restituição	90
CAPÍTULO VI - <i>Start In Odivelas</i> - Incubadora de empresas	901
Artigo 140.º-A – Incubadora Física.....	901
Artigo 140.º-B - Incubadora Virtual	901
CAPÍTULO VII - UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DA PISCINA MUNICIPAL	901
SECÇÃO I – Utilização e aulas	901
Artigo 140.º-C – Inscrição e outros serviços	901
Artigo 140.º-D – Utilização livre	92
Artigo 140.º-E – Natação para bebés e crianças até aos 13 anos.....	93
Artigo 140.º-F – Competição natação	93
Artigo 140.º-G – Natação sincronizada (artística)	93
Artigo 140.º-H – Natação, Hidroginástica e <i>Hidrobike</i>	93
SECÇÃO II - Hidrocinésioterapia e Outras terapias.....	94
Artigo 140.º-I – Hidrocinésioterapia em grupo.....	94
Artigo 140.º-J – Hidrocinésioterapia individual.....	94
Artigo 140.º-K - Hidrocinésioterapia individual gabinete	94
SECÇÃO III - Sessões de Bem-estar	95
Artigo 140.º - L - Massagens	95
Artigo 140.º - M - (<i>revogado</i>)	95



Artigo 140. ^º - N- (revogado).....	95
SECÇÃO IV - Cursos.....	95
Artigo 140. ^º - O - Cursos de pré e pós-parto.....	95
SECÇÃO V - Inscrições de grupos.....	96
Artigo 140. ^º - P - Instituições de solidariedade social - IPSS.....	96
Artigo 140. ^º - Q - Colégios e instituições educativas.....	96
SECÇÃO VI - Atividades pontuais em grupo e aluguer de espaço	97
Artigo 140. ^º - R - Atividades pontuais em grupo	97
Artigo 140. ^º - S - Reservas de espaço	97
CAPÍTULO VIII - CENTRO CULTURAL MALAPOSTA.....	98
SECÇÃO I - BILHETEIRA	98
Artigo 140. ^º - T - Bilhetes.....	98
Artigo 140. ^º - U - Cartões	98
Artigo 140. ^º - V - Aluguer de espaços e serviços	98
Artigo 140. ^º - W - Ateliers e workshops.....	99
CAPÍTULO IX - LOJA DO TURISMO	99
Artigo 140. ^º - X - Venda de produtos.....	99
CAPÍTULO X - UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO MULTIUSOS.....	100
SECÇÃO I - Multiusos - Atividades desportivas e outras.....	100
Artigo 140. ^º - Y - Utilização do Multiusos para atividades desportivas	100
Artigo 140. ^º - Z - Utilização do Multiusos para outras atividades.....	102
SECÇÃO II - Modalidades desportivas e outras	103
Artigo 140. ^º - AA - Inscrições.....	103
Artigo 140. ^º - AB - Modalidades desportivas praticadas em ginásio.....	103
Artigo 140. ^º - AC - Modalidades de combate praticadas em ginásio	103
Artigo 140. ^º - AD - Ginásio de cardiofitness e musculação.....	1034
Artigo 140. ^º - AE - “Escolinha de futsal”	103
Artigo 140. ^º - AF - Squash.....	104
SECÇÃO III - Terapias e sessões de bem-estar.....	103
Artigo 140. ^º - AG - Terapias	103
Artigo 140. ^º - AH - Sessões de bem-estar.....	1035
LIVRO IV - NORMAS DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA	106
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÃO GERAL.....	107
Artigo 141. ^º - Âmbito de aplicação	107
CAPÍTULO II - GARANTIAS FISCAIS.....	107
Artigo 142. ^º - Garantias fiscais	107
Artigo 143. ^º - Princípio da participação	107
Artigo 144. ^º - Decisões sujeitas a audiência prévia	108



Artigo 145.º - Momento em que é feita a audiência prévia	108
Artigo 146.º - Forma e conteúdo da comunicação	109
Artigo 147.º - Efeitos da audiência prévia no procedimento	109
Artigo 148.º - Decisões excluídas de audiência	109
Artigo 149.º - Decisões em que poderá ser dispensada a audiência dos interessados	109
CAPÍTULO III - LIQUIDAÇÃO	110
Artigo 150.º - Liquidação	110
Artigo 151.º - Taxas resultantes de deferimento tácito	110
Artigo 152.º - Notificação	110
Artigo 153.º - Procedimento na liquidação	110
Artigo 154.º - Revisão do ato de liquidação	111
Artigo 155.º - Revisão oficiosa do ato de liquidação	111
Artigo 156.º - Revisão do ato de liquidação por iniciativa do sujeito passivo	111
CAPÍTULO IV - DO PAGAMENTO E DO NÃO PAGAMENTO	112
SECÇÃO I - Do pagamento	112
Artigo 157.º - Pagamento	112
Artigo 157.º-A - Pagamento pela utilização dos complexos das Piscinas Municipais e do Multiusos de Odivelas	112
Artigo 158.º - Pagamento em prestações	112
Artigo 159.º - Áreas urbanas de génese ilegal e bairros de origem ilegal	113
SECÇÃO II - Do não pagamento	114
Artigo 160.º - Incumprimento	114
Artigo 160.º-A - Incumprimento do pagamento pela utilização dos complexos das Piscinas Municipais e do Multiusos de Odivelas	114
Artigo 161.º - Cobrança coerciva	114
SECÇÃO III - Caducidade e prescrição	115
Artigo 162.º - Caducidade	115
Artigo 163.º - Prescrição	115
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	115
Artigo 164.º - Revisão do presente Regulamento	115
Artigo 165.º - Revogação	115
Artigo 166.º - Vigência	115
Artigo 167.º - Medidas de Incentivo à Reabilitação Urbana e às Atividades Económicas	116



PREÂMBULO

Fundamentação jurídica

O presente Regulamento tem por objeto estabelecer o sistema tarifário e o regime de liquidação e cobrança das taxas cobradas pela Câmara Municipal de Odivelas, na área geográfica do Município de Odivelas, bem como os preços praticados pela prestação de bens e serviços.

Considerando que a Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, consagra no artigo 4.º, 20.º e 21.º as regras e princípios que devem nortear a criação de taxas e outras receitas das Autarquias Locais.

A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o “Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais”, visa, expressamente, regular as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento das taxas locais.

Estes diplomas legais representam, pois, um instrumento de democratização local visando garantir a autonomia das finanças locais na definição de prioridades das políticas públicas locais.

De entre as novas regras e princípios a que as autarquias locais se passam a subordinar, salienta-se a exigência de os regulamentos a emitir conterem, na criação das taxas ou na alteração do seu valor, não apenas a fundamentação de Direito, mas também, a justificação económico-financeira dos quantitativos a liquidar e a cobrar, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros e as amortizações e os investimentos realizados ou a realizar.

Esta justificação económico-financeira permite verificar o respeito pelo princípio da equivalência jurídica, que é, expressamente, consagrado no regime geral das taxas das autarquias locais, segundo o qual o valor das taxas das autarquias locais é fixado *“de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular”*.

Estas exigências, da proporcionalidade e da justificação económica e financeira dos quantitativos a cobrar, são, aliás, reconhecidas como determinantes para um controlo mais rigoroso da natureza do tributo como verdadeira taxa e constitui, também, o instrumento que impedirá a definição de valores discricionários ou mesmo arbitrários.

O Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Odivelas resulta da aplicação da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o “Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais”, Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que consagra as taxas devidas pelo licenciamento de loteamentos e de realização de infraestruturas urbanísticas, pela aprovação de projetos e licenciamento de obras de construção, ampliação ou alteração de edifícios, de um modo geral, pelo licenciamento municipal de todas as ações de uso do solo a ele sujeitas, no território do Município de Odivelas e ainda das taxas devidas pela prática de outros atos administrativos, considerando o disposto nos diplomas legais que regulam os respetivos procedimentos, bem como o Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril, que aprova programa de licenciamento zero e o Decreto-Lei nº 10/2015 de 16 de



janeiro que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração.

O presente Regulamento faz uma clara ponderação entre os interesses coletivos e as políticas e orientações traçadas para a área geográfica do Município de Odivelas procurando, nomeadamente, privilegiar atividades económicas de relevo e salvaguarda do meio ambiente, das zonas verdes e dos espaços públicos, procurando uma conveniente adequação dos valores devidos pelos particulares e uma equilibrada repartição da cobertura dos custos orçamentais com os serviços prestados, como resulta do regime legal em vigor.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, que aprova a LGT, na sua atual redação, passou a impor-se, especificamente no ordenamento jurídico-tributário, a participação dos contribuintes na formação das decisões que lhes digam respeito, nos procedimentos que correm no âmbito da administração tributária.

As normas regulamentares de liquidação, cobrança e pagamento, devidas pela contraprestação de serviços municipais, são aprovadas nos termos estabelecidos pelo disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos das alíneas e) e k), do número 1, do artigo 33.º, e das alíneas b) e c), do número 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, na sua atual redação, no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, na sua atual redação, e no Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, com as alterações que posteriormente lhe foram introduzidas.

Assim:

O projeto de alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e suas Normas de Liquidação e Cobrança foi aprovado pela Câmara Municipal de Odivelas, na 22ª reunião ordinária, de 16 de novembro de 2016, nos termos da alínea k), do número 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 setembro.

Em cumprimento do disposto no artigo 100º, do Código de Procedimento Administrativo, o projeto de regulamento foi objeto de consulta pública, pelo prazo de 30 dias, tendo para isso sido publicado, na íntegra, em Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, edição n.º 23, Ano XVI de 29 de novembro de 2016, e na Internet, no sítio institucional do município.

Foi posteriormente aprovado pela Assembleia Municipal de Odivelas, na 2ª Sessão Extraordinária, de 09 de fevereiro de 2017, fazendo uso da competência que lhe é atribuída pelas alíneas b) e c), do número 1, do artigo 25.º, do Anexo I à da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro.



FUNDAMENTAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

Considerando que Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, consagra no artigo 4.º, 20.º e 21.º, as regras e princípios que devem nortear a criação de taxas e outras receitas nas Autarquias Locais, e considerando ainda, o regime legal definido pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o “Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais”, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, acarretam um acréscimo de responsabilização às Autarquias Locais, que deste modo se vêm obrigadas, na definição das taxas e seus montantes, a fundamentar não apenas de Direito, mas também, económica e financeiramente o valor atribuído, indicando as fórmulas de cálculo, os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela Autarquia.

Considerando que aferir com rigor o valor pela prestação de serviços e utilização de bens municipais implica a imputação contabilística de custos às funções, bens e serviços prestados pela Autarquia e que a adaptação dos regulamentos municipais de cobrança de taxas ao regime instituído pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, é obrigatória para o ano 2010:

- Na preparação do Regulamento de Taxas e outras receitas do Município e sua Norma de Liquidação e Cobrança, a Câmara Municipal de Odivelas como metodologia para o presente trabalho e tendo em conta a não existência de centro de custos, procedeu à identificação de dois tipos de custo, diretos e indiretos.

Os valores foram aferidos e fornecidos pelos serviços municipais, com base na sistematização encontrada pelo Grupo de Trabalho, tendo em conta que:

- Os custos diretos representam os custos que concorrem diretamente para a função, bens ou serviços prestados imputáveis ao serviço municipal, aplicando-se para tal, o valor médio e a quantidade de recursos utilizada e foram imputados na razão direta da sua utilização, tendo por base valores médios de aquisição.

O custo da mão-de-obra direto foi calculado utilizando o custo médio por colaborador em função da sua categoria funcional, incluindo, para além do vencimento, os respetivos custos e os encargos sociais associados.

- Os custos indiretos representam os custos que não concorrem diretamente para a função, bens ou serviços prestados, mas que são imputáveis indiretamente para o apuramento do valor das taxas e outras receitas e foram calculados em função de custos anuais e imputados utilizando um dos métodos previstos na contabilidade analítica, ou seja o número de horas efetivas de trabalho consideradas para cada tarefa. Para este valor concorrem ainda os seguintes fatores produtivos, calculados na base no histórico dos custos anuais distribuídos em função do número de horas anuais efetivas de trabalho:



- Água, eletricidade, arrendamento de instalações, investimentos, comunicações voz/dados, transporte de expediente, serviço da dívida, recursos humanos, posto de trabalho/computador, seguros, assistência e manutenção de fotocopiadoras, segurança, limpeza das instalações e amortizações de bens ou equipamentos.

De forma a aferir o número de horas anuais efetivas de trabalho, tiveram-se em conta os seguintes fatores:

- a) Número de trabalhadores efetivos no Município de Odivelas = 893
- b) Dias efetivos de trabalho por colaborador = 223
- c) Horas efetivas de trabalho por trabalhador/ano = 1561

Fórmulas de Cálculo:

- **Número de dias efetivos de trabalho no Município de Odivelas =**
 $365 \text{ dias} - 13 \text{ dias feriados} - 25 \text{ dias de férias} - 104 \text{ dias de fins de semana} = 223 \text{ dias}$
efetivos de trabalho;
- **Horas efetivas de trabalho por trabalhador/ano =**
 $223 \times 7 \text{ horas de trabalho} = 1561 \text{ horas/funcionário/ano}$
- **Número de Horas Anuais Efetivas de Trabalho do Município =**
 $1561 \times 893 = 1.393.973 \text{ horas/município/ano}$

Ficam, assim, criadas as condições para que se implemente o novo Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, do Município de Odivelas, que se apresenta:



LIVRO I

DISPOSIÇÕES GERAIS



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

SECÇÃO I

Objeto, reduções e isenções

Artigo 1.º

Objeto

1 - O presente Regulamento tem por objeto estabelecer o sistema tarifário devido ao Município de Odivelas pela emissão de licenças, autorizações e quaisquer outros factos ou efeitos jurídicos praticados, bem como pelas prestações de serviços previstas na Lei das Finanças Locais e, de um modo geral, pelo licenciamento municipal de todas as ações de uso do solo a ele sujeitas, no território do Município de Odivelas, e ainda das taxas devidas pelos atos administrativos afins, considerando o disposto nos diplomas legais que regulam os respetivos procedimentos.

2 - De igual modo são estabelecidas as disposições respeitantes à liquidação, cobrança e pagamento das taxas e outras receitas municipais pela concessão de licenças, autorizações e prestação de serviços por parte do Município de Odivelas, incluindo aquelas que são objeto de delegação de competências nas freguesias.

3 - O presente regulamento não se aplica às situações e casos em que a fixação, a liquidação, a cobrança e o pagamento das taxas obedeça a normativos legais específicos.

Artigo 2.º

Isenções e reduções gerais

Sem prejuízo de outros factos geradores de isenção e redução legalmente previstos, estão abrangidos pelo presente artigo:

1 – As Freguesias do Município de Odivelas.

2 – Excetuam-se da isenção prevista no número anterior os pagamentos devidos por factos geradores da contraprestação dum preço, constantes no Livro III do presente Regulamento.

3 - Sem prejuízo de quaisquer outras isenções estabelecidas na lei, gozam de isenção, mediante requerimento devidamente fundamentado, do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento, as cooperativas, suas uniões, federações e confederações, as associações de bombeiros, escolas, associações de pais, associações de estudantes, coletividades desportivas, culturais, recreativas e outras Instituições com caráter de solidariedade social, ou outras pessoas coletivas equiparadas, que prossigam fins não lucrativos, desde que constituídas, registadas e funcionando nos termos do ordenamento jurídico



português, relativamente às atividades que se destinem à realização dos seus fins estatutários, mediante apresentação dos respetivos estatutos.

4 - Pessoas com deficiência superior a 60% devidamente comprovada, nos termos da legislação geral, que pretendam exercer ou renovar uma atividade ou fazer uso do espaço de domínio municipal, definidos nos artigos 71.º, 84.º, 87.º e 127.º, do presente Regulamento, ficam isentas do pagamento da respetiva taxa, desde que essa atividade não seja incompatível com o tipo de deficiência que o requerente é portador.

5 - As pessoas que se encontrem na situação definida no número anterior, que pretendam exercer uma das atividades previstas no artigo 75.º e na alínea a) do n.º 1, do artigo 76.º, do presente Regulamento, as respetivas taxas são reduzidas em 50%, desde que o interessado o requeira.

6 - Pessoas de comprovada insuficiência económica, nos termos da legislação geral, ficam isentas do pagamento das taxas referidas nos artigos 71.º, 75.º, alínea a) do n.º1, do artigo 76.º, 83.º e 84.º, do presente Regulamento.

7 - A Câmara Municipal, com base em requerimento devidamente fundamentado, por outras entidades não abrangidas pelo número 3, do presente artigo, pode isentar os requerentes do pagamento das taxas exigíveis, ou reduzir o seu montante, quanto a atividades que se destinem à realização de fins de manifesto interesse social ou municipal.

8 - Quando terceiros atuem em conjunto com alguma das entidades referidas no número 3, do presente artigo, poderá a taxa ser reduzida em 50% sobre o valor devido, sempre que as referidas entidades percecionem parte dos proveitos, em montante não inferior ao valor da isenção.

9 - Nas situações previstas nos números 2 e 3, do artigo 108º, do presente Regulamento, não haverá lugar a cobrança da taxa devida pela utilização dos recintos desportivos municipais ou sob gestão municipal, não podendo em circunstância alguma ser este valor inferior ao que resultaria da cobrança da taxa devida pela utilização destes equipamentos.

Artigo 3.º

Edificação e urbanização – Isenção e redução específica

1 - Gozam de isenção do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento, quanto ao licenciamento de edificações que sejam afetas diretamente ao exercício dos seus fins estatutários, as cooperativas, suas uniões, federações e confederações, as associações de bombeiros, coletividades desportivas, culturais, recreativas e outras Instituições com caráter de solidariedade social, ou outras pessoas coletivas equiparadas, que prossigam fins não lucrativos, bem como as associações de proprietários e/ou moradores em bairros de áreas urbanas de génese ilegal, desde que legalmente



constituídas, registadas e funcionando nos termos do ordenamento jurídico português, mediante apresentação dos respetivos estatutos.

2 - Fica sempre excluída da isenção prevista no número anterior a edificação, ou parte dela, que seja destinada a ser colocada no mercado concorrencial, imobiliário ou de arrendamento.

3 - Quando, dentro dos cinco anos seguintes ao licenciamento ou autorização da utilização de construções isentas de taxas, lhes vier a ser dado, total ou parcialmente, um fim que exclua a isenção, a Câmara Municipal cobrará as taxas correspondentes.

4 - Gozam de isenção do pagamento devido pelas taxas previstas no presente regulamento, as obras promovidas por quaisquer entidades, quando as obras a edificar constituam execução de Contratos de Desenvolvimento de Habitação Social ou de outros programas desenvolvidos no âmbito da política social de habitação.

Artigo 4.º

Áreas urbanas de génese ilegal e bairros de origem ilegal – Redução específica

1 - Às operações de loteamento e às alterações às licenças dos alvarás de loteamento em AUGI, nos termos da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro, na sua atual redação, e bairros de origem ilegal, aplicar-se-á, como incentivo ao cumprimento do dever de reconversão e legalização, uma redução de 50% do valor das taxas previstas no n.º 2 do artigo 51.º, do presente Regulamento, com exceção dos valores relativos às compensações das áreas de cedência em falta, desde que pagas antes da emissão do título de reconversão ou aditamento ao alvará de loteamento.

2 - **As taxas devidas pela conclusão do controlo prévio urbanístico, previstas no artigo 43.º**, do presente Regulamento, serão reduzidas em 50% no seu valor, desde que o pedido para a legalização ou para a construção do lote tenha sido requerido no prazo de um ano, contado a partir da data de emissão do alvará de loteamento ou da data do aditamento ao alvará de loteamento onde o lote esteja incluído e desde que as taxas previstas no n.º 4 do artigo 51.º, do presente Regulamento tenham sido pagas nos termos do número anterior.

3 - (Revogado)



Artigo 5.º

Redução ou isenção específica em situações de cumulação de exploração de atividades económicas e outras situações especiais

1 - Quando seja requerido alvará, para a exploração no mesmo local, de serviços de restauração e de bebidas, em simultâneo e cumulativamente, com outras atividades compatíveis, o valor devido será de 75% do resultado do somatório das taxas aplicadas, por cada uma das atividades.

2 - Pela colocação de suportes publicitários em edificações, utilizando anúncios luminosos ou diretamente iluminados, quando estes sejam complementares dos anúncios e não entrem na sua medição, com recurso à utilização de energias alternativas, ao valor resultante da aplicação da fórmula prevista no n.º 5, do artigo 62.º, do presente Regulamento, é aplicável uma redução de 50%.

3 - Os pedidos de colocação de chapéus-de-sol com publicidade, em espaços públicos legalmente ocupados por esplanadas, ficam isentos do pagamento da taxa do pedido de licenciamento previsto no n.º 3, do artigo 66.º, do presente Regulamento.

Artigo 6.º

Suportes publicitários – Isenção e redução específica

1 - Para efeitos do presente regulamento, não estão sujeitos a liquidação e cobrança de taxas:

- a) Os anúncios respeitantes a serviços de transporte coletivos públicos;
- b) Os cartazes, ou qualquer outro suporte de divulgação de iniciativas políticas;
- c) A difusão de comunicados, notas oficiosas e demais esclarecimentos relativos a atividade de órgãos de soberania e da administração central, regional e local;
- d) Placas de proibição de afixação de publicidade ou anúncios;
- e) Outras comunicações que resultem de imposição legal.

2 - As taxas de licença de suportes de publicidade de espetáculos, quando colocados junto ao local onde se realize o espetáculo, beneficiam de uma redução de 50% no valor das taxas a aplicar em cada caso.

Artigo 7.º

Celebração de contratos e fornecimento de peças processuais no âmbito da contratação pública – Isenções

1 - Estão isentos do pagamento do valor previsto no artigo 120º, do presente regulamento, o fornecimento de peças processuais no âmbito da aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, quando a escolha do procedimento adjudicatório seguir o regime do ajuste direto.

2 - Ficam isentos do pagamento do valor previsto no n.º 9 do artigo 118º, do presente Regulamento, a celebração de contratos de aquisição de serviços, quando relativos aos recursos humanos.



Artigo 8.º

Avaliação de critério de incomodidade – Redução específica

Há lugar a uma redução de 15%, no valor apurado nos termos da alínea a) e b) do artigo 128º, quando na mesma deslocação for efetuada a medição do ruído ambiente, bem como, do ruído residual.

Artigo 9.º

Redução específica dos Serviços do Consultório Veterinário Municipal

Os munícipes que comprovem ter insuficiência económica e apresentem cartão de eleitor do Município de Odivelas, proprietários de felinos ou canídeos com seis ou mais meses de idade, e apresentem prova do respetivo registo e licenciamento, podem recorrer aos serviços de clínica de animais de companhia pagando 20% da tabela em vigor para o exercício de clínica de animais de companhia, com exceção dos medicamentos e outros produtos.

Artigo 10.º

Redução específica da Comissão Arbitral Municipal no âmbito do regime de arrendamento urbano
(Revogado)

Artigo 10.º-A

Isenção e reduções de valores da *Start In Odivelas* - Incubadora de empresas

As empresas incubadas gozam, no pagamento do preço devido pela cedência de uso de um gabinete individual, de:

- a) Um período de carência de 6 meses, após a sua instalação;
- b) Uma redução de 50% até perfazer um ano de contrato.

Artigo 10.º-B

Isenção e reduções de valores devidos pela utilização do complexo da Piscina Municipal

1 - Agregados familiares usufruem dos seguintes benefícios:

- 1.1 Isenção, a partir do terceiro elemento, do valor de inscrição ou renovação de inscrição.
- 1.2 Redução, no valor das mensalidades:
 - a) Segundo elemento, 20%;
 - b) Terceiro elemento, 30%;
 - c) Quarto elemento, 40%;
 - d) Quinto elemento e seguintes, 50%.

2 - Utilizadores com idade igual ou superior a 60 anos, utilizadores com grau de incapacidade comprovadamente igual ou superior a 60% e portadores de “Cartão Sénior Municipal” beneficiam de uma redução de 30% no valor da mensalidade.



3 - Portadores do “Cartão ODIKIDS”, “Jovem Cidadão” ou outros cartões municipais equiparados, beneficiam de uma redução de 10% de desconto no valor da mensalidade.

4 - Participantes do “Clube Movimento”, beneficiam de uma redução de 80% de desconto no valor da mensalidade e ficam isentos do pagamento do valor da inscrição.

5 - Os beneficiários de Acordos de Cooperação, beneficiam de uma redução de 15% de desconto no valor da mensalidade.

6 - Os funcionários do Município de Odivelas, beneficiam de uma redução de 30% de desconto no valor da mensalidade.

7 – As isenções e reduções previstas nos números 1 a 6 do presente artigo não se aplicam às sessões de bem-estar, terapias individuais e sessões de tratamento nem são cumuláveis entre si ou com outros benefícios que possam surgir.

8 - Os utilizadores que frequentem as atividades individuais abaixo mencionadas beneficiam de uma redução de 25% no valor da mensalidade mais baixa, quando frequentem outra atividade aquática:

- a) Hidroterapia individual;
- b) Terapia ocupacional mensal;
- c) Treino respiratório mensal de duração máxima de 30 minutos;
- d) Massagem terapêutica mensal;
- e) Massagem de relaxamento mensal;
- f) Reabilitação psicomotora aquática mensal, uma vez por semana com a duração máxima de 30 minutos;
- g) Natação personalizada com duração máxima de 45 minutos, uma vez por semana.

9 – Os utilizadores com “Cartão bem-estar”, beneficiam das seguintes reduções nas massagens de relaxamento ocasionais ou nas sessões terapêuticas ocasionais:

- a) Ouro, por cada quatro sessões, 15%;
- b) Prata, por cada três sessões, 10%;
- c) Bronze, por cada duas sessões, 5%.

10 – Os inscritos no programa “Clube do Movimento - Desporto Sénior”, com insuficiência económica comprovada nos termos da legislação geral, estão isentos de qualquer pagamento, após apreciação dos processos e sempre que não seja ultrapassado o limite máximo de 15% dos participantes, por época desportiva, do Clube.



11 – Os utilizadores beneficiam das seguintes reduções quando a forma de pagamento for:

- a) Trimestral – 10%;
- b) Semestral – 15%;
- c) Época – 20%.

12 – Os utentes de atividades aquáticas, inscritos em duas ou mais modalidades distintas, beneficiam de uma redução de 25% no valor da mensalidade mais baixa.

13 – Sobre os valores previstos na Secção V, do Capítulo VII, do Livro III, do presente regulamento, devidos pela utilização da Piscina Municipal, não incide qualquer isenção ou redução.

Artigo 10.º-C

Isenção e reduções do Centro Cultural Malaposta

1 – Beneficiam de uma redução de 50% sobre o valor devido:

- a) “Dia do Espectador” – válido só às quintas-feiras;
- b) Escolas e grupos de teatro amador;
- c) Portadores de Cartão Jovem ou Cartão Estudante;
- d) Jovens até 30 anos – inclusive;
- e) Reformados com idade igual ou superior de 65 anos;
- f) Profissionais do espetáculo;
- g) Portadores do cartão da Biblioteca Municipal D. Dinis;
- h) Agregados compostos por cinco ou mais pessoas – Preço família;
- i) Pessoas com deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, devidamente comprovado por atestado médico multiuso, ou cartão de pessoas com deficiência das Forças Armadas, bem como para o seu acompanhante;
- j) Pessoas em situação de desemprego devidamente comprovado por documento do Instituto de Emprego e Formação Profissional, ou Segurança Social.

2 - Beneficiam de uma redução de 30% sobre o valor devido, Grupos com mais de 20 pessoas.

3 - Beneficiam de uma redução de 10% sobre o valor devido, utentes com:

- a) Cartão Fnac;
- b) Cartão Lisboa Viva.

4 – O Município de Odivelas pode celebrar acordos de cooperação ou protocolos, com outras entidades externas, dos quais podem resultar uma redução até 50% sobre o valor devido, desde que devidamente aprovados pelo órgão executivo.



5 – As reduções de valores previstas no presente artigo não são aplicáveis ao valor de bilheteira previsto no artigo 140º-T para a “Categoria K”.

6 – O Município de Odivelas disponibilizará, às Freguesias do Concelho, uma cedência gratuita por mês.

Artigo 10.º-D

Isenções e reduções de valores devidos pela utilização do Complexo Multiusos

1 - Agregados familiares usufruem dos seguintes benefícios:

1.1 Isenção, a partir do terceiro elemento, do valor de inscrição ou renovação de inscrição.

1.2 Redução, no valor das mensalidades:

- a) Segundo elemento, 20%;
- b) Terceiro elemento, 30%;
- c) Quarto elemento, 40%;
- d) Quinto elemento e seguintes, 50%.

2 - Utilizadores com idade igual ou superior a 60 anos, utilizadores com grau de incapacidade comprovadamente igual ou superior a 60%, e portadores de “Cartão Sénior Municipal” beneficiam de uma redução de 30% no valor da mensalidade.

3 - Portadores do “Cartão ODIKIDS”, “Jovem Cidadão” ou outros cartões municipais equiparados, beneficiam de uma redução de 10% de desconto no valor da mensalidade.

4 - Os beneficiários de Acordos de Cooperação, beneficiam de uma redução de 15% de desconto no valor da mensalidade.

5 - Os funcionários do Município de Odivelas, beneficiam de uma redução de 30% de desconto no valor da mensalidade.

6 – As isenções e reduções previstas nos números 1 a 5 do presente artigo não se aplicam às sessões de bem-estar, terapias individuais e sessões de tratamento nem são cumuláveis entre si ou com outros benefícios que possam surgir.

7– Os utilizadores que frequentem as atividades abaixo mencionadas beneficiam de um desconto de 25%, quando frequentem outra atividade de ginásio:

- a) Massagem terapêutica mensal uma vez por semana com a duração máxima de 30 minutos;
- b) Massagem de relaxamento mensal uma vez por semana com a duração máxima de 30 minutos.

8 - Os utilizadores com “Cartão bem-estar”, beneficiam das seguintes reduções nas massagens de relaxamento ocasionais ou nas sessões terapêuticas ocasionais:

- a) Ouro, por cada quatro sessões, 15%;
- b) Prata, por cada três sessões, 10%;
- c) Bronze, por cada duas sessões, 5%.



9 – As empresas com sede no Concelho de Odivelas que pretendam utilizar o Pavilhão Multiusos para atividades desportivas ou outras atividades no âmbito dos artigos 140.º-Y e 140.º-Z, beneficiam de uma redução de 20 % dos valores aí previstos.

10 – Os utilizadores beneficiam das seguintes reduções quando a forma de pagamento for:

- a) Trimestral – 10%;
- b) Semestral – 15%;
- c) Época – 20%.

11 – Os utentes de atividades de ginásio, inscritos em duas ou mais modalidades distintas, beneficiam de uma redução de 25% no valor da mensalidade mais baixa.

Artigo 10.º-E

Isenções e reduções nas visitas guiadas

1 – As crianças até aos 12 anos beneficiam da isenção do pagamento dos ingressos nas visitas guiadas.

2 – Os estabelecimentos de ensino, quando em visitas de estudo, beneficiam da isenção do pagamento dos ingressos nas visitas guiadas.

3 – Estudantes com mais de 12 anos, desempregados, professores e portadores de cartões municipais beneficiam de uma redução de 35%.

4 – Os participantes em atividades organizadas pela Câmara Municipal, em eventos e datas comemorativas, beneficiam da isenção do pagamento dos ingressos nas visitas guiadas.

Artigo 11.º

Cemitérios – Isenção específica

Os indigentes estão isentos de pagamento das taxas devidas pela prática de qualquer serviço fúnebre, nos Cemitérios Municipais.

Artigo 12.º

Fornecimento de informação geográfica – Redução específica

O fornecimento de informação geográfica, para fins escolares ou académicos, terá uma redução de 50% sobre o valor apurado no artigo 122º, do presente Regulamento, mediante apresentação de documento emitido pela instituição de ensino que justifique o pedido.

Artigo 13.º

Lugares de estacionamento na via pública – Isenção e redução específica

1 - As pessoas com deficiência, devidamente comprovada, nos termos da legislação geral, estão isentas do pagamento de taxas devidas pelo estacionamento na via pública.



2 - As entidades referidas nos números 1 e 3 do artigo 2.º, do presente do regulamento, estão isentas do pagamento de taxas devidas pelo estacionamento na via pública destinado a ser utilizados por pessoas com deficiência, grávidas e acompanhantes de crianças de colo, enquanto seus utentes.

3 - Podem beneficiar de uma redução de 50% no valor das taxas devidas pelo estacionamento na via pública, mediante requerimento devidamente fundamentado, as entidades que desenvolvam atividades com especial relevância para a comunidade e de interesse municipal, para utilização dos seus utentes.

Artigo 14.º

Dossiers de candidatura à criação do próprio emprego e de dossiers de candidatura a apoios ao empreendedorismo — Isenção específica

1 - Os requerentes de dossiers de candidaturas previstas no Livro II, Capítulo VIII, Secção II, artigos 109.º e 110.º, do presente Regulamento, ficam isentos do pagamento de taxas, quando os respetivos projetos se destinem a ter concretização na área geográfica do Município de Odivelas e o requerente esteja efetivamente em situação de desemprego.

2 - Nas situações em que os requerentes não concretizem os respetivos projetos na área geográfica do Município de Odivelas ou que se constate a sua utilização abusiva, a isenção será anulada e a Câmara Municipal cobrará os valores devidos.

Artigo 15.º

Processo de atribuição de isenção e redução de taxas

1 - A isenção e redução de taxas previstas no presente regulamento não dispensam o cumprimento das demais formalidades legais.

2 - As isenções e reduções previstas no Capítulo I, do presente Livro, são concedidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de subdelegação.

3 - Excetuam-se do número anterior, as isenções previstas nos números 7, 8 e 9, do artigo 2º, do presente Regulamento, que são concedidas por deliberação da Câmara Municipal.

4 - As isenções serão deferidas após apresentação de requerimento pelos interessados, e desde que façam prova da qualidade em que o requerem, não serem devedores às finanças, segurança social e ao Município de Odivelas e demais requisitos exigidos para a concessão das mesmas.

5 - As isenções previstas não autorizam os beneficiários a utilizar meios suscetíveis de lesar o interesse municipal e não abrangem as indemnizações por danos causados no património municipal.



Artigo 16.º

Indeferimento de isenção ou redução de pagamento de taxas

O indeferimento de isenção ou redução de pagamento de taxas devidas, deve ser notificado ao requerente, para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento devido, seguindo o regime dos artigos 157.º e seguintes, do presente Regulamento.

SECÇÃO II

Hasta pública

Artigo 17.º

Hasta pública

1 - Sempre que se presuma a existência de mais de um interessado, no uso e ocupação da via e do espaço público, ou de quaisquer bens imóveis públicos ou privados do Município de Odivelas, deve a Câmara Municipal promover a arrematação em hasta pública do direito da ocupação ou de uso, tendo por base um valor de licitação.

2 - Excetuam-se do regime de hasta pública a utilização dos bens do domínio privado municipal, quando, por manifesto interesse público, devidamente fundamentado e deliberado pelos órgãos autárquicos competentes, dele resulte um benefício para o Município de Odivelas.

3 - O produto da arrematação será cobrado no ato da praça, salvo se o arrematante declarar que deseja efetuar o pagamento em prestações, devendo, nesse caso, efetuar o pagamento de 50% sobre o valor da arrematação.

4 - As restantes prestações deverão ser pagas de acordo com o estatuído no n.º 2, do artigo 158º, do presente Regulamento.

5 - Em igualdade de licitação terá direito de preferência a pessoa que tinha o anterior uso e utilização do bem de domínio público ou privado municipal, exceto se o direito tiver caducado.

6 - Em caso algum, ao regime de hasta pública, após licitação poderá ser aplicado qualquer redução ou isenção prevista no presente Livro.

Artigo 18.º

Valor de licitação

Sempre que a Câmara Municipal promova a arrematação em hasta pública, nos termos do artigo anterior, do direito de uso ou ocupação de algum bem de domínio público ou privado municipal, o valor mínimo de



cada lance será previamente definido, tendo por base avaliação económico-financeira que determine o benefício económico que o arrematante possa vir a retirar pela utilização do bem em causa.

SECÇÃO III

Emissão, renovação e cessação das licenças e autorizações

Artigo 19.º

Emissão da licença ou autorização

Na sequência do deferimento do pedido de licenciamento ou autorização e mediante o pagamento das respetivas taxas, ou outros pagamentos legalmente exigíveis, os serviços municipais assegurarão a emissão do respetivo título, no qual deverá constar:

- a) A identificação do titular: nome, morada ou sede e número de identificação fiscal;
- b) O objeto da licença ou da autorização, sua localização e características;
- c) As condições impostas pela licença ou autorização;
- d) A validade da licença ou autorização, bem como o seu número de ordem.

Artigo 20.º

Precariedade das licenças e autorizações

1 - Todas as licenças e autorizações concedidas são consideradas precárias, podendo a Câmara Municipal, por motivo de interesse público, devidamente fundamentado, fazer cessá-las, restituindo, neste caso, a taxa correspondente ao período não utilizado.

2 - Excetuam-se do disposto no número anterior as licenças e autorizações que, nos termos da lei, não sejam consideradas precárias.

SECÇÃO IV

Prova documental

Artigo 21.º

Prova documental

1 - Deverão ser apresentados pelos requerentes os documentos bastantes que façam prova dos factos e do direito invocado.

2 - Os documentos autênticos ou autenticados apresentados pelos requerentes para a comprovação dos factos deverão ser devolvidos, quando dispensáveis.



3 - Sempre que o conteúdo dos documentos deva ficar registado no processo e o apresentante manifeste interesse na posse dos mesmos, os serviços extrairão e apensarão as fotocópias necessárias, cobrando o respetivo custo nos termos do fixado no presente Regulamento.

SECÇÃO V

Contratos de execução e acordos de cooperação

Artigo 22.º

Contratos de execução e acordos de cooperação

1 - O exercício das competências previstas no presente Regulamento, nos aspetos delegados nas Juntas de Freguesia, deve entender-se delegado enquanto vigorarem os respetivos contratos de execução e acordos de cooperação, exceto quanto à competência para deferir a isenção ou redução específica das taxas.

2 - A competência para aprovar regulamentos ou quaisquer outros normativos, fixar taxas e outras receitas municipais, nas áreas objeto de delegação, é da exclusiva competência da Assembleia Municipal, sob Proposta da Câmara Municipal.

3 - Quaisquer atos que violem expressa, tácita, direta ou indiretamente o número anterior, são considerados ilegais e consequentemente nulos, por violação do regime geral das taxas das autarquias locais e da Lei das Finanças Locais.

4 - Em todos os atos praticados pelas Juntas de Freguesia, no âmbito dos contratos de execução e acordos de cooperação, que envolvam a aplicação do “Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais”, este deve ser expressamente mencionado.

5 - Todas as iniciativas ou obras praticadas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito dos contratos de execução e acordos de cooperação, devem ser objeto de devida publicitação no local onde estas ocorram, com expressa menção percentual da comparticipação das entidades envolvidas.

CAPÍTULO II

CONTAGEM DE PRAZOS E INTERPRETAÇÃO

SECÇÃO I

Contagem de prazos



Artigo 23.º

Prazo - Regra geral

1 - As taxas diárias, semanais, mensais ou anuais são devidas por cada dia, semana, mês, ano ou fração, e a sua validade, com exceção dos títulos habilitantes à realização da obra, caduca no final do prazo concedido.

2 - O prazo para pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais é de 15 dias a contar da notificação para pagamento, efetuada pelos serviços competentes, exceto nos casos em que a lei fixe prazo específico.

3 - Nas situações em que o ato ou facto já tenha sido praticado ou utilizado sem o necessário título constitutivo do direito ou da situação jurídica que satisfaça a pretensão do requerente, nos casos de revisão do ato de liquidação que implique uma liquidação adicional e nos casos de liquidação periódica, o prazo para pagamento voluntário é de 8 dias, a contar da notificação para pagamento, sem prejuízo do respetivo processo de execução fiscal, contraordenacional ou de outra natureza.

4 - Nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário é expressamente proibida a concessão de moratória.

Artigo 24.º

Regras de contagem dos prazos

1 – Os prazos para pagamento são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

2 – O prazo que termine em sábado, domingo ou em dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

Artigo 25.º

Renovação de atos – Prazo específico

O pedido de renovação, desde que legalmente admissível, de quaisquer atos administrativos deverá fazer-se até ao último dia útil anterior ao termo do período da vigência do ato, salvo se outro resultar da lei, sob pena da sua caducidade.

SECÇÃO II

Legislação subsidiária e interpretação

Artigo 26.º

Legislação subsidiária – Integração de lacunas

De acordo com a natureza das matérias, às relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas, aplicam-se, subsidiariamente:

- a) A Lei das Finanças Locais;



- b) A Lei Geral Tributária;
- c) A lei que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias;
- d) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- e) O Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- f) O Código de Processo nos Tribunais Administrativos;
- g) O Código do Procedimento Administrativo;
- h) O Regime Geral das Infrações Tributárias.

Artigo 27.º

Interpretação

1 - Os casos de dúvida de interpretação e aplicação do presente regulamento serão decididos por despacho do Presidente da Câmara Municipal, mediante prévio parecer.

2 - O despacho referido no número anterior vincula os serviços municipais e deverá ser aplicado em todas as situações análogas.

SECÇÃO III

Infrações, atualização e norma de conformidade

Artigo 28.º

Penalidades

A prática de um ato ou facto gerador duma obrigação tributária ou do pagamento de um preço sem que tenha sido dado origem a procedimento próprio, ou, a sua prática para além dos prazos estipulados, sem que tenha sido pedida a sua renovação, constitui crime nos termos da legislação penal vigente ou contraordenação punível por lei ou regulamento próprio.

Artigo 29.º

Contraordenações

As infrações às normas do presente Regulamento constituem crime ou contraordenação, a aplicar cumulativamente com o mesmo e demais legislação e Regulamentos Municipais aplicáveis.

Artigo 29-A.º

Execuções Fiscais

(Revogado)



Artigo 30º

Atualização anual de valores e aplicação do imposto do selo e emolumentos

- 1 - As taxas e outras receitas municipais previstas no presente Regulamento serão atualizadas anualmente de acordo com a taxa de inflação prevista no Orçamento de Estado para o ano seguinte.
- 2 - Qualquer atualização aos valores previstos no presente Regulamento de acordo com outro critério que não o referido no número anterior, implicará a aprovação pela Câmara Municipal de proposta a apresentar à Assembleia Municipal, em conformidade com a legislação em vigor.
- 3 - As atualizações anuais previstas nos números 1 e 2, do presente artigo, deverão ser tidas em conta na preparação do Orçamento Municipal para o ano seguinte.
- 4 - A atualização das taxas indexadas ao valor definido anualmente por Portaria relativa ao valor do preço médio do m² de construção, que serve de base para avaliação do IMI, será reportada à que estiver em vigor no momento da atualização do presente Regulamento.
- 5 - A atualização indexada ao valor definido anualmente pela CMO relativa ao valor do preço de registo de terrenos do domínio municipal será reportada ao que estiver em vigor no momento da atualização do presente Regulamento.
- 6 - A atualização indexada ao valor do salário mínimo nacional será reportada ao que estiver em vigor no momento da atualização do presente Regulamento.
- 7 - Aos valores previstos no presente regulamento acresce o imposto do selo e emolumentos, quando devidos.
- 8 - Excetua-se do número 1 e 2 do presente artigo, a atualização dos valores das taxas previstas em legislação própria.

Artigo 31.º

Publicitação

- 1 - O presente Regulamento é publicitado de acordo com a legislação em vigor.
- 2 - A fundamentação de Direito e a justificação económico-financeira dos valores a liquidar e a cobrar, nos termos do presente Regulamento, estão disponíveis para consulta.
- 3 - Para efeitos do número anterior os interessados deverão requerer a sua consulta nos locais de atendimento ao público do Município, que agendarão a disponibilização dos elementos com os serviços competentes.



4 – O presente Regulamento está disponível no portal do município www.cm-odivelas.pt

Artigo 32.º

Expressão monetária

Todos os valores apresentados no presente Regulamento são expressos em Euro.

Artigo 33.º

Norma de conformidade

Todos os regulamentos municipais deverão conformar-se com as normas constantes do presente Regulamento.



LIVRO II

TAXAS



CAPÍTULO I

INCIDÊNCIA OBJETIVA E SUBJETIVA

SECÇÃO I

Incidência objetiva e subjetiva

Artigo 34.º

Incidência objetiva

As taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios, designadamente:

- a) Pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas primárias e secundárias;
- b) Pela concessão de licenças, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- c) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- d) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;
- e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva;
- f) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da proteção civil;
- g) Pelas atividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;
- h) Pelas atividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional;
- i) Sobre a realização de atividades dos particulares geradores de impacto ambiental negativo;
- j) Pelas utilidades prestadas ou geradas pelas atividades, no âmbito do Balcão do empreendedor.

Artigo 35.º

Incidência subjetiva

1 - O sujeito ativo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas previstas no presente regulamento é o Município de Odivelas, como titular do direito de exigir aquela prestação.

2 - O sujeito passivo é a pessoa singular, coletiva ou outras entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e dos regulamentos aprovados pelos órgãos municipais competentes, estejam vinculados ao cumprimento da prestação tributária.



SECÇÃO II

Balcão do Empreendedor

Artigo 35.º-Aº

Balcão do Empreendedor

1 - Pela submissão de pedidos no âmbito do Balcão Empreendedor são devidas as seguintes taxas:

- a) Mera comunicação prévia35,00
- b) Autorizações70,00
- c) Autorizações conjuntas.....100,00

2 - Aos valores definidos no número anterior acrescem as taxas que lhe sejam aplicáveis e que estejam previstas no presente Livro.

3 - Pelo atendimento mediado é devida a seguinte taxa a que acresce aos números anteriores.....15,00

CAPÍTULO II

OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

SECÇÃO I

Definições

Artigo 36.º

Definições

Para efeitos do presente regulamento e com o objetivo de uniformizar a terminologia urbanística em todos os regulamentos municipais considera-se que os conceitos urbanísticos referidos no presente Regulamento são os definidos no RMEU.

SECÇÃO II

Serviços diversos

Artigo 37.º

Serviços diversos

1 - Averbamentos em processos31,13

2 - Depósito de ficha técnica de habitação, por cada ficha:

- a) Em suporte papel.....25,00
- b) Em suporte digital.....20,00



- 3 - Sempre que as fichas técnicas sejam entregues em ambos os formatos, apenas será cobrada a taxa relativa ao depósito da ficha técnica de habitação em formato digital.
- 4 - Segunda via da ficha técnica da habitação.....25,00
- 5 - Consulta a livro de obra em formato digital.....4,71
- 6 - Averbamentos de processos de construção e de alteração de instalação de armazenamento de produtos de petróleo e instalação de postos de abastecimento de combustíveis.....60,00
- 7 - Junção de elementos, por cada entrega.....5,00

SECÇÃO III

Licenças e comunicações prévias de operações urbanísticas

Artigo 38.º

Pedido de Destaque

- Apresentação de pedido de informação relativo a destaque.....80,00

Artigo 39.º

Pedidos de informação prévia ou de localização

- 1 . Apresentação de pedido de informação prévia sobre:
- a) Construção de moradia uni ou bifamiliar.....100,00
 - b) Construção de edifício de habitação coletiva ou destinado a atividades económicas.....150,00
 - c) Pedido de operação de loteamento ou obras de urbanização.....200,00
- 2 . Apresentação de pedido de parecer sobre localização nos termos de legislação específica.....238,30

Artigo 40.º

Pedidos de licenciamento e comunicações prévias

São cobrados os seguintes valores pela apresentação de procedimentos urbanísticos:

1 - Comunicação prévia de edificação:

- a) Moradia uni ou bifamiliar e seus anexos.....100,00
- b) Edifício até 8 frações.....225,00
- c) Edifício com mais de 8 frações.....605,69
- d) Edifício de impacte semelhante a loteamento.....850,00

2 – Licenciamento de edificação:

- a) Moradia uni ou bifamiliar e seus anexos.....100,00
- b) Edifício até 8 frações.....240,00



c) Edifício com mais de 8 frações.....	605,69
d) Edifício de impacte semelhante a loteamento.....	970,00
3 - Alterações ao projeto de arquitetura	100,00
4 - Licenciamento de operação de loteamento e obras de urbanização situadas em AUGI:	
a) Por pedido até 100 frações.....	790,00
b) Por pedido com mais de 100 frações.....	1.100,00
c) Pedido de alteração a alvará de loteamento até 100 frações.....	602,00
d) Pedido de alteração a alvará de loteamento com mais de 100 frações.....	757,00
5 - Licenciamento de operação de loteamento e obras de urbanização não situadas em AUGI:	
a) Por pedido até 100 frações.....	1.648,44
b) Por pedido com mais de 100 frações.....	1.915,82
c) Pedido de alteração a alvará de loteamento até 100 frações.....	570,00
d) Pedido de alteração a alvará de loteamento com mais de 100 frações	670,00
6 - Obras de demolição.....	160,00
7 - Intervenção no subsolo.....	100,00
8 - Instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicação.....	100,00
9 - Remodelação de terrenos.....	100,00
10 - Sempre que se verifique que os pedidos referidos nos números 4 e 5 do presente artigo prevejam a construção de área destinada a atividades económicas, e a mesma não se encontre contabilizada em frações, por cada 100 m ² ou fração de área de construção destinada àquele uso deverá ser feita a equiparação a uma fração, devendo o valor obtido relevar para a determinação do número de frações.	
11 - Outras operações urbanísticas.....	45,41

Artigo 41.º

Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis

Apreciação dos pedidos de aprovação dos projetos de construção e de alteração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis, de acordo com o previsto em legislação específica:



Capacidade total dos reservatórios			
$\geq 5000(m^3)$	$<5000 \geq 500(m^3)$	$<500 \geq 50(m^3)$	$<50(m^3)$
3.900,00€ acrescido de 42,00€ por cada $100m^3$ (ou fração acima de $5000(m^3)$)	1.200,00€ acrescido de 6,00€ por cada $10 m^3$ (ou fração) acima de $500(m^3)$	600,00€ acrescido de 6,00€ por cada $10 m^3$ (ou fração) acima de $50(m^3)$	300,00€

SECÇÃO IV

Taxas de controlo de operações urbanísticas

Artigo 42.º

Operação de loteamento e obras de urbanização

1 – As operações de loteamento, com ou sem obras de urbanização, estão sujeitas ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = (P \times Y) + (A1 \times M1) + (A2 \times M2) + (A3 \times M3)$$

Em que:

P= Prazo de execução das obras de urbanização em meses

Y= Valor por mês ou fração.....55,96

A1= Valor por cada lote.....25,57

M1= Número de lotes constituídos

A2= Valor cada fogo.....10,46

M2= Número de fogos previstos

A3= Valor de outra utilização.....0,36

M3= Área de outras utilizações por cada m^2 ou fração

2 - As obras de urbanização, estão sujeitas ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = (P \times Y) + (D1 \times M1)$$

Em que:

P= Prazo de execução das obras de urbanização, por mês ou fração

Y= Valor por cada mês ou fração.....55,96

D1= Valor de área a urbanizar por hectare.....104,59

M1= Número de hectares a urbanizar



3 - A alteração a operação de loteamento ou obras de urbanização, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = (P \times Y) + (E1 \times M1) + (E2 \times M2) + (E3 \times M3)$$

em que:

P = Prazo acrescido ao prazo inicial concedido por mês ou fração;

Y = Valor do prazo acrescido por mês e fração.....55,96

E1 = Por cada lote alterado;

M1 = Valor de cada lote alterado.....25,57

E2 = Por cada fogo alterado;

M2 = Valor por cada fogo alterado.....10,46

E3 = Por cada uso ou fração não habitacional alterado;

M3= Valor por cada uso ou fração não habitacional alterado.....36,56

4- Aos valores previstos nos números anteriores acresce:

a) O valor da TMU, calculada nos termos do previsto no artigo 52º do presente regulamento.

b) No licenciamento, o valor da taxa devida pela emissão de alvará de loteamento ou seu aditamento.....512,46

c) Na comunicação prévia, o valor da taxa devida pela emissão de certidão de apresentação da operação urbanística.....512,46

Artigo 43.º

Obras de Edificação

1 – As obras de edificação estão sujeitas ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V=(PxZxY)$$

P= Prazo de execução da obra em meses ou fração

Z= Área total de construção em m²

Y= Valor do m² ou fração de área de construção.....0,43

2 – Ao valor previsto no número anterior acresce:

a) No licenciamento, o valor da taxa devida pela emissão de alvará de obras de edificação.....41,72

b) No licenciamento, acresce também o valor da TMU1, calculada nos termos do previsto no artigo 53º do presente regulamento.

c) Na comunicação prévia, o valor da taxa devida pela emissão de certidão de apresentação da operação urbanística.....41,72



3 – As obras de alteração, não incluídas em obras em curso, a edifícios ou suas partes estão sujeitas ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

$$V = P \times (Z \times Y)$$

Em que:

P= Prazo de execução da obra

Z= Área de construção alterada em m²

Y= Valor por m² ou fração da área alterada.....1,94

4 – Ao valor previsto no número anterior acresce:

a) No licenciamento, o valor da taxa devida pela emissão de alvará de obras de edificação.....41,72

b) Na comunicação prévia, o valor da taxa devida pela emissão de certidão de apresentação da operação urbanística.....41,72

5 – As obras de demolição estão sujeitas ao pagamento da taxa devida pela emissão do alvará, no valor de.....41,72

Artigo 44.º

Licença parcial

A licença parcial emitida ao abrigo do n.º 6, do artigo 23.º, e n.º 4, do artigo 116.º, do RJUE, está sujeita ao pagamento integral da taxa calculada para a emissão do alvará de licença de construção definitiva.

Artigo 45.º

Outras operações urbanísticas

A realização das seguintes operações urbanísticas está sujeita ao pagamento do valor resultante das fórmulas correspondentes:

1 - Aberturas de vala

$$V = T + (L \times H1) + (P \times H2)$$

Em que:

T= Taxa de emissão de título41,72

L= Comprimento da vala

H1= Valor por metro linear.....10,00

P= Prazo de execução da obra por dia ou fração

H2= Valor por dia.....10,00



2 - Remodelação de terreno

$$V = T + (P \times Z \times H2)$$

Em que:

T= Taxa de emissão de alvará de licença41,72

P= Prazo de execução da obra por mês ou fração

Z= Por cada hectare remodelado ou fração

H2= Valor por hectare de terreno remodelado.....168,37

3 - Construções destinadas à instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicação,

$$V = T + (P \times Z \times H3)$$

Em que:

T= Taxa de emissão de alvará de licença ou autorização.....41,72

P= Prazo de execução da obra por dia ou fração

Z= Área de construção em m²

H3= Valor por m² de área de construção.....0,56

4 - Outras operações urbanísticas:

$$V = T + (P \times Z \times H4)$$

Em que:

T= Taxa de emissão de alvará ou outro título41,72

P= Prazo de execução ou ocupação por mês ou fração

Z= Área da ocupação em m²

H4= Valor por m² de área de ocupação0,50

SECÇÃO V

Prorrogações de prazo e obras inacabadas

Artigo 46.º

Prorrogações de prazo para execução de obras

1 - A apresentação do pedido de prorrogação está sujeito ao pagamento das seguintes taxas:

a) Obras de edificação.....90,00

b) Obras de urbanização.....90,00



2 – O controlo de obras de edificação em prorrogação de prazo está sujeito ao pagamento do valor resultante das fórmulas correspondentes:

2.1 - Prorrogação de prazo, por mês ou fração e m² de construção ou fração

$$V = T + (P \times F \times M)$$

Em que:

T= Taxa devida pela emissão de alvará ou certidão de apresentação de comunicação prévia.....41,72

P= Prazo de execução da obra

F= Área total de construção em m²

M= Valor por m² ou fração da área de construção.....0,43

2.2 - Prorrogação de prazo para acabamentos ou prorrogação na sequência de alterações, por mês ou fração e m² de construção ou fração

$$V = T + (P \times G \times M)$$

Em que:

T= Taxa devida pela emissão de alvará ou certidão de apresentação de comunicação prévia.....41,72

P= Prazo de execução da obra

G= Área de construção por m² ou fração

M= Valor por m² ou fração da área de construção.....0,63

3 – O controlo de obra de urbanização em prorrogação de prazo está sujeito ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

$$V = T + (P \times Y)$$

em que:

T = Taxa devida pelo averbamento a aplicar em todos os pedidos de prorrogação de prazo de obras de urbanização.....512,46

P = Prazo acrescido ao prazo inicial concedido por mês ou fração;

Y = Valor do prazo acrescido por mês e fração.....55,96

Artigo 47.º

Obras inacabadas

1 – Apresentação de pedido de licença especial para conclusão de obras inacabadas.....100,00

2 - A licença especial para conclusão de obras inacabadas de edificação, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = S + (P \times M \times I)$$

Em que:

S= Taxa devida pela emissão de título.....41,72



P= Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração

M= Valor por m² de área de construção.....0,63

I= Área de construção por m² ou fração

4 - A licença especial para conclusão de obras inacabadas de urbanização está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = S1 + (P \times M)$$

Em que:

S1= Taxa devida pela emissão de título.....512,46

P= Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração

M= Valor por mês ou fração.....55,96

SECÇÃO VI

Autorizações de utilização e alterações de utilização de edificações

Artigo 48.º

Pedidos de autorização de utilização ou alteração de utilização

1 - Apresentação de pedido de autorização de utilização ou alteração da utilização.....75,00

2 - **A autorização de utilização está sujeita ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:**

$$V = T + (J1 \times M1)$$

Em que:

T= Taxa devida pela emissão do alvará de utilização41,73

J1= Área de construção

M1= Valor por m² de área de construção.....0,44

3 – A alteração de utilização de edificação já titulada, sem a realização de obras, está sujeita ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

$$V = T + (J2 \times M2)$$

Em que:

T= Taxa devida pela emissão do alvará.....41,73

J2=Área total de uso alterado

M2=Valor por m² de uso alterado.....0,22

4 – A alteração de utilização de edificação já titulada, com a realização de obras, está sujeita ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

$$V = T + P \times (J3 \times M3)$$

Em que:



T= Taxa devida pela emissão do alvará.....	41,73
P= Prazo de execução da obra	
J3=Área total de uso alterado	
M3=Valor por m ² de uso alterado.....	0,22

SECÇÃO VII

Taxas por vistoria

Artigo 49.º

Vistorias e diligências

Os pedidos de realização de vistorias e diligências estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

1– Diligência para verificação dos requisitos de propriedade horizontal ou para os efeitos previstos no artigo 58.º do CPA.....100,00

2–Vistorias requeridas para efeitos do dever da conservação e manutenção de imóveis ou outras.....100,00

3 – Aos valores previstos no nº 1 e 2, acresce por cada fogo e seus anexos ou unidade de ocupação tal como garagem ou similares a mais.....7,84

4 - Vistorias para a determinação dos níveis de conservação da edificação e para a definição de obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior:

a) Por cada vistoria para determinação do nível de conservação (anterior e posterior à execução de obra).....102,00

b) Por cada vistoria para definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior.....51,00

c) As taxas previstas no presente número são reduzidas a um quarto quando se trate de várias unidades do mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira

5 - O pagamento dos peritos não funcionários municipais deverá ser efetuado diretamente pelos interessados às entidades a que pertençam e em conformidade com seus respetivos regulamentos.

6 - Taxas para vistorias relativas aos projetos de construção e de alteração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de	Capacidade total dos reservatórios
---	---



abastecimento de combustíveis:				
	$\geq 5000(m^3)$	$<5000 \geq 500(m^3)$	$<500 \geq 50(m^3)$	$<50(m^3)$
Vistorias relativas ao processo de licenciamento	600,00 €	600,00 €	480,00 €	300,00 €
Vistorias para verificação do cumprimento das medidas impostas não decisões proferidas sobre reclamações	600,00 €	600,00 €	480,00 €	300,00 €
Vistorias periódicas	1.800,00 €	900,00 €	480,00 €	300,00 €
Repetições das vistorias para verificação das condições impostas	1.200,00 €	1.200,00 €	600,00 €	480,00 €

7 - Pedido de vistoria destinada a receção provisória ou definitiva de obras de urbanização:

- a) Por obras que abranjam menos de 100 frações.....625,00
- b) Por obras que abranjam mais de 100 frações.....685,00
- c) Por obras que abranjam menos de 100 frações em AUGI.....417,00
- d) Por obras que abranjam mais de 100 frações em AUGI.....455,00

8 - Sempre que se verifique que os pedidos referidos no número anterior prevejam a construção de área destinada a atividades económicas, e a mesma não se encontre contabilizada em frações, por cada 100 m² ou fração de área de construção destinada àquele uso deverá ser feita a equiparação a uma fração, devendo o valor obtido relevar para a determinação do número total de frações.

Artigo 50.º

Redução ou reforço da caução

1 - Pelo pedido de redução ou reforço da caução prestada para garantir a execução das obras de urbanização.....330,00

2 - Pelo pedido de redução ou reforço da caução prestada para garantir a execução das obras de urbanização em AUGI.....220,00

SECÇÃO VIII

Taxa municipal de urbanização



Artigo 51.º

Incidência da taxa municipal de urbanização

1 – As taxas municipais de urbanização visam assegurar o reforço das infraestruturas e não dependem da instrução de operação urbanística.

2 – A TMU e a TMU1 são devidas nas operações de loteamento e suas alterações e, nas obras de edificação e suas ampliações situadas em áreas não abrangidas por alvará de loteamento, em edifícios de impacte semelhante a loteamento e suas ampliações, em edifícios de impacte relevante e suas ampliações.

3 – As taxas previstas no número anterior serão pagas no ato de emissão do respetivo alvará ou tratando-se de comunicações prévias após o decurso previsto para o seu saneamento, previamente à apresentação da comunicação para o início da obra.

4 - Nas operações de loteamento em AUGI ou outros bairros de origem ilegal e suas alterações é igualmente devida a TMU e as taxas de compensação pela área de cedência para equipamento de utilização coletiva em falta, calculadas proporcionalmente considerando a finalidade ou uso das construções dos lotes e a área de construção, devendo estas taxas constar em anexo ao alvará.

5 - A TMU e a TMU1 variam proporcionalmente ao investimento municipal que a operação urbanística em causa implique ou venha a implicar e terá em consideração o seguinte zonamento do Concelho:

Zona A – Freguesia de Odivelas e União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto

Zona B – União das Freguesias de Ramada e Caneças e União das Freguesias de Pontinha e Famões

Artigo 52.º

Cálculo da taxa municipal de urbanização devida em operações de loteamento

A TMU é o valor da taxa devida ao Município pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas Urbanísticas em áreas sujeitas a operação de loteamento e é fixada para cada zona ou unidade territorial em função do custo das infraestruturas e equipamentos gerais a executar pela Câmara Municipal, dos usos e tipologias das edificações, tendo, ainda, em conta o plano plurianual de investimentos municipais, de acordo com o método de cálculo definido através da seguinte fórmula:

$$TMU = (K1 \times K2 \times K3 \times V \times S) + K4$$

Em que:

K1 – Fator que traduz a influência do uso, tipologia e localização em áreas geográficas diferenciadas de acordo com os seguintes valores:

Tipologias de Construção	Zona	Valores de K1
	A	0,03



Habitação	B	0,0275
Habitação e Comércio e/ou Serviços e/ou Indústria	A	0,035
	B	0,0325
Armazéns e Indústrias	A	0,04
	B	0,0375

K2 – Fator que traduz o nível de infraestruturação do local (número de infraestruturas existentes), de acordo com o indicado no seguinte quadro:

Número de infraestruturas existentes e em funcionamento	Valores de K2
Nenhuma	0,50
Uma a Três	0,75
Quatro ou mais	1,00

K3 – Fator cujo valor pode variar entre 0,8 e 1,2 e que relaciona as áreas de cedência obrigatórias para espaços verdes e/ou equipamentos de utilização coletiva, com as áreas a ceder para os mesmos fins.

K4 – Fator que traduz a influência do programa plurianual de investimentos para a execução de infraestruturas urbanísticas e equipamentos públicos na zona de referência onde se irá inserir a operação urbanística. Quando não esteja previsto para a zona qualquer investimento em infraestruturas ou equipamento público, o valor deste coeficiente será igual a 1;

$$K4 = \frac{\text{Programa Plurianual}}{\Omega} \times S$$

Ω

Ω – Área (m²) estimada para a zona de referência;

V – Valor do preço por metro quadrado de construção, definido por portaria anualmente publicada, para efeito do regime do arrendamento urbano para habitação, renda livre, condicionada e apoiada;

S – Representa a área total de construção (m²) destinada ou não à habitação, com exclusão de áreas de estacionamento.

Artigo 53.º

Cálculo da taxa municipal de urbanização devida em obras de edificação em áreas não abrangidas por operações de loteamento

A TMU1 é devida ao Município pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas nas obras de edificação em áreas não abrangidas por operações de loteamento e é fixada para cada zona ou unidade territorial em função do custo das infraestruturas e equipamentos gerais a executar pela Câmara Municipal, dos usos e tipologias das edificações, tendo ainda em conta o plano plurianual de investimentos municipais, de acordo com o método calculado através da seguinte fórmula:

$$TMU1 = (K1 \times K2 \times V \times S) + K3$$



Em que:

K1 – Fator que traduz a influência da tipologia, do uso e localização em áreas geográficas diferenciadas, de acordo com os valores constantes do seguinte quadro:

Tipologias de Construção	Zona	Valores de K1
Habitação	A	0,0125
	B	0,01
Habitação e Comércio e/ou Serviços e/ou Indústria	A	0,015
	B	0,0125
Armazéns e Indústrias	A	0,0175
	B	0,015
Anexos	(-)	0,05

K2 – Fator que traduz o nível de infraestruturação do local (número de infraestruturas existentes) e cujos valores constam no seguinte quadro:

Número de infraestruturas existentes e em funcionamento	Valores de K2
Nenhuma	0,50
Uma a Três	0,75
Quatro ou mais	1,00

K3 – Fator que traduz a influência do programa plurianual de investimentos para a execução de infraestruturas urbanísticas e equipamentos públicos na zona de referência onde se irá inserir a operação urbanística. Quando não esteja previsto para a zona qualquer investimento em infraestruturas ou equipamento público, o valor deste coeficiente será igual a 1;

$$K3 = \frac{\text{Programa plurianual}}{\Omega} \times S$$

Ω – Área (m²) estimada para a zona de referência;

V – Valor do preço por metro quadrado de construção, definido por portaria anualmente publicada para efeito do regime do arrendamento urbano para habitação, renda livre, condicionada e apoiada;

S – Representa a área total de construção (m²), destinada ou não à habitação, com exclusão de áreas de estacionamento, zonas técnicas, salas de condomínio e compartimentos para contentores do lixo.



CAPÍTULO III

OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO OU PRIVADO MUNICIPAL

SECÇÃO I

Ocupação do espaço público, solo e subsolo

Artigo 54.º

Por motivo de obras e promoção imobiliária

1 - Pedido de ocupação do espaço público por motivo de obras ou promoção imobiliária.....50,00

2 - A ocupação do espaço público por motivo de obras, em área delimitada como estaleiro, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V=T+(P \times R \times M)$$

Em que:

T= Taxa de emissão de título, quando aplicável.....41,72

P= Por mês de ocupação ou fração

R= Valor por m² ou fração de área de ocupação.....1,50

M= Área de ocupação por m² ou fração

3 - A ocupação do espaço público por motivo de obras, em área não delimitada como estaleiro, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V= T+ (P \times R \times M)$$

Em que;

T= Taxa de emissão de título.....41,72

P= Por mês de ocupação ou fração

R= Valor por m² ou fração de área de ocupação.....3,00

M= Área de ocupação por m² ou fração

4 - Por cada contentor de obra, em área não delimitada como estaleiro, por dia.....8,33

5 - Por cada contentor destinado à promoção imobiliária, em área não delimitada como estaleiro, por dia.....16,66

6 - Para efeitos de ocupação da via pública com contentores de entulhos de obra, estão as empresas de aluguer de contentores obrigadas a identificar o locatário do contentor respetivo, devendo indicar o nome e residência ou denominação e sede social, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva, sempre que tal lhes for solicitado, sob pena de se tornarem responsáveis pela obtenção da licença e pagamento das taxas devidas.



Artigo 55.º

Equipamentos de concessionárias de serviços públicos

Pela ocupação do espaço público, com equipamentos de concessionários de serviços públicos, abrangendo, nomeadamente, suporte de fios telegráficos, telefónicos ou eléctricos, postos de transformação, cabinas eléctricas, armários ou semelhantes, cabina telefónica ou outros postos de equipamento de transmissão de comunicação ou informação, de voz ou imagem, galerias técnicas e aerogeradores, é devido, mensalmente, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que:

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....3,00

Artigo 56.º

Postos de abastecimento de combustível ou outras instalações abastecedoras

Pela utilização do espaço de domínio público ou privado municipal, por instalações de postos de abastecimento de carburantes líquidos ou gasosos, bombas de ar ou água, bombas volantes, compressores, áreas de lavagem de veículos e áreas de tomada de água e ar, é devido, anualmente, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que;

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....15,00

Artigo 57.º

Ocupação do subsolo com equipamentos de concessionárias de serviços públicos

A ocupação do subsolo com equipamentos de concessionárias de serviços públicos está sujeita ao pagamento das seguintes taxas:

- a) Depósito subterrâneo, com exceção dos destinados a bombas abastecedoras, por m³ ou fração e por ano.....5,00
- b) Tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes, por metro linear ou fração e por ano:
 - b.1 – Com diâmetro até 20 cm.....2,00
 - b.2 – Com diâmetro superior a 20 cm.....3,00



SECÇÃO II

Ocupação do espaço público por outros motivos

Artigo 57.º-A

Pedidos no âmbito do Balcão Eletrónico

(Revogado)

Artigo 57.º-B

Pedidos não incluídos no Balcão Eletrónico

1 – A submissão de pedidos não incluídos no âmbito do Balcão Eletrónico está sujeita ao pagamento da seguinte taxa.....45,00

2 - Ao valor definido no número anterior acrescem as taxas que lhe sejam aplicáveis e que estejam previstas no presente Livro.

Artigo 58.º

Espaço aéreo sobre a via pública

1 - (Revogado)

2 - A ocupação do espaço aéreo sobre a via pública com alpendres fixos ou articulados, toldos, fitas anunciadoras e outras ocupações do espaço aéreo, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração do dispositivo publicitário

R= Valor por m² de área ocupada.....0,40

Artigo 58.º-A

Espaço aéreo sobre a via pública no âmbito do Licenciamento Zero

(Revogado)

Artigo 59.º

Esplanadas e outras ocupações¹

1 - (Revogado)

¹ Ver redação do artigo 167.º



2 - A ocupação do espaço público com esplanadas abertas, com ou sem estrado e, com ou sem guarda-vento, incluindo, nomeadamente, mesas, cadeiras, guarda-sóis, arcas de gelados e brinquedos mecânicos ou equipamentos similares, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....3,00

3 - A ocupação do espaço público com esplanadas fechadas, integradas ou não nos edifícios, incluindo, nomeadamente, mesas, cadeiras, arcas de gelados e brinquedos mecânicos ou equipamentos similares, quiosques e roulotes, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....10,00

4 - A ocupação do espaço público, nomeadamente, com arcas de gelados, brinquedos mecânicos e equipamentos similares, ou outras ocupações, não incluídos em esplanadas, está sujeita ao valor resultante da aplicação da fórmula prevista no n.º 2, do presente artigo.

Artigo 59.º-A

Esplanadas e outras ocupações no âmbito do Licenciamento Zero¹

(Revogado)

Artigo 60.º

Utilização da via pública para atividades diversas

1 - Pela concessão e autorização de utilização da via pública para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo, comercial ou outras, que afetem, ou não, o trânsito normal, por atividade29,76

2 - Ao valor definido no número anterior acresce, por dia.....2,94



Artigo 61.º

Lugares de estacionamento na via pública

Pela ocupação de lugares de estacionamento na via pública por pessoas singulares, ou pessoas coletivas com fins lucrativos, é devido por cada lugar, por mês ou fração48,10

SECÇÃO III

Ocupação do espaço público com suportes publicitários

Artigo 62.º

Suportes publicitários no espaço público

Os suportes publicitários, luminosos ou não luminosos, em espaço público, ou integrados em mobiliário urbano, estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

1 - (Revogado)

2 - A ocupação do espaço público com suportes publicitários, nomeadamente, painéis, vídeo-painéis, mupis, monopostos, relógios, termómetros, colunas e reclamos ou anúncios, luminosos ou não luminosos, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração da estrutura do suporte publicitário

R= Valor por m² ou fração da área ocupada por estrutura do suporte publicitário.....6,00

3 - Os suportes publicitários integrados em mobiliário urbano estão sujeitos ao pagamento do valor resultante da aplicação da fórmula prevista no número anterior.

4 - Os suportes publicitários em abrigos estão sujeitos ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração da estrutura do suporte publicitário

R= Valor por m² ou fração da área ocupada por estrutura do suporte publicitário.....3,00



5 – Os suportes publicitários, luminosos ou não luminosos, colocados em edificações, estão sujeitos ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração da estrutura do suporte publicitário

R= Valor por m² de área ocupada da estrutura do suporte publicitário.....1,00

Artigo 63.º

Suportes publicitários em dispositivos aéreos

1 - Pelo pedido de emissão de título para colocação de publicidade em avionetas, helicópteros, parapente, para-quedas, balões ou outros dispositivos semelhantes.....175,06

2 - Ao valor definido no número anterior acresce, por dia e por cada dispositivo aéreo.....2,94

Artigo 64.º

Suportes publicitários sonoros ou audiovisuais

1 - Pelo pedido de emissão de título para divulgação de publicidade através de suportes sonoros ou audiovisuais, na ou para a via pública.....37,16

2 - Ao valor definido no número anterior acresce, por dia e por suporte.....2,94

Artigo 65.º

Suportes publicitários em veículos

1 - Pelo pedido de emissão de título para circulação de veículos com publicidade.....24,63

2 - A publicidade colocada em veículos está sujeita ao pagamento, por mês ou fração e por cada veículo, dos seguintes valores:

a) Motociclos.....1,55

b) Automóveis ligeiros.....3,11

c) Pesados.....6,22

3 - A publicidade colocada em veículos, que transitem por vários municípios apenas é objeto de licenciamento pela Câmara Municipal de Odivelas quando os seus proprietários tenham residência permanente ou as empresas proprietárias ou locatárias tenham a sua sede social na área geográfica do Município de Odivelas.



Artigo 66.º

Outras ocupações do espaço público com suportes publicitários

1 - (Revogado)

2 - Pela colocação de insufláveis, mastros, bandeiras, bandeirolas, pendões com publicidade, colocados em muros, paredes, mostradores, corpos balanceados ou outros locais semelhantes, por unidade e por mês ou fração.....5,75

3 - Pela colocação de chapéus-de-sol com publicidade, por unidade e por mês ou fração.....1,03

4 - A colocação de cartazes de papel, telas, lonas ou outros materiais com publicidade, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração do suporte publicitário

R= Valor por m² de área ocupada pelo suporte publicitário.....1,50

Artigo 67.º

Distribuição gratuita de jornais e campanhas publicitárias de rua

1 - Pelo pedido de emissão de licença de distribuição gratuita de jornais e para a realização de campanhas publicitárias de rua, que envolvam a distribuição de panfletos, produtos, provas de degustação ou outras ações promocionais de natureza publicitária, por cada local.....78,76

2 - Ao valor definido no número anterior acresce, por dia.....2,94



CAPÍTULO IV

SUPORTES PUBLICITÁRIOS EM DOMÍNIO PRIVADO

Artigo 68.º

Suportes publicitários em propriedade particular

1 - (Revogado)

2 - A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias, nomeadamente em painéis, vídeo-painéis, mupis, monopostos, mastros, relógios, termómetros, colunas, reclamos ou anúncios, luminosos ou não luminosos, insufláveis, bandeiras, bandeirolas, pendões, cartazes de papel, telas, lonas, ou outros suportes ou materiais, que se divisem da via pública, dependem de prévia autorização para verificação da conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor e estão sujeitas ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração da estrutura do suporte publicitário

R= Valor por m² ou fração da área ocupada por estrutura do suporte publicitário.....6,00

CAPÍTULO V

OUTROS LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES

SECÇÃO I

Condução e exercício da atividade de transportes

Artigo 69.º

Licença de condução de ciclomotores

(Revogado)

Artigo 70.º

Exercício da atividade de transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros

Pela emissão de título relativo ao exercício da atividade de transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros, são devidas as seguintes taxas:

- a) Licença de aluguer para veículo ligeiro.....212,78
- b) Revalidação da licença de aluguer.....22,36
- c) Transmissão de licença de aluguer.....40,53
- d) Pedido de admissão a concurso.....40,54



e) Pedido de substituição de veículo de aluguer.....	22,02
f) Pelas vistorias a realizar a veículo de substituição de veículo de aluguer	30,00
g) Pedido de cancelamento.....	22,35
h) Passagem de duplicado, segunda via ou substituição de documento deteriorado, destruído ou extraviado.....	22,35
i) Pedido de averbamento.....	21,46

SECÇÃO II

Venda ambulante e outras atividades

Artigo 71.º

Licença para o exercício de atividades ambulantes

1 – (Revogado)	
2 - (Revogado)	
3 - (Revogado)	
4 – Pela emissão de licença higeo-sanitária é devida a taxa de.....	22,33

Artigo 71.º-A

Prestação de serviços de restauração e bebidas de carácter não sedentário

(Revogado)

Artigo 72.º

Espectáculos diversos

1 - (Revogado)	
2 - O licenciamento de recintos itinerantes ou improvisados ficam sujeitos ao pagamento da taxa prevista no artigo 57.º-B e acresce por cada dia do evento.....	2,94
3 - Ao licenciamento previsto no número anterior quando careça de vistoria acresce a taxa prevista no número 1, do artigo 90.º do presente regulamento.	

Artigo 73.º

Venda de bilhetes

(Revogado)

Artigo 74.º

Espectáculos desportivos

1 - Pelo pedido de exercício da atividade de realização de jogos, desportos públicos ou espetáculos de natureza desportiva ou provas desportivas.....	32,91
---	-------



2 - Ao valor definido no número anterior acresce, por dia.....2,94

Artigo 75.º

Atividade de guarda-noturno

Pelo pedido de licenciamento da atividade de guarda noturno.....28,91

Artigo 76.º

Outras atividades

1 - Pelo pedido de exercício das seguintes atividades e, independentemente do local onde sejam exercidas, são devidas as seguintes taxas:

- a) (Revogado)
- b) Fogueiras e queimadas.....35,09
- c) Acampamentos ocasionais, por equipamento.....35,20
- d) Fogo-de-artifício.....41,82

2 - Pelo exercício das atividades previstas no número anterior, com exceção das alíneas a) e b), do número anterior, por dia.....2,94

Artigo 77.º

Exercício da atividade de exploração de máquinas de diversão

1 – (Revogado)

2 - São devidas as seguintes taxas pelo:

- a) Registo.....104,04
- b) Segunda via e documentos.....34,67
- c) Averbamento por transferência de propriedade.....46,32
- d) Substituição do título de registo emitido pelo Governo Civil.....40,54



SECÇÃO III
Atividade industrial

Artigo 78.º
Estabelecimentos Industriais

(Revogado)

Artigo 78.º-A
Sistema de indústria responsável

1 - Pelos pedidos efetuados no âmbito Sistema de Indústria Responsável, são devidas as taxas legalmente fixadas e fundamentadas no regime jurídico do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto.

2 - As taxas referidas no número anterior são automaticamente atualizadas de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com base na variação do índice médio de preços no consumidor no continente, relativo ao ano anterior, excluindo a habitação, e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

SECÇÃO IV
Mercados

SUBSECÇÃO I
Arrendamento mensal

Artigo 79.º
Arrendamento mensal

Pela utilização dos espaços existentes nos mercados municipais, quer sejam lojas ou bancas, é devido, mensalmente, pelos concessionários, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que:

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor da área ocupada por m² ou fração.....6,00



SUBSECÇÃO II

Lugares de terrado

Artigo 80.º

Feiras

Pela ocupação de lugares de terrado em feiras, é devido, por dia, pelos concessionários, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que:

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor dos lugares de terrado, por m² ou fração.....0,46

Artigo 81.º

Mercados

Pela ocupação de lugares de terrado, em quaisquer mercados municipais, sem utilização de outros bens municipais, é devido, mensalmente, pelos concessionários, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que:

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor da área ocupada, por m² ou fração.....15,00

Artigo 82.º

Terrado para venda de animais

1 - Pela venda a retalho de animal, por m² ou fração e por dia:

a) Animal de grande porte.....4,08

b) Animal de médio e pequeno porte3,34

2 - Entende-se por animal de grande porte, bovinos adultos e adolescentes, equídeos e outros.

3 - Entende-se por animal de médio e pequeno porte, asininos, ovinos e caprinos, crias, aquicultura e outros.



SUBSECÇÃO III

Das atividades em mercados e feiras

Artigo 83.º

Emissão de cartão de concessionários

A emissão e renovação de cartão de concessionários estão sujeitas ao pagamento das seguintes taxas:

- a) Emissão.....22,44
- b) Renovação e segunda via.....20,64

Artigo 84.º

Outras atividades exercidas em mercados e feiras

O exercício das atividades de vendedor, produtor vendendo diretamente, mandatário, comissário ou agente de vendas, preparador de produtos, em mercados ou feiras, está sujeito ao pagamento das taxas previstas nos números 1 e 2 do artigo 71º, do presente Regulamento.

SUBSECÇÃO IV

Mercados e Feiras – Depósitos, armazenagem e similares

Artigo 85.º

Depósito e armazém privativo – Guarda de volumes ou taras

1 - Pelo depósito e armazenagem de volumes ou taras em local privativo para o efeito, por m² ou fração e por dia.....2,87

2 - Pela utilização de local privativo para manutenção, preparação e acondicionamento de produtos, são devidas, por m² ou fração e por dia, as seguintes taxas:

- a) Em recinto fechado.....4,50
- b) Em terrado.....4,66

3 - Pela manutenção e guarda de volumes ou taras deixadas nos lugares de terrado, desde a hora de fecho do mercado ou feira, até à sua abertura, por m² ou fração e por dia.....4,66

Artigo 86.º

Arrecadações

1 - Pela utilização de arrecadações é devido o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

- a) Utilização por dia:



Em que:

P= Por dia de ocupação

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....0,60

b) Utilização por mês:

Em que:

P= Por mês de ocupação

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....15,00

SUBSECÇÃO V

Serviços diversos

Artigo 87.º

Zonas de estacionamento em mercados e feiras

Pelo estacionamento nos mercados ou feiras de veículos de transporte, quando haja parque ou recinto próprio, por dia ou fração e por veículo.....8,31

Artigo 88.º

Utilização de bens municipais

1 - Pela utilização de balanças, por pesagem.....0,55

2 - Pela utilização de tanques de lavagem, por lavagem.....1,36

3 - Pela utilização de câmaras frigoríficas é devido o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

a) Utilização por dia:

Em que:

P= Por dia de ocupação

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....1,36

b) Utilização por mês:

Em que:

P= Por mês de ocupação

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....30,00



4 - Pela utilização de outros bens municipais, por unidade e por dia.....1,97

SECÇÃO V

Vistorias

Artigo 89.º

Vistorias, selagens e desselagens

1 - Pelas vistorias prévias no âmbito do SIR são devidas as seguintes taxas.....70,00

2 - As vistorias complementares, na sequência de ações de fiscalização, implicam a cobrança de 20% sobre a taxa de licenciamento.

3 - Pela vistoria higieno-sanitária de equipamentos circulantes para a venda de carne, peixe, pão ou outros produtos, por veículo.....30,69

4 - No âmbito do SIR, são devidas as seguintes taxas pelas vistorias de:

a) Conformidade para verificação do cumprimento de condicionamentos legais100,00

b) Reexame50,00

5 - Pela selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos é devida a seguinte taxa.....110,00

Artigo 90.º

Vistorias a espetáculos e divertimentos públicos

1 - Pelas vistorias a realizar para efeitos do n.º 3, do artigo 72º, do presente Regulamento.....45,79

2 – Nas situações em que seja necessário o recurso a peritos externos à Autarquia o respetivo custo será suportado pelo requerente.

SECÇÃO VI

Outras licenças e comunicações prévias

Artigo 91.º

Outras licenças de utilização

1 - Pelos alvarás de licenças de utilização para funcionamento de empreendimentos turísticos, de estabelecimentos de restauração e/ou de bebidas ou títulos análogos.....173,54



2 - Pela emissão de licença ou autorização de utilização para estabelecimentos de hipermercados, supermercados, minimercados, mercearias e depósitos de pão, armazéns de produtos alimentares, congelados ou não.....192,06

3 - (Revogado)

4 - Pela emissão de licenças de funcionamento de bares, discotecas com música ao vivo, salões de jogos, salas de baile e análogos.....204,34

5 - O alvará quando concedido por períodos de tempo limitado, está sujeito ao pagamento da mesma taxa que seria aplicada no caso de ser concedido por tempo ilimitado.

6 – A instalação de recintos de espetáculos e divertimentos públicos que implique obras de edificação, construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição, segue previamente o regime jurídico da urbanização e edificação vigente.

7 - Se em estabelecimento já licenciado, nos termos da legislação em vigor, for requerido o exercício de atividade diversa daquela para a qual foi emitido o licenciamento, haverá lugar a emissão de um novo título.

Artigo 92.º

Licenças de utilização de estabelecimentos para comércio, armazenamento e prestação de serviços que envolvem riscos para a saúde e segurança das pessoas

Pela concessão de licença de utilização de estabelecimentos para comércio, armazenamento e prestação de serviços que envolvem riscos para a saúde e segurança das pessoas.....192,78

Artigo 92.º-A

Instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem

(Revogado)

Artigo 92.º-B

Horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais

(Revogado)

Artigo 92.º-C

Alojamento Local

(Revogado)



Artigo 92.º-D

Agroturismo

- 1 - Pela classificação de empreendimento de Agroturismo é devida a seguinte taxa.....56,97
2 - Pela revisão da classificação de empreendimento de Agroturismo é devida a seguinte taxa.....56,97

Artigo 92.º-E

Casas de campo

- 1 - Pela classificação de empreendimento de Casas de Campo é devida a seguinte taxa.....56,97
2 - Pela revisão da classificação de empreendimento Casas de Campo é devida a seguinte taxa.....56,97

Artigo 92.º-F

Estabelecimentos não abrangidos pelo Licenciamento Zero ou Sistema de Indústria Responsável

Pelos pedidos de instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem não abrangidos pelo Licenciamento Zero, bem como os pedidos de instalação ou modificação de estabelecimentos industriais não abrangidos pelo Sistema de Indústria Responsável, é devida a seguinte taxa.....180,10

Artigo 93.º

Averbamento e segunda via de alvará de utilização específica

- 1 - Pelo averbamento em alvará.....163,13
2 - Pela emissão de segunda via de alvará.....33,61

CAPÍTULO VI

PROTEÇÃO CIVIL, AMBIENTE E FISCALIZAÇÃO

SECÇÃO I

Remoção e depósito de bens

Artigo 94.º

Bloqueamento, remoção e depósito de veículos

Pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos, são devidas as taxas legalmente fixadas por Portaria, nos termos do Código da Estrada.

Artigo 95.º

Apreensão, remoção e depósito de bens

- 1 - Pela remoção de contentores destinados a atividades comerciais ou de apoio as obras.....115,99



2 - Pelo depósito de bens móveis apreendidos e recolhidos, nos termos da regulamentação municipal em vigor, por m³ ou fração e por dia.....0,63

SECÇÃO II

Licença de caçador

Artigo 95.º-A

Carta de caçador

Pela emissão de carta de caçador e demais atos administrativos, são devidas as taxas fixadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

SECÇÃO III

Poluição sonora

Artigo 96º

Licença especial de ruído

1 - Pela emissão de licença para o exercício de atividades ruidosas temporárias.....147,89
2 - Ao valor definido no número anterior, acresce, por dia.....2,94

SECÇÃO IV

Fiscalização económica e de equipamentos

Artigo 97.º

Controlo metrológico

As taxas de controlo metrológico são aplicáveis nos termos da legislação em vigor.

Artigo 97.º- A

Inspeções de ascensores, monta-cargas e outros equipamentos similares

1 - Pela inspeção das condições técnicas de funcionamento de ascensores, monta-cargas e outros equipamentos similares, são devidos os seguintes valores:

- a) Inspeções periódicas, reinspeções requeridas fora do prazo legal, a ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade inspecionada.....95,00
- b) Reinspeções a ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade reinspeccionada, quando requeridas dentro do prazo legal.....73,00
- c) Inspeções extraordinárias a ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade inspecionada.....95,00



2 – Pela realização de inquéritos, peritagens, relatórios e pareceres no âmbito da legislação e inquéritos a acidentes decorrentes da utilização ou das operações de manutenção de instalações.....	95,00
3 – Pela selagem de instalações de ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade	95,00

CAPÍTULO VII CEMITÉRIOS

Artigo 98.º Inumações

Pela inumação são devidas as seguintes taxas:

1 - Em sepulturas temporárias em covais:

a) Em urna de madeira.....	63,32
b) Em urna de madeira com zinco.....	66,12
c) Em urna de madeira em talhão muçulmano.....	70,82

2 - Em sepulturas temporárias aeróbias:

a) Em urna de madeira.....	61,92
b) Em urna de madeira com zinco.....	63,30

3 - Em gavetões:

a) Em urna de madeira.....	88,93
b) Em urna de madeira com zinco.....	91,64

Artigo 99.º Cremação de restos mortais

Pela cremação de cadáveres são devidas as seguintes taxas:

a) Proveniente do Cemitério Municipal de Odivelas.....	50,83
b) Oriundo de outro espaço cemiterial.....	52,54

Artigo 100.º Exumação

Pelo ato de exumação são devidas as seguintes taxas:

a) Por exumação.....	22,85
b) Exumação com limpeza dos ossos.....	33,45
c) Marcação e abertura de sepultura.....	12,81
d) Reconstrução de campa por reposição do corpo.....	72,07



Artigo 101.º

Depósitos

Pelo depósito de urnas, por dia ou fração, até ao máximo de 30 dias.....11,32

Artigo 102.º

Utilização de capela

Pela utilização da Capela do Cemitério Municipal de Odivelas, pelo período de 24 horas ou fração.....31,60

Artigo 103.º

Trasladação de cadáveres

Pela trasladação de cadáveres, ossadas ou cinzas são devidas as seguintes taxas:

- a) Cadáveres.....43,75
- b) Ossadas ou cinzas.....35,90

Artigo 104.º

Gavetões e ossários

Pela utilização de gavetões e ossários, são devidas as seguintes taxas:

1 – Gavetões, pelo período de um ano, renovável:

- a) 1.º e 2.º piso.....72,38
- b) 3.º piso.....65,74

2 - Gavetões pelo período de 25 anos renovável:

- a) 1.º e 2.º piso.....3.659,53
- b) 3.º. Piso.....2.945,16

3 - Ossários, pelo período de um ano, renovável:

- a) Uma ossada.....28,48
- b) Duas ossadas.....33,74

4 - Ossários pelo período de 25 anos renovável:

- a) Uma ossada.....677,73
- b) Duas ossadas.....735,16



Artigo 105.º

Utilizações e serviços diversos

Pela utilização ou colocação de ornamentos e sinais de cariz religioso, ou não, são devidas as seguintes taxas:

1 - Utilização de sinais e outros objetos:

a) Jarrões grandes.....	25,02
b) Jarrões pequenos.....	19,82
c) Floreiras.....	8,59
d) Vasos.....	5,93
e) Cruzes com Cristo.....	8,95
f) Cruzes sem Cristo.....	3,99

2 - Sepulturas aeróbias

a) Porta fotos.....	16,23
b) Jarra.....	33,18
c) Cruz.....	7,94
d) Placa com dedicatória.....	7,70

3 - Transferência de pedras entre campas, dentro do Cemitério Municipal.....130,61

4 - Abaulamentos, pelo período de um ano.....59,19

5 - Colocação de esferovite em campas.....23,06

6 - Alteração de responsabilidade sobre sepultura, sepultura aeróbia, ossário e gavetão5,17

Artigo 106.º

Autorização para a utilização ou colocação de ornamentos ou outros

1 - Fica sujeito à prévia autorização, a utilização ou colocação de ornamentos ou sinais previstos nos números 1 e 2, do artigo anterior, em campas, sepulturas, covais, aeróbias, gavetões e ossários, bem como as fechaduras em caixões de madeira, de madeira com zinco, gavetões e ossários e a colocação de portas com epitáfio (pedra), em gavetões ou ossários.

2 - Para efeitos do número anterior, é devida uma taxa no valor de.....19,15



Artigo 107.º

Cartões de identificação

Pela emissão ou renovação de cartão de identificação, são devidas as seguintes taxas:

- a) Identificação de construtor e funcionários.....12,02
- b) Para circulação de veículos de entidades e particulares.....4,46

CAPÍTULO VIII

OUTRAS DISPOSIÇÕES PREVISTAS EM REGULAMENTOS OU PROGRAMAS MUNICIPAIS

SECÇÃO I

Pavilhões, parques desportivos e similares

Artigo 108.º

Taxas de Utilização

1 - São devidos, por hora ou fração, os seguintes valores pela utilização dos recintos desportivos municipais ou sob gestão municipal:

TREINO	2.ª a 6.ª feira	Sáb. Dom. e Feriados
Pessoas coletivas desportivas do concelho	€ 10,00	€ 15,00
Municípios do concelho	€ 25,00	€ 30,00
Outras pessoas coletivas do Concelho	€ 30,00	€ 35,00
Municípios de outro concelho	€ 40,00	€ 45,00
Pessoas coletivas de outro Concelho	€ 55,00	€ 60,00

COMPETIÇÃO	2.ª a 6.ª feira	Sáb. Dom. e Feriados
Pessoas coletivas desportivas do concelho	€ 15,00	€ 20,00
Municípios do concelho	€ 30,00	€ 35,00
Outras pessoas coletivas do concelho	€ 35,00	€ 40,00
Municípios de outro concelho	€ 45,00	€ 50,00
Pessoas coletivas de outro concelho	€ 60,00	€ 65,00



2 - São devidos, por hora ou fração, os seguintes valores, por pessoa, pela utilização do ginásio dos recintos desportivos municipais ou sob gestão municipal:

Municípios do concelho	€ 3,50
Municípios de outro concelho	€7,00

3 - Quando da utilização dos pavilhões, parques desportivos ou equiparados, resultarem benefícios económicos e financeiros de ações de cobrança de bilhetes, vendas de serviços e publicidade, entre outros, o Município tem direito a 20% da receita bruta sobre os mesmos.

4 - A utilização das instalações com transmissão televisiva ou filmagens com carácter comercial, depende de prévia autorização do Município, tendo este direito a 20% da receita bruta dos direitos de transmissão.

SECÇÃO II

Candidaturas aos Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego – Registos de Cidadãos da União Europeia

Artigo 109.º

Criação do Próprio Emprego

Pela elaboração de dossiers de candidatura à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, no âmbito de candidaturas ao Programa de Apoio ao Empreendedorismo e linhas de crédito.....360,51

Artigo 110.º

Elaboração de dossiers de candidatura a Apoios ao Empreendedorismo

Pela elaboração de dossiers de candidatura a apoios ao empreendedorismo na elaboração de plano de negócio para *Start Up*.....443,00

Artigo 111.º

Registo de Cidadãos da União Europeia

Pelo certificado de registo, emissão de documentos e cartão de residência, bem como, pelos demais atos administrativos, são devidas as taxas fixadas pelas Portarias definidas no quadro da Lei que Regula o Exercício do Direito de Livre Circulação e Residência dos Cidadãos da União Europeia.



SECÇÃO III

Comissão Arbitral Municipal no âmbito do Regime do arrendamento urbano

Artigo 112.º

Taxas devidas à Comissão Arbitral Municipal no âmbito do regime do arrendamento urbano

(Revogado)

CAPÍTULO IX

UTILIZAÇÃO DE BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS

Artigo 113.º

Ocupação de imóveis de domínio privado municipal não destinados a habitação

Pela ocupação de imóveis do domínio privado do Município, não destinados a habitação, é aplicável o regime da hasta pública previsto nos artigos 17º e 18º, do presente Regulamento.

Artigo 114.º

Cedência de instalações – Sem equipamento audiovisual

1 – Por cada hora de utilização são devidas as seguintes taxas:

- | | |
|--|-------|
| a) Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente, associações políticas e sindicais com sede no Concelho..... | 2,27 |
| b) Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente, associações políticas e sindicais com sede em outro Concelho..... | 9,09 |
| c) Pessoas coletivas de direito público, nomeadamente, escolas do Concelho..... | 2,27 |
| d) Pessoas coletivas de direito público, nomeadamente, escolas de outro Concelho..... | 9,09 |
| e) Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos ou outros agentes económicos e munícipes do Concelho..... | 13,64 |
| f) Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos ou outros agentes económicos e munícipes de outro Concelho..... | 18,18 |

2 – As taxas previstas no n.º 1 são elevadas, ao dobro, caso ocorra fora do normal horário funcionamento ou atendimento, aos sábados e dias úteis.

3 – As taxas previstas no n.º 1 são elevadas, ao triplo, caso ocorra aos domingos e feriados.

Artigo 115.º

Cedência de instalações – Com equipamento audiovisual

1 – Por cada hora de utilização são devidas as seguintes taxas:

- | | |
|--|------|
| a) Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente, associações políticas e sindicais com sede no Concelho..... | 5,94 |
|--|------|



- b) Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente, associações políticas e sindicais com sede em outro Concelho.....23,77
- c) Pessoas coletivas de direito público, nomeadamente, escolas do Concelho.....5,94
- d) Pessoas coletivas de direito público, nomeadamente, escolas de outro Concelho.....23,77
- e) Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos ou outros agentes económicos e munícipes do Concelho.....35,67
- f) Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos ou outros agentes económicos e munícipes de outro Concelho.....47,55

2 – As taxas previstas no n.º 1 são elevadas, ao dobro, caso ocorra fora do normal horário funcionamento ou atendimento, aos sábados e dias úteis.

3 – As taxas previstas no n.º 1 são elevadas, ao triplo, caso ocorra aos domingos e feriados.

Artigo 115.º-A

Centro de Exposições de Odivelas

São devidas as seguintes taxas, pela utilização de:

- a) Auditório:
 - a.1 Diário.....70,00
 - a.2 Turnos, máximo de quatro horas.....23,00
- b) Atelier:
 - a.1 Diário16,00
 - a.2 Turnos, máximo três horas e meia.....6,00
- c) Utilização mensal da sala de ensaio.....90,00

Artigo 115.º-B

Cedência de auditórios

Pela utilização do auditório da Biblioteca Municipal Dom Dinis e do auditório do Edifício Maria Lamas, são devidas as seguintes taxas:

- a) Diário50,00
- b) Turnos, máximo de quatro horas.....24,00

Artigo 116.º

Utilização da Quinta das Águas Férreas

Pela utilização da Quinta das Águas Férreas, são devidas as seguintes taxas:

1 - Pessoas coletivas de direito público ou privado, sem fins lucrativos, do Concelho de Odivelas:

- a) Pousada.....6,00



b) Palácio.....7,50

2 - Pessoas coletivas de direito público ou privado, com fins lucrativos, do Concelho de Odivelas:

a) Pousada.....12,00

b) Palácio.....15,00

3 - Pessoas coletivas de direito público ou privado, sem fins lucrativos, de outro Concelho:

a) Pousada.....16,00

b) Palácio.....32,00

4 - Pessoas coletivas de direito público ou privado, com fins lucrativos, de outro Concelho:

a)

Pousada.....20,00

b) Palácio.....40,00

5 - Pessoas singulares residentes no Concelho:

a) Pousada.....12,50

b) Palácio.....25,00

6 - Pessoas singulares residentes fora do Concelho:

c) Pousada.....17,50

d) Palácio.....35,00

7 - As taxas previstas no presente artigo, são liquidadas de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$V = T \times P \times D$$

Em que:

V= Valor a liquidar

T= Taxa

P= Número de utentes

D= Número de dias



Artigo 116.º-A

Utilização ocasional do Parque de Estacionamento subterrâneo –

Rua Prof. Dr. Egas Moniz

Pela utilização ocasional do parque de estacionamento, são devidas as seguintes taxas:

1 – Utilização ocasional:

- a) 1ª fração de 15 minutos0,30
- b) 2ª fração de 15 minutos.....0,20
- c) 3ª fração de 15 minutos.....0,20
- d) 4ª fração e seguintes de 15 minutos.....0,10

2 – Taxa máxima diária5,00

3 – O extravio do bilhete está sujeito ao pagamento da taxa prevista no número anterior.

Artigo 116.º-B

Contratos de avença do Parque de Estacionamento subterrâneo –

Rua Prof. Dr. Egas Moniz

1 – Emissão de cartão de acesso:

- a) Emissão.....7,50
- b) Segunda via.....15,00

2 – Avenças mensais de utentes sem reserva de lugar:

2.1 – Veículos automóveis:

- a) Total – 24 Horas.....70,00
- b) Noturna.....40,00
- c) Diurna40,00

2.2 – Motociclos:

- a) Total – 24 Horas.....30,00
- b) Nocturna.....20,00
- c) Diurna20,00

2.3 – Bicicletas - Avença mensal total – 24 Horas:

- a) Uma bicicleta.....15,00
- b) Duas bicicletas.....25,00

3 – Avenças trimestrais de utentes sem reserva de lugar:

3.1 – Veículos automóveis:

- a) Total – 24 Horas.....190,00



b) Noturna.....	100,00
c) Diurna	100,00

3.2 – Motociclos:

a) Total – 24 Horas.....	80,00
b) Noturna.....	50,00
c) Diurna	50,00

4 – Avenças semestrais de utentes em regime Total – 24 Horas, sem reserva de lugar:

4.1 – Veículos automóveis	370,00
4.2 – Motociclos	150,00

5 – Avenças anuais de utentes em regime Total – 24 Horas, sem reserva de lugar:

5.1 – Veículos automóveis	650,00
5.2 – Motociclos	250,00



LIVRO III

PREÇOS



CAPÍTULO I

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

Artigo 117.º

Regra Geral

1 - Aos valores previstos no presente Livro, acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2 - Excetuam-se do número anterior, por estarem isentos ou não estarem sujeitos àquele imposto, os valores previstos no número 6 do artigo 118.º, artigo 121.º, artigo 122.º, artigo 125.º, números 1, 2 e 4 do artigo 140.º C, artigo 140.º D, artigo 140.º E, artigo 140.º F, artigo 140.º G, artigo 140.º H, artigo 140.º I, artigo 140.º J, artigo 140.º K, artigo 140.º O, artigo 140.º P, artigo 140.º Q, artigo 140.º AA, artigo 140.º AB, artigo 140.º AC, artigo 140.º AD, número 1 do artigo 140.º AE, artigo 140.º AG, do presente regulamento.

3 - (Revogado)

4 – Excetuam-se do número um do presente artigo, por incluírem o IVA à taxa legal, os valores previstos no artigo 140.º T, artigo 140.º V, artigo 140.º W, do presente regulamento.

CAPÍTULO II

PRESTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Secção I

Atos de administração

Artigo 118.º

Atos de administração geral

Pela prática dos atos de administração geral previstos no presente artigo são devidos os seguintes valores:

1 - Afixação de editais relativo a pretensões que não seja de interesse público.....	8,90
2 - Certidões diversas.....	12,50
3 - Fotocópias simples, por unidade.....	0,10
4 - Autenticação de documentos, por documento.....	1,50
5 - Fotocópias de peças desenhadas e de documentos de processos:	
a) Não excedendo oito páginas.....	15,00
b) Por cada página a mais, para além das oito páginas.....	0,56
6 - Termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a esta formalidade, por livro.....	4,73
7 - Termos de entrega de documentos juntos a processos cuja restituição haja sido autorizada.....	4,73
8 - Pela celebração de contrato de empreitada de obras públicas.....	32,02
9 - Pela celebração de contrato de aquisição de bens e serviços.....	16,03



10 - Avaliação de pedidos de distração de hipoteca legal, por lote.....	75,00
11 - Fornecimento, mediante requerimento, de registos sonoros das reuniões dos órgãos autárquicos, por cada período de uma hora ou fração.....	36,28
12 - Pelo serviço de envio postal de documentação requerida.....	5,00
13 - Conversão de documentos em papel para suporte digital para fornecimento, por Mb de informação:	
a) Até 1 MB.....	3,70
b) De 1 MB a 3 Mb.....	7,31
c) De 3 Mb a 5 Mb.....	11,07
d) Superior a 5 Mb.....	18,32
14 - Fornecimento de suportes magnéticos de informação para gravação:	
a) Por CD Rom RW com capacidade de pelo Menos 650Mb, norma ISSO 9660	7,16
b) Por CD Rom R com capacidade de pelo Menos 650Mb, norma ISSO 9660	0,85
15 – Pelos pedidos com carácter de urgência de certidões ou reproduções autenticadas, nos formatos A4 e A3, são devidos os valores previstos, elevados para o dobro e serão facultados no prazo de dois dias a contar da data de entrada do pedido.	

Artigo 118º-A

Execuções Fiscais

- 1 - O reembolso com despesas de papel, fotocópias e outro expediente, bem como outros encargos, é calculado à razão de metade de 1 UC nas primeiras 50 folhas ou fração do processado e de um décimo de 1 UC por cada conjunto subsequente de 25 folhas ou fração do processado.
- 2 - No processo de execução fiscal, o reembolso a que se refere o número anterior não pode exceder o montante das despesas efetivamente realizadas.
- 3 - Pelo serviço de envio de documentação no âmbito de processo de execução fiscal, são devidos os seguintes valores:
- | | |
|--|------|
| a) Por cada folha impressa..... | 0,68 |
| b) Expedição em correio simples..... | 0,42 |
| c) Expedição em correio registado simples..... | 1,70 |
| d) Expedição em correio registado com AR..... | 2,00 |
| e) Registo pessoal..... | 3,60 |

Artigo 119.º

Serviços diversos relativos a edificações

Pela emissão de:

- | | |
|--|-------|
| a) Certidão de construção anterior a 1951..... | 17,00 |
| b) Certidão de destaque..... | 29,66 |
| c) Certificação de utilização compatível com o título de utilização emitido..... | 29,66 |



Artigo 120.º

Fornecimento de peças processuais no âmbito da contratação pública

1 – Pelo fornecimento de peças processuais, não desmaterializado, no âmbito da contratação de aquisição de bens e serviços.....72,38

2 – Pelo fornecimento de peças processuais, não desmaterializado, no âmbito da contratação de empreitadas de obras públicas:

- a) Anúncio de concurso / Folha rosto.....5,18
- b) Programa de concurso, mapa “programa de trabalho”, mapa “descrição de atividades”.....10,88
- c) Caderno de encargos (clausulas gerais).....26,96
- d) Manual de estaleiro.....9,85
- e) Plano de segurança e saúde / Placa de obra.....51,85
- f) Elementos escritos e desenhados do projeto de execução:

f.1 - Preto e branco, por folha:

A0	2,33
A1	1,50
A2	0,93
A3	0,82
A4	0,46
mts.....	2,07

f.2 - Cores, por folha

A0	21,51
A1	10,78
A2.....	5,49
A3	2,79
A4.....	1,45
mts.....	18,35

3 - Sempre que um procedimento adjudicatório de aquisição de bens e serviços implique o fornecimento de alguns dos elementos previstos no número anterior, haverá lugar ao pagamento dos valores aí previstos.



SECÇÃO II

Reprodução de documentos

Artigo 121.º

Reprodução de documentos relativos a edificações

Pelo fornecimento de documentos reproduzidos, são devidos os seguintes valores:

1 - Cópias de plantas a preto e branco

a) A2.....	15,99
b) A1.....	16,31
c) A0.....	16,83
d) Outros formatos por metro linear.....	16,96

2 - Cópias de plantas a cores:

a) A4.....	15,66
b) A3.....	16,08
c) A2.....	18,36
d) A1.....	18,60
e) A0.....	18,60

3 - Cópias de planta a cores, por metro linear:

a) Linéas.....	23,03
b) Até 50% de mancha.....	25,62
c) Mais de 50% de mancha.....	30,80
d) Área preenchida.....	41,17

4 - Fornecimento de cartografia para instrução de processos para a realização de operações urbanísticas, incluindo plantas de localização 1/1000, PDM, RAN, REN, servidões..... 15,02

5 – À autenticação das cópias das plantas previstas no presente artigo acrescem os valores constantes no nº 4 do artigo 118º.

6 – (Revogado)

Artigo 122.º

Fornecimento de informação geográfica

1 - Pelo fornecimento de Informação geográfica, incluindo o suporte, são devidos, por unidade, os seguintes valores:



1.1 Plantas de localização em formato A4:

a) Cartografia topográfica.....	4,14
b) PDM - Planta de ordenamento à escala 1/10.000.....	4,14
c) PDM - Planta de condicionantes à escala 1/10.000.....	4,14
d) Planta para fins de IMI (planimetria simplificada).....	4,14
e) Planta para os SMAS (planimetria simplificada).....	4,14

1.2 Planta de localização sobre planimetria em formato A4.....4,66

1.3 Outras plantas - Custo por formato incluindo a base cartográfica:

a) A4.....	15,55
b) A3.....	20,74
c) A2.....	41,48
d) A1.....	62,22
e) A0.....	82,96

1.4 Ao custo por formato acresce, por cada tema de informação adicionado.....2,07

2 - Informação geográfica em formato digital, à escala 1:10.000:

2.1 Por hectare, até 300ha:

a) Cartografia vetorial com planimetria.....	1,03
b) Cartografia vetorial com planimetria e altimetria.....	1,34
c) Ortofotomapas.....	0,82

2.2 Para áreas superiores a 300ha:

a) Cartografia vetorial com planimetria.....	500,00
b) Cartografia vetorial com planimetria e altimetria.....	600,00
c) Ortofotomapas.....	400,00

3 - Por cada registo de tema georreferenciados em SIG.....2,07

4 - O fornecimento de informação geográfica fica sujeito a termo de compromisso de exclusiva aplicação para os efeitos declarados.



SECÇÃO III

Outras apreciações

Artigo 123.º

Emissão de pareceres

A emissão de parecer para efeitos de constituição de fundações com sede no território do Município de Odivelas ou sobre o pedido de reconhecimento de utilidade pública administrativa de pessoas coletivas constituídas e com sede no Município, bem como a emissão de outros pareceres, requeridos ao abrigo de legislação específica, estão sujeitos ao pagamento do seguinte valor.....276,20

Artigo 124.º

Pedidos de carácter genérico

(Revogado)

SECÇÃO IV

Formação profissional

Artigo 125.º

Formação profissional

Pela frequência, por ação e por formando ou participante, não trabalhador do Município de Odivelas:

1 - Curso de formação de Nível I a III.....	66,66
2 - Curso de formação de Nível IV a V.....	95,65
3 - Seminário ou <i>workshop</i>	4,73

SECÇÃO V

Inspeções de equipamentos e sinalização

Artigo 126.º

Inspeções de ascensores, monta-cargas e outros equipamentos similares

(Revogado)

Artigo 127.º

Sinalização vertical para espaços de estacionamento

Pelo fornecimento e colocação de sinais, são devidos os seguintes valores:

a) Sinais triangulares.....	24,46
b) Sinais circulares, octogonais, quadrangulares e retangulares.....	32,40
c) Fornecimento e colocação de prumos galvanizados e tamponados.....	30,91
d) Fornecimento e colocação de painéis adicionais, por m ² ou fração.....	12,44



SECÇÃO VI

Serviço de divulgação de património

Artigo 127.º-A

Visitas guiadas

1 – Por visitante em visita guiada ao Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo (Mosteiro de Odivelas), é devido o seguinte valor por hora.....1,50

2 – Pela inscrição e participação, em “Roteiros Temáticos de Odivelas”, são devidos os valores de:

- a) Grupos até 25 participantes.....150,00
- b) Grupos de 26 a 50 participantes.....250,00

SECÇÃO VII

Transporte coletivo de passageiros

Artigo 127.º-B

Prestação onerosa de transporte no âmbito do PAMO

1 – Pela prestação onerosa de serviço de transporte com motorista, é devido o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$T = (V \times H) + (C \times K)$$

Em que,

V= Pela utilização da viatura de:

- a) Autocarro 17 lugares 9,25
- b) Autocarro 51 lugares 11,32
- c) Carrinha caixa aberta..... 10,28

H= Total de horas de utilização

C= Valor do custo por Km a percorrer em viatura de:

- a) Autocarro 17 lugares0,10
- b) Autocarro 51 lugares0,26
- c) Carrinha caixa aberta.....0,29

K= Total de Km

2 – Ao valor resultante da aplicação da fórmula prevista no número anterior, será acrescido os valores das portagens, e outros encargos ocorridos com o motorista.



Artigo 127.º-C

Transporte coletivo de passageiros – VOLTAS

Pela aquisição de título de transporte coletivo de passageiros, na carreira Voltas, é devido, por título, o valor de.....0,61

CAPÍTULO III

LABORATORIO DE ACÚSTICA – SERVIÇOS TÉCNICOS

Artigo 128.º

Avaliação de critério de incomodidade

A avaliação de critério de incomodidade gerado por atividades permanentes, fica sujeita ao pagamento dos seguintes valores:

- a) Medição acústica com análise do ruído ambiente e do ruído residual.....239,54
- b) Por local extra de medição.....98,51
- c) Distancia percorrida, ida e volta, desde o LACMO até ao local de medição, por Km.....1,21

CAPÍTULO IV

BIBLIOTECA MUNICIPAL D. DINIS E OUTROS SERVIÇOS

Artigo 129.º

Fornecimento de bens diversos

1 - Pelo fornecimento, e por unidade, são devidos os seguintes valores:

- a) Segunda via de “Cartão de Leitor”0,82
- b) Cartão de fotocópias sem carregamento.....0,54
- c) Carregamento de cartão com 25 fotocópias.....1,71
- d) Carregamento de cartão com 50 fotocópias2,77
- e) Carregamento de cartão com 100 fotocópias5,48

2 - A utilização do serviço de fotocópias a cores implica, por cada cópia, o abatimento de três unidades ao cartão.

3 - Pela utilização do serviço de impressão é devido, por unidade, os seguintes valores:

- a) Impressão a preto e branco0,06
- b) Impressão a cores0,10



Artigo 130.º

Publicações Municipais

São devidos, por unidade, os seguintes valores:

a) Odivelas: O Monumento ao Senhor Roubado (Coleção Patrimónios)	7,06
b) Odivelas em Banda Desenhada (Coleção Patrimónios)	5,65
c) Odivelas: Um Mosteiro Cisterciense (Coleção Patrimónios)	7,06
d) Diálogo de Gerações (Coleção Patrimónios)	7,06
e) António Lino (1914-1996): Catálogo de exposição	9,41

CAPÍTULO V

CONSULTÓRIO VETERINÁRIO MUNICIPAL E MÉDICO-VETERINÁRIO MUNICIPAL

SECÇÃO I

Serviços de consulta e outros serviços e atos técnicos

Artigo 131.º

Consulta a animais de companhia

Pela consulta de animais de companhia são devidos os seguintes valores:

a) Consulta base (20 minutos).....	17,41
b) Consulta sumária ou segundo animal.....	8,74
c) Tratamento sem exame clínico.....	8,74

Artigo 132.º

Outros atos técnicos para além de consultas

Pelos atos técnicos, para além da consulta, são devidos os seguintes valores:

a) Colheita de sangue e envio ao laboratório.....	6,94
b) Colheita de urina + análise com fita.....	6,08
c) Colheita de urina + análise com fita + exame sedimento.....	11,33
d) Observação microscópica de esfregaço ou raspagem.....	6,94
e) Observação de matérias fecais coprol. Parasitária.....	6,94
f) Rastreio leucose / leishma. / dirofilária.....	15,70
g) Administração de soros.....	6,08
h) E.C.G.....	26,45

Artigo 133.º

Outros serviços

1 - Pela prestação de serviços sem consulta, são devidos os seguintes valores:



a) Identificação com transponder e registo da informação.....	43,54
b) Eutanásia (incluindo produto).....	26,16
c) Necrópsia com ou sem colheita de material.....	38,96

2 - Pela prestação do serviço de vacinação de canídeos, felinos e leporídeos, é devido o montante que resulta do somatório da consulta base e dos valores legalmente estabelecidos para a vacina ministrada. Se aplicável, acresce a este valor o custo do boletim de vacinas.

3 - Pela prestação de serviço de vacinação em segundo animal ou reforço do programa inicial ou anual de vacinação de canídeos, felinos e leporídeos, é devido o montante que resulta do somatório do valor da consulta sumária ou segundo animal e do valor da vacina ministrada.

4 - Pela administração de progestativo é devido o montante que resulta do somatório do valor da consulta base e do seguinte valor.....8,74

5 - Pré-anestesia, tranquilização e anestesia local ou regional.....8,74

6 - Pela indução barbitúrica e anestesia simples.....17,41

7 - Pela prestação de serviço de cirurgia geral

a) Por hora.....	87,04
b) Por fração de 15 minutos.....	26,15

SECÇÃO II

Atos cirúrgicos com anestesia não gasosa incluída

Artigo 134.º

Aparelho genital

Atos cirúrgicos (anestesia não gasosa compreendida)

a) Castração de gato.....	52,23
b) Castração de cão.....	69,64
c) Ovário-histerectomia até 10 Kg.....	139,28
d) Ovário-histerectomia de 10 a 25 Kg.....	156,69
e) Ovário-histerectomia mais de 25 Kg.....	191,50
f) Cesariana na cadela.....	203,68
g) Criptorquidia no cão.....	156,69
h) Ovariectomia na gata.....	87,04
i) Ovário-histerectomia da gata.....	121,76
j) Cesariana na gata.....	130,61



Artigo 135.º

Aparelho digestivo

Pelo tratamento de:

a) Limpeza tártaro-cão (com anestesia).....	60,96
b) Limpeza tártaro-gato (com anestesia).....	43,55
c) Extração dentária – cão.....	95,77
d) Extração dentária – gato.....	60,96
e) Gastrotomia.....	174,09
f) Enterotomia.....	174,09
g) Laparotomia.....	121,85
h) Ablação das glândulas anais.....	139,28

Artigo 136.º

Aparelho Urinário

Cateterização urinária do gato com anestesia.....	38,30
---	-------

SECÇÃO III

Ortopedia

Artigo 137.º

Ortopedia

Colocação de gesso de membros, incluindo imobilização.....	78,37
--	-------

SECÇÃO IV

Oftalmologia

Artigo 138.º

Oftalmologia

São devidos os seguintes valores pela prática de:

a) Enucleação do globo ocular.....	139,28
b) Entropio – Ectropio.....	104,45
c) Ablação da 3.ª pálpebra.....	78,37
d) (Revogado)	
e) (Revogado)	



SECÇÃO V
Outros atos cirúrgicos

Artigo 139.º
Outros atos cirúrgicos

São devidos os seguintes valores pela prática de:

a) Redução de hérnia umbilical.....	78,37
b) Redução de hérnia inguinal.....	156,69
c) Redução de hérnia perineal.....	217,74
d) Redução de hérnia diafragmática.....	179,89
e) Tumores mamários e cutâneos.....	69,64
f) Extração cadeia mamária (1 lado).....	217,74
g) Limpeza do canal auditivo com tranquilização.....	26,15
h) Drenagem de hematoma auricular.....	43,55

SECÇÃO VI
Remoção, recolha e eliminação de animais mortos ou abandonados

Artigo 140.º
Animais – Remoção, eliminação, alojamento, transporte, e restituição

1 - Remoção de cadáveres de animais:

a) Por cadáver.....	2,03
b) Por cada cadáver adicional.....	0,50

2 - Eliminação de cadáveres de animais, por kg.....1,22

3 - Taxa de alojamento, por dia ou fração.....11,22

4 - Transporte de animais de companhia, por cada.....8,13

5 – Por restituição de animais de companhia adotados, sem justificativo de índole médica ou legal..... 40,65



CAPÍTULO VI

Start In Odivelas - Incubadora de empresas

Artigo 140.º- A

Incubadora física

Pela utilização exclusiva das salas da *Start In Odivelas - Incubadora de empresas*, nos termos previstos no número 1, do artigo 12.º, do Regulamento da *Start In Odivelas - Incubadora de Empresas*, com exceção do valor do consumo com a eletricidade, é devido, por mês e m².....7,50

Artigo 140.º- B

Incubadora virtual

1 - Pela adesão ao acesso dos serviços prestados, no âmbito da *incubadora virtual*, é devido, no ato de celebração do contrato.....20,00

2 – Pelos serviços prestados, no âmbito da *incubadora virtual*, nos termos do número 2, do artigo 12.º, do regulamento da *Start In Odivelas - Incubadora de Empresas*, é devido, trimestralmente.....45,00

3 – Pelo uso de salas para reunião ou formação, são devidos os seguintes valores:

a) Sala de Reuniões:

a.1 Por hora, nas cinco primeiras horas.....6,00

a.2 Mais de cinco horas.....30,00

b) Sala de Formação:

b.1 Por hora, nas quatro primeiras horas.....10,00

b.2 Mais de quatro horas.....40,00

CAPÍTULO VII

UTILIZAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL

SECÇÃO I

Utilização e aulas

Artigo 140.º- C

Inscrição e outros serviços

1 – Inscrição20,00

2 – Renovação de inscrição.....10,00

3 – Segunda via do cartão.....4,07

4 – Avaliação terapêutica.....10,00

5 – São devidos os seguintes valores, pela aquisição de:

a) Chinelo descartável.....0,81



b) Chinelos de piscina	
b.1). Tamanho até n.º 35.....	8,13
b.2) Tamanho maior do que n.º 35.....	12,20
c) Sapatos <i>Aquafitness</i>	8,05
d) Fralda aquática.....	8,05
e) Óculos de natação:	
e.1 Utilização regular	4,07
e.2 Competição.....	6,10
f) Pinças para nariz.....	2,03
g) Tampões de silicone para ouvidos	2,03
h) Toucas:	
h.1 Silicone.....	2,44
h.2 Licra ou Bandana.....	3,66
i) Calção Homem com logotipo:	
i.1 Perna curta.....	12,20
i.2 Perna comprida (competição).....	16,26
j) Fato de banho Mulher com logotipo:	
j.1 Sem perna.....	17,48
j.2.Com perna (competição).....	20,33
k) <i>Sweat-shirt</i>	
K1. Com capuz.....	18,70
K2. Sem capuz.....	16,26
l) Fato de treino com logotipo.....	26,42
m) Calção desportivo	6,10
n) <i>T-Shirt</i> com logotipo.....	6,10
o) <i>Kit</i> de equipamento (fato treino, calção, t-shirt e touca):	
o.1 Para atletas de competição.....	32,52
o.2 Para outros utilizadores.....	36,59

Artigo 140.º- D

Utilização livre ou natação livre

Pela utilização da Piscina Municipal em regime de utilização livre ou natação livre, são devidos os seguintes valores:

a) Com cartão utilizador regular, por 45 minutos.....	2,50
b) Carregamento mínimo obrigatório de cartão de utilizador regular.....	25,00
c) Utilização pontual, por 45 minutos	4,00



Artigo 140.º- E

Natação para bebés e crianças até aos 13 anos

Pela utilização da Piscina Municipal para a prática de natação para bebés e crianças até aos 13 anos são devidos os seguintes valores, por utilizador, em função do escalão etário:

1 – Utilizadores da Classe Bebés - dos 6 aos 47 meses , pagamento mensal:

- a. 1x Semana30,00
- b) 2x Semana.....40,00

2 – Utilizadores dos 4 aos 13 anos, pagamento mensal:

- a. 1x Semana20,00
- b. 2x Semana.....30,00
- c. 3x Semana.....37,50
- d. 4x Semana.....45,00
- e. 5x Semana.....50,00

3. Aulas individuais, uma vez por semana com a duração de 45 minutos, pagamento mensal.....50,00

Artigo 140.º- F

Competição natação

Pela utilização da Piscina Municipal, por atleta, com idade igual ou superior a 6 anos, é devido o pagamento mensal.....40,00

Artigo 140.º- G

Natação sincronizada (artística)

Pela utilização da Piscina Municipal, por atleta, com idade superior a 6 anos, é devido o pagamento mensal:

- a) 2 x Semana35,00
- b) Competição.....40,00

Artigo 140.º- H

Natação, Hidroginástica e Hidrobike

Pela utilização da Piscina Municipal, por utilizador, com idade igual ou superior a 14 anos, é devido o pagamento mensal:

1. Aulas em grupo:

- a) 1 x Semana25,00
- b) 2 x Semana.....35,00
- c) 3 x Semana.....42,50
- d) 4 x Semana.....50,00
- e) 5 x Semana.....55,00
- f) Sessão pontual de 45 minutos (isento de inscrição).....10,00



2. Aulas individuais, uma vez por semana com a duração máxima de 45 minutos, pagamento mensal.....50,00

SECÇÃO II

Hidrocinésioterapia e Outras terapias

Artigo 140.º- I

Hidrocinésioterapia em grupo

Pela utilização da Piscina Municipal para a prática de hidrocinésioterapia em grupo, por utilizador, é devido o pagamento mensal:

- a) 1 x Semana30,00
- b) 2 x Semana.....45,00
- c) 3 x Semana.....60,00
- d) 4 x Semana.....75,00
- e) 5 x Semana.....90,00

Artigo 140.º- J

Hidrocinésioterapia individual

Pela utilização da Piscina Municipal para a prática de:

1 - Hidrocinésioterapia personalizada, pontual, com duração máxima de trinta minutos, são devidos os seguintes valores, por utilizador:

- a) Terapia aquática personalizada, por sessão.....15,00
- b) Reabilitação psicomotora aquática, por sessão.....15,00
- c) Reabilitação terapêutica aquática, por sessão.....15,00

2- Hidrocinésioterapia personalizada, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal por utilizador:

- a) Terapia aquática personalizada.....50,00
- b) Reabilitação psicomotora aquática.....50,00
- c) Reabilitação terapêutica aquática, por sessão.....50,00

Artigo 140.º- K

Sessões terapêuticas individuais em gabinete

1) Pela utilização da Piscina Municipal para realização regular de sessões terapêuticas em gabinete, são devidos os seguintes valores mensais por utilizador:

- a. Terapia ocupacional, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos40,00
- b. Cinesioterapia respiratória, uma vez por semana, com a duração de trinta minutos40,00
- c. Massagem terapêutica, uma vez por semana, com a duração de 30 minutos.....40,00
- d. Terapia personalizada em solo, uma vez por semana, com a duração de trinta minutos40,00



e. Reabilitação psicomotora em solo, uma vez por semana, com a duração de trinta minutos40,00

2) Pela utilização da Piscina Municipal, para realização de sessões terapêuticas pontuais em gabinete, pagamento por sessão são devidos os seguintes valores mensais, por utilizador:

- a) Terapia ocupacional, com a duração máxima de trinta minutos.....15,00
- b) Cinesioterapia respiratória, com a duração máxima de trinta minutos15,00
- c) Massagem terapêutica, com a duração máxima de trinta minutos.....15,00
- d) Terapia personalizada em solo, com a duração máxima de trinta minutos15,00
- e) Reabilitação psicomotora em solo, com a duração máxima de trinta minutos15,00

SECÇÃO III

Sessões de Bem-estar

Artigo 140.º- L

Massagens

Pela frequência de sessões de massagens de relaxamento, são devidos os seguintes valores por utilizador:

- a) Sessões pontuais, com a duração máxima de 30 minutos (isento de inscrição)12,20
- b) Sessões de uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal.....40,65

Artigo 140.º- M

AQUATRELAX

(Revogado)

Artigo 140.º- N

SHIATSU

(Revogado)

SECÇÃO IV

Cursos

Artigo 140.º- O

Cursos de pré e pós-parto

Pela frequência de curso de pré ou pós parto, são devidos os seguintes valores por utilizador:

- a) Sessões aquáticas de pré ou pós parto pagamento mensal:
1x semana30,00



- 2x semana45,00
- b) Curso teórico preparação para o parto, inclui quatro sessões de gabinete, com oferta de uma sessão de pós-parto aquático.....60,00
- c) Curso teórico de recuperação pós parto, inclui quatro sessões de gabinete, com oferta de uma massagem de relaxamento.....60,00

SECÇÃO V

Inscrições de grupos

Artigo 140.º- P

Instituições particulares de solidariedade social – IPSS

Pela utilização da Piscina Municipal, por IPSS, são devidos os seguintes valores por utilizador:

1 – Até quinze utilizadores, pagamento mensal:

- 1 x Semana16,00
- 2 x Semana.....23,00

2 – De dezasseis a vinte e quatro utilizadores, pagamento mensal:

- 1 x Semana15,00
- 2 x Semana.....22,00

3 – De vinte e cinco a quarenta utilizadores, pagamento mensal:

- 1 x Semana14,00
- 2 x Semana.....21,00

4 – Mais de quarenta utilizadores, pagamento mensal:

- 1 x Semana13,00
- 2 x Semana.....19,00

Artigo 140.º- Q

Colégios e outras Instituições Educativas

Pela utilização da Piscina Municipal, por Colégio e outras Instituições Educativas, são devidos os seguintes valores, por utilizador:

1 – Até quinze utilizadores, pagamento mensal:

- 1 x Semana16,50
- 2 x Semana.....24,50

2 – De dezasseis a vinte e quatro utilizadores, pagamento mensal:

- 1 x Semana15,50
- 2 x Semana.....23,00

3 – De vinte e cinco a quarenta utilizadores, pagamento mensal:

- 1 x Semana14,50
- 2 x Semana.....21,50



4 – Mais de quarenta utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana	13,50
2 x Semana.....	20,00

SECÇÃO VI

Atividades pontuais em grupo e reservas de espaço

Artigo 140.º- R

Atividades pontuais em grupo

Pela utilização pontual da Piscina Municipal, em atividades organizadas para grupos, são devidos os seguintes valores (isento de inscrição):

1- Atividades orientadas por monitores da piscina municipal:

a. Até dez utilizadores	40,65
b. De onze a vinte e quatro utilizadores	65,04
c. De vinte e cinco a quarenta utilizadores.....	89,43

2 – Festas de aniversário na piscina de 16 m:

a) Até dez crianças, sem lanche.....	40,65
b) Por cada criança a mais sem lanche.....	4,07
c) Até dez crianças, com lanche.....	81,30
d) Por cada criança a mais, com lanche	8,13

Artigo 140.º- S

Reservas de Espaço

Pela reserva de pista na Piscina Municipal, são devidos os seguintes valores

a) Na piscina de 25 m., máximo 14 utilizadores:

a.1) Reserva pontual, 45 minutos	28,46
a. 2) Dez ou mais reservas de 45 minutos cada uma	20,33

b) Na piscina de 16 m., máximo 8 utilizadores:

b.1) Reserva pontual, 45 minutos	20,33
b.2) Dez ou mais reservas de 45 minutos, cada uma	16,26



CAPÍTULO VIII
CENTRO CULTURAL MALAPOSTA

SECÇÃO I
BILHETEIRA

Artigo 140.º- T
Bilhetes

Os valores de venda dos bilhetes são fixados em função das seguintes categoria do espetáculo:

A.....	25,00
B.....	20,00
C.....	15,00
D.....	12,50
E.....	10,00
F.....	7,50
G.....	6,00
H.....	5,00
I.....	3,50
J.....	3,00
K – Só praticado no âmbito da iniciativa “Encontro de Escolas no Teatro da Malaposta”	2,00

Artigo 140.º- U
Cartões

1 - Cartão “Amigos da Malaposta” - Individual.....	10,00
2 - Cartão “Família” (para agregados familiares com o mínimo de 5 pessoas)	25,00

Artigo 140.º- V
Aluguer de espaços e serviços

1 - Auditório.....	350,00
2 - Sala Experimental.....	200,00
3 - Foyer.....	350,00
4 - Sala de Espelhos.....	150,00
5 - Sala de Cinema.....	300,00
6 - Sala de “Café Teatro”	200,00
7 - Festas de Aniversário - sessão de teatro e lanche - preço mínimo/10 pessoas	120,00
8 – Pelo serviço de venda de bens consignados incide uma margem de 20% sobre aquele valor a favor do Município de Odivelas.	



Artigo 140.º- W

Ateliers e workshops

A realização de ateliers e workshops está sujeita ao pagamento dos valores definidos nas seguintes categorias::

A.....	200,00
B.....	100,00
C.....	75,00
D.....	50,00
E.....	25,00
F.....	3,00

CAPÍTULO IX

LOJA DO TURISMO

Artigo 140.º- X

Venda de produtos

1 1 - São devidos os seguintes valores pela aquisição de:

a) Pins.....	1,63
b) Cubo para fotografia - (cubo de marmelada)	2,44
c) Blocos de notas.....	3,25
d) Chapéu-de-chuva.....	9,76
e) Sacos.....	0,41
f) Marcador de livros (com íman)	2,03
g) Postais:	
g.1 Individual.....	0,41
g.2 Conjunto de seis	2,03
h) Magnéticos de frigorífico.....	1,22
i) Canetas.....	0,81
j) Colher de pau.....	1,22
k) Avental:	
k.1 Ajustável.....	5,69
K.2 Bicolor.....	7,32
l) Baralho de cartas.....	2,03
m) Leques.....	3,25
n) Pen USB (com molde)	4,47
o) Relógio.....	6,50
p) Caixa de lápis (criança)	2,03
q) Jogos.....	4,15



r) Lápis.....	0,81
s) Caneca	4,15
t) Chapéu de palha.....	2,93
u) Sacos de compra.....	2,11
v) Livros:	
v.1 Património Histórico e Cultural.....	6,50
v.2 Livros CMO	8,13
w) Emblemas:	
w.1	
Estampados.....	2,03
w.2 Bordados.....	4,06
x) Miniatura de bilhas de Caneças.....	1,22

2 - Pelo serviço de venda de bens consignados incide uma margem de 10% sobre aquele valor a favor do Município de Odivelas.

CAPÍTULO X
UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO MULTIUSOS
SECÇÃO I
Multiusos - Atividades desportivas e outras

Artigo 140.º- Y
Utilização do Multiusos para atividades desportivas

Pela utilização do Pavilhão Multiusos com atividades desportivas, são devidos os seguintes valores:

1 - Pela utilização da Nave 1:

a) Sem assistência:	
a.1 Por uma hora.....	100,00
a.2 Por três horas.....	250,00
a.3 Por seis horas	650,00
a.4 Por dez horas	900,00
a.5 Por dezasseis horas	1.200,00
b) Com assistência – Piso 1:	
b.1 Por uma hora.....	200,00
b.2 Por três horas.....	800,00
b.3 Por seis horas	1.200,00
b.4 Por dez horas	1.500,00
b.5 Por dezasseis horas.....	1.800,00
c) Com assistência – Piso 1 e 2:	



c.1 Por uma hora.....	300,00
c.2 Por três horas.....	1.200,00
c.3 Por seis horas	1.600,00
c.4 Por dez horas	2.000,00
c.5 Por dezasseis horas.....	2.300,00

2 - Pela utilização da Nave 2:

a) Sem assistência:

a.1 Por uma hora.....	60,00
a.2 Por três horas.....	150,00
a.3 Por seis horas	350,00
a.4 Por dez horas	540,00
a.5 Por dezasseis horas	750,00

b) Com assistência – Galeria:

b.1 Por uma hora.....	80,00
b.2 Por três horas.....	180,00
b.3 Por seis horas	400,00
b.4 Por dez horas	600,00
b.5 Por dezasseis horas.....	850,00

3- Pela utilização dos Ginásios 1 e 3:

a) Por uma hora.....	30,00
b) Por três horas.....	75,00
c) Por oito horas	200,00
d) Por dezasseis horas	300,00

4 - Pela utilização da Nave 1, em regime de exclusividade:

a) Com assistência – Piso 1:

a.1 Por três horas.....	2.000,00
a.2 Por seis horas.....	2.300,00
a.3 Por dez horas	2.500,00
a.4 Por dezasseis horas	3.000,00

b) Com assistência – Piso 1 e 2:

b.1 Por três horas.....	2.500,00
b.2 Por seis horas	2.750,00
b.3 Por dez horas	3.000,00
b.4 Por dezasseis horas	3.500,00



Artigo 140.º- Z

Utilização do Multiusos para outras atividades

Pela utilização do Pavilhão Multiusos com outras atividades, são devidos os seguintes valores:

1 - Pela utilização da Nave 1:

a) Até 1000 pessoas	
a.1 Por cinco horas.....	1.800,00
a.2 Por dez horas	2.200,00
a.3 Por vinte e quatro horas	2.600,00
b) Até 2500 pessoas	
b.1 Por cinco horas.....	2.000,00
b.2 Por dez horas	2.500,00
b.3 Por vinte e quatro horas	3.000,00
c) Até 4000 pessoas	
c.1 Por cinco horas.....	2.400,00
c.2 Por dez horas	3.000,00
c.3 Por vinte e quatro horas	3.500,00

2 - Pela utilização da Nave 2, até 800 pessoas:

a) Por uma hora.....	500,00
b) Por três horas	1.000,00
c) Por seis horas.....	1.200,00
d) Por dez horas	1.400,00
e) Por vinte e quatro horas	1.800,00

3 - Pela utilização do auditório – 150 lugares sentado com sistema de som, de vídeo projeção e colocação de linóleo:

a) Por uma hora.....	100,00
b) Por quatro horas.....	250,00
c) Por dez horas	500,00
d) Por dezasseis horas	700,00

4 - Pela utilização da Nave 1, em regime de exclusividade:

a) Até 1000 pessoas	
a.1 Por cinco horas.....	2.200,00
a.2 Por dez horas	2.700,00
a.3 Por vinte e quatro horas	3.200,00
b) Até 2500 pessoas	
b.1 Por cinco horas.....	2.500,00



b.2 Por dez horas	3.000,00
b.3 Por vinte e quatro horas	3.500,00
c) Até 4000 pessoas	
c.1 Por cinco horas.....	2700,00
c.2 Por dez horas	3.200,00
c.3 Por vinte e quatro horas	4.000,00

SECÇÃO II

Modalidades desportivas e outras

Artigo 140.º- AA

Inscrições

1 – Inscrição na “Escolinha de Futsal”.....	45,00
2 – Inscrição noutras modalidades.....	20,00
3 – Renovação de Inscrição	10,00

Artigo 140.º- AB

Modalidades desportivas praticadas em ginásio

Pela frequência de aulas em ginásio do Pavilhão Multiusos, por utilizador, são devidos os seguintes valores:

1 – *Ballet, Hip Hop* e Aulas de Grupo, pagamento mensal:

1x Semana	20,00
2x Semana.....	29,00
3x Semana.....	39,00

2 - Livre-trânsito em aulas de grupo e utilização do Ginásio de *Cardiofitness* e Musculação, pagamento mensal.....45,00

Artigo 140.º- AC

Modalidades de combate praticadas em ginásio

Pela prática de modalidades de combate em ginásio do Pavilhão Multiusos, por utilizador, são devidos os seguintes valores:

1-*Karaté*, 3x por semana, pagamento mensal,.....30,00

2- *Kickboxing*, Judo e *Jiu Jitsu/ MMA*, pagamento mensal:

a) 2x por semana.....	20,00
b) 3x por semana.....	30,00

3- Modalidades de combate quando conjugada com utilização de ginásio de *Cardiofitness* e Musculação, pagamento mensal

55,00



Artigo 140.º- AD

Ginásio de *Cardiofitness* e Musculação

Pela utilização do ginásio para a prática de *Cardiofitness* e Musculação, é devido por utilizador, mensalmente, o valor de:

- a) Livre trânsito.....35,00
- b) Utilização Pontual (1dia), por pessoa e válido por 30 dias10,00
- c) Utilização Pontual (10dias), por pessoa e válido por 30 dias50,00

Artigo 140.º-AE

“Escolinha de Futsal”

1 - Frequência da Escolinha de *Futsal*, por utilizador, é devido o pagamento mensal de.....35,00

2 - Pela aquisição de equipamento:

- a) *Tshirt*.....11,30
- b) Calção.....7,72
- c) Meias.....4,80

Artigo 140.º- AF

SQUASH

1 - Pela utilização do campo de *squash*, com utilização máxima de quatro utilizadores, são devidos os seguintes valores por aluguer:

- a) De 45 minutos – das 08:00h. às 18:00h.6,10
- b) De 45 minutos – das 18:00h. às 24:00h.8,13
- c) De 90 minutos – das 08:00h. às 18:00h.9,76
- d) De 90 minutos – das 18:00h. às 24:00h.13,82

2 – Aluguer de raquete, por unidade (bola incluída)1,63

SECÇÃO III

Terapias e sessões de bem-estar

Artigo 140.º- AG

Terapias

Pela frequência de sessões terapêuticas individuais em gabinete, são devidos os seguintes valores, por utilizador:

- a) Massagem terapêutica, pontual, com a duração máxima de trinta minutos (isento de inscrição).....15,00



- b) Massagem terapêutica, uma vez por semana, com a duração máxima de 30 minutos, pagamento mensal.....40,00

Artigo 140.º- AH

Sessões de bem-estar

Pela frequência de sessões de bem-estar, são devidos os seguintes valores, por utilizador:

- a) Massagem de relaxamento, pontual, com a duração máxima de 30 minutos (isento de inscrição).....12,20
- b) Massagem de relaxamento, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal.....40,65



LIVRO IV

NORMAS DE

LIQUIDAÇÃO E

COBRANÇA



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Artigo 141.º

Âmbito de aplicação

As normas do presente Livro apenas são aplicáveis às disposições previstas no Livro II, exceto as normas quanto ao modo de pagamento e do pagamento em prestações, que também são aplicáveis às disposições do Livro III.

CAPÍTULO II

GARANTIAS FISCAIS

Artigo 142.º

Garantias fiscais

- 1 - Os sujeitos passivos das taxas para as autarquias locais podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.
- 2 - À reclamação graciosa ou impugnação judicial da liquidação e cobrança de taxas, encargos de mais-valias e demais receitas de natureza fiscal, aplicam-se as normas da Lei Geral Tributária e as do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.
- 3 - Compete ao órgão executivo a cobrança coerciva das dívidas ao Município provenientes de taxas e outras receitas municipais, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime estabelecido no Código de Procedimento e de Processo Tributário.
- 4 - A reclamação é deduzida perante o órgão que efetuou a liquidação da taxa no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
- 5 - A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 6 - Do indeferimento tácito ou expresse cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área do município, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
- 7 - A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no número 2, do presente artigo.

Artigo 143.º

Princípio da participação

- 1 – A participação dos contribuintes na formação das decisões que lhes digam respeito pode efetuar-se sempre que a lei não prescrever em sentido diverso, por qualquer das seguintes formas:
 - a) Direito de audição antes da liquidação;
 - b) Direito de audição antes do indeferimento total ou parcial dos pedidos, reclamações, recursos ou petições;



- c) Direito de audição antes da revogação de qualquer benefício ou ato administrativo em matéria fiscal;
- d) Direito de audição antes da decisão de aplicação de métodos indiretos;
- e) Direito de audição antes da conclusão do relatório do serviço de Execução Fiscal.

2 – É dispensada a audição no caso de a liquidação se efetuar com base na declaração do contribuinte ou a decisão do pedido, reclamação, recurso ou petição lhe for favorável.

3 – Tendo o contribuinte sido anteriormente ouvido em qualquer das fases do procedimento a que se referem as alíneas b) a e) do n.º 1, do presente artigo, é dispensada a sua audição antes da liquidação, salvo em caso de invocação de factos novos sobre os quais ainda se não tenha pronunciado.

4 – O direito de audição deve ser exercido no prazo de 10 dias, a contar da data do seu conhecimento.

5 – Em qualquer das circunstâncias referidas no n.º 1, do presente artigo, para efeitos do exercício do direito de audição, deve comunicar-se ao sujeito passivo o projeto de decisão e sua fundamentação, nos termos do artigo 152º, do presente Regulamento.

Artigo 144.º

Decisões sujeitas a audiência prévia

Deverão ser objeto de audiência dos contribuintes, as decisões:

- a) Que se fundamentam em factos não revelados nos pedidos, petições, reclamações ou recursos hierárquicos apresentados pelos contribuintes;
- b) Que se fundamentam em elementos que já deveriam ter sido submetidos a audiência prévia, mas em que esta formalidade não foi cumprida;
- c) Em que o órgão com competência para decidir altera o sentido do projeto de decisão e respetiva fundamentação, anteriormente submetido a audiência prévia;
- d) Em que o órgão com competência para decidir altera o projeto de decisão favorável ao contribuinte.

Artigo 145.º

Momento em que é feita a audiência prévia

1 - A audiência prévia é feita após a conclusão do procedimento e antes de ser proferida a decisão ou antes do relatório final ou nos casos de procedimento de inspeção tributária.

2 - Compete a quem elabora a proposta de decisão final ou relatório final, consoante o caso, propor a audiência prévia, oral ou escrita e o prazo do seu exercício, bem como informar das situações em que esta não deve ocorrer, nos termos dos artigos 148º e 149º, do presente Regulamento.



Artigo 146.º

Forma e conteúdo da comunicação

1 - A audiência prévia concretiza-se pelo conhecimento presencial ou pelo envio ao destinatário, mediante carta registada, do resumo das conclusões da informação ou relatório que contenha os elementos que fundamentam o projeto de decisão ou fotocópia da própria informação ou relatório, de modo a que o destinatário tenha conhecimento de todos os pressupostos de facto e de direito suscetíveis de influenciar a decisão.

2 - Da notificação deverá ainda constar, de acordo com o n.º 2 do artigo 122.º, do CPA, a indicação das horas e o local onde o processo poderá ser consultado.

Artigo 147.º

Efeitos da audiência prévia no procedimento

1 – Caso o direito de audiência prévia não seja exercido dentro do prazo fixado ou a resposta não forneça elementos novos, a decisão será tomada de acordo com a proposta e os elementos constantes do processo.

2 – Caso sejam fornecidos novos elementos, estes são obrigatoriamente analisados, devendo a sua não aceitação ser fundamentada, ainda que de forma sucinta.

Artigo 148.º

Decisões excluídas de audiência

1 – Nos termos do n.º 2, do artigo 60.º, da LGT, exclui-se, expressamente, a obrigatoriedade de audiência prévia dos contribuintes, quando:

- a) A liquidação do tributo se efetuar com base na declaração do contribuinte;
- b) A decisão do pedido, reclamação, recurso ou petição for totalmente favorável ao contribuinte.

2 – Nos termos do n.º 2, do artigo 56.º, da LGT, não haverá direito de participação, por não haver dever de decisão, quando:

- a) A administração tributária se tenha pronunciado há menos de dois anos sobre pedido do mesmo autor com idêntico objetivo e fundamento;
- b) Tiver sido ultrapassado o prazo legal de revisão do ato tributário.

3 – Nos termos da alínea c), do artigo 2.º, da LGT, não há lugar à audiência dos interessados, nas situações previstas no artigo 124.º do CPA.

Artigo 149.º

Decisões em que poderá ser dispensada a audiência dos interessados

A audiência dos interessados poderá ser dispensada, sem prejuízo da necessária ponderação do caso concreto e de adequada fundamentação, nomeadamente, quando:

- a) A administração tributária, apenas, aprecie os factos que lhe foram dados pelo contribuinte, limitando-se na sua decisão a fazer a interpretação das normas legais aplicáveis ao caso,



encontrando-se nesta situação todas as decisões sobre petições, requerimentos, reclamações e recursos em que a administração se limita a concluir, face aos factos e argumentos invocados pelo contribuinte e a lei aplicável, pela improcedência da sua pretensão;

- b) A administração tributária atue, exclusivamente, no âmbito de poderes vinculados como nas liquidações que a administração tributária efetua, por imposição legal, com base na totalidade da matéria coletável do exercício mais próximo que se encontrar determinada;
- c) A administração tributária pratique um ato com base em factos já submetidos, noutra fase do procedimento, a audiência dos contribuintes.

CAPÍTULO III

LIQUIDAÇÃO

Artigo 150.º

Liquidação

A liquidação das taxas e outras receitas municipais consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores definidos no presente regulamento e dos elementos fornecidos pelos interessados, considerando os procedimentos previstos na Secção I, do Capítulo IV, do presente livro.

Artigo 151.º

Taxas resultantes de deferimento tácito

As taxas a aplicar em todas as situações em que ocorram deferimentos tácitos são de igual valor às dos respetivos atos expressos.

Artigo 152.º

Notificação

A liquidação é notificada ao interessado pelas formas legalmente admitidas e nela deverá constar a decisão, os fundamentos de facto e de direito, os meios de defesa contra o ato de liquidação, o autor do ato e a menção da respetiva delegação ou subdelegação de competências, bem como o prazo de pagamento voluntário, estipulado no artigo 23º, do presente Regulamento.

Artigo 153.º

Procedimento na liquidação

1 - A liquidação das taxas e outras receitas municipais constará de documento próprio no qual se deverá fazer referência aos seguintes elementos:

- a) Enquadramento no Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais;
- b) Discriminação do ato ou facto sujeito a liquidação;
- c) Identificação do sujeito passivo;
- d) Cálculo do montante a pagar.



2 - O documento mencionado, no número anterior, designa-se *Nota de Liquidação*, ou outra expressão equivalente, e fará parte integrante do respetivo processo administrativo.

Artigo 154.º

Revisão do ato de liquidação

Poderá haver lugar à revisão do ato de liquidação oficiosamente ou por iniciativa do sujeito passivo, nos prazos estabelecidos na Lei Geral Tributária e com fundamento em erro de facto ou de direito.

Artigo 155.º

Revisão oficiosa do ato de liquidação

1 - Quando por erro imputável aos serviços tenha sido liquidada quantia superior à devida ou se verifique ter havido prejuízo para o Município, o serviço liquidador deve promover, de imediato, desde que não haja decorrido o prazo previsto na Lei Geral Tributária sobre o pagamento, e independentemente de reclamação ou impugnação do interessado, a sua restituição ou liquidação adicional.

2 - O devedor é notificado, por carta registada com aviso de receção.

3 - Da notificação devem constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante em dívida ou a ser ressarcido, o prazo de pagamento, e a advertência de que o não pagamento, no prazo fixado, implica a cobrança coerciva.

4 - Não haverá lugar a liquidação adicional ou a restituição oficiosa de quantias iguais ou inferiores a 2,50 €.

Artigo 156.º

Revisão do ato de liquidação por iniciativa do sujeito passivo

1 - Requerimento de revisão do ato de liquidação por iniciativa do sujeito passivo deverá ser instruído com os elementos necessários que fundamentam o erro de facto ou de direito invocado, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.

2 - Quando o erro do ato de liquidação advier e for da responsabilidade do próprio sujeito passivo, nomeadamente por falta ou inexatidão de declaração a cuja apresentação estivesse obrigado, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, este será responsável pelas despesas que a sua conduta tenha causado, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis por lei ou regulamento.

3 - A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.

4 - Do indeferimento tácito ou expreso cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área do município, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.

5 - A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação.



CAPÍTULO IV DO PAGAMENTO E DO NÃO PAGAMENTO

SECÇÃO I Do pagamento

Artigo 157.º

Pagamento

- 1 - As taxas das autarquias locais extinguem-se através do seu pagamento ou de outras formas de extinção, nos termos da Lei Geral Tributária.
- 2 - As taxas das autarquias locais podem ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, quando tal seja compatível com o interesse público.
- 3 - Não pode ser praticado nenhum ato ou facto sem prévio pagamento das taxas e outras receitas municipais previstas no presente Regulamento.
- 4 - Os sujeitos passivos que façam uso regular de um bem municipal, podem efetuar os pagamentos devidos por essa utilização, mensalmente, desde que o pagamento ocorra até ao dia 8 de cada mês.
- 5 - Os pagamentos devidos anualmente devem ser efetuados até ao dia 31 de janeiro do ano a que correspondem.
- 6 - Salvo regime especial, as taxas e outras receitas previstas no presente Regulamento, devem ser pagas na Tesouraria Municipal, ou nos seus postos de cobrança.

Artigo 157.º-A

Pagamento pela utilização dos complexos das Piscinas Municipais e do Multiusos de Odivelas

- 1 - O pagamento das mensalidades individuais é realizado até ao dia 10 do mês a que diga respeito.
- 2 - Em todas as atividades que impliquem inscrição, a mensalidade de julho é paga de forma repartida no segundo e no terceiro mês de frequência.
- 3 - O pagamento das sessões pontuais, bem como, dos serviços associados à utilização do espaço é realizado no ato da marcação dos mesmos.
- 4 - O pagamento das mensalidades dos grupos é realizado até ao final do mês a que diga respeito.

Artigo 158.º

Pagamento em prestações²

- 1 - Compete à Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações, podendo esta delegar no seu Presidente, com a faculdade de subdelegação, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da Lei Geral Tributária, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente a comprovação da situação económica do requerente que não lhe permite o pagamento integral de uma só vez, no prazo estabelecido para o pagamento voluntário, sem prejuízo do que

² Ver redação do artigo 167.º



especificamente se encontra estabelecido no presente Regulamento e no artigo 117.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

2 - O pagamento em prestações poderá ser efetuado até um máximo de seis prestações mensais, sempre que o valor apurado para cada prestação não seja inferior a 1 UC, salvo disposição legal em contrário.

3 - No caso de deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, no máximo de 6, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações.

4 - O pagamento de cada prestação deverá ocorrer até ao dia 08 do mês a que esta corresponder.

5 - A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida.

6 - A autorização do pagamento de taxas, em prestações, está condicionada à prestação de caução, salvo disposição legal em contrário.

7- Nas taxas a que se refere o n.º 4 do artigo 51.º do presente regulamento, com um valor superior a €1.000,00, pode ser aceite o pagamento em prestações, por prazo não superior **a 5 anos**, mediante requerimento fundamentado dos interessados e sempre que o valor apurado para prestação não seja inferior a 1 UC, salvo disposição legal em contrário.

8- O pagamento em prestações das taxas devidas nos termos do n.º 4 do artigo 51.º do presente regulamento pode ser, em casos devidamente fundamentados, dispensado da prestação de caução prevista no n.º 6 do presente artigo, podendo também ser suspensa a aplicação de juros.

Artigo 159.º

Áreas urbanas de génese ilegal e bairros de origem ilegal

1 - O pagamento das taxas previstas no n.º 2 do artigo 51.º, do presente Regulamento, deverá ocorrer no prazo de um ano após emissão do título de reconversão ou até a admissão das comunicações prévias das construções abrangidas pelo referido título de reconversão, caso estas ocorram em data anterior.

2 – As taxas liquidadas nas alterações aos alvarás de loteamento emitidos para as AUGI e bairros de origem ilegal poderão ter condições de pagamentos especiais, iguais às decorrentes de operação de reconversão, desde que aprovadas pela Câmara Municipal.

3 - (Revogado)

4 - (Revogado)



SECÇÃO II

Do não pagamento

Artigo 160.º

Incumprimento

1 - São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento de taxas das autarquias locais.

2 - As dívidas que não forem pagas voluntariamente são objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

3 - Não pode ser negado a prestação de serviços, a emissão de autorizações ou a continuação da utilização de bens do domínio público e privado autárquico em razão do não pagamento de taxas, quando o sujeito passivo deduzir reclamação ou impugnação e for prestada, nos termos da lei, garantia idónea.

Artigo 160.º-A

Incumprimento do pagamento pela utilização dos complexos das Piscinas Municipais e do Multiusos de Odivelas

1 - Findo o prazo determinado no número 1 do artigo 157.º-A do presente regulamento, o pagamento é agravado:

- a) Nos sete dias seguintes em 5%;
- b) Do oitavo dia até ao final do mês a que diga respeito, em 20%.

2 - Findo o prazo determinado no número 4 do artigo 157.º-A do presente regulamento, o pagamento só poderá ser efetuado nos dez dias subsequentes agravado em 20%.

3. É considerada desistência, o não pagamento da mensalidade devida até ao final dos prazos definidos nos números anteriores.

Artigo 161.º

Cobrança coerciva

1 - Findo o prazo de pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais liquidadas que não impliquem a execução imediata do direito requerido e cujos procedimentos administrativos não tenham caducado, constituem débitos ao Município, vencendo-se juros de mora à taxa legal.

2 - Consideram-se em débito todas as taxas e outras receitas municipais, relativamente às quais o contribuinte obteve o gozo, o serviço ou um benefício, sem o respetivo pagamento.

3 - O não pagamento das taxas e de outras receitas municipais implica a extração das respetivas certidões de dívida e o seu envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.

4 - Para além da execução fiscal, o não pagamento das licenças ou autorizações renováveis implica também a sua não renovação, para o período imediatamente seguinte.



SECÇÃO III

Caducidade e prescrição

Artigo 162.º

Caducidade

O direito de liquidar a taxa caduca se não for validamente notificada ao sujeito passivo, no prazo de quatro anos, a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

Artigo 163.º

Prescrição

1 - As dívidas por taxas às autarquias locais prescrevem no prazo de oito anos, a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

2 - A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.

3 - A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano, por facto não imputável ao sujeito passivo, faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 164.º

Revisão do presente Regulamento

(Revogado)

Artigo 165.º

Revogação

É revogado o Regulamento de Taxas, Tarifas e Outras Receitas do Município de Odivelas e seu Regulamento de Liquidação e Cobrança, aprovado na 3.ª reunião ordinária da CMO, realizada no dia 13 de fevereiro de 2008 e pela Assembleia Municipal de Odivelas, na 2.ª reunião da 1.ª Sessão Ordinária, realizada a 28 de fevereiro de 2008 e publicado no Boletim Municipal, Edição especial n.º 1, de 04 de março de 2008.

Artigo 166.º

Vigência

O Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, bem como as disposições respeitantes à sua liquidação e cobrança, entra em vigor no dia útil, imediatamente seguinte à sua publicação.



Artigo 167º

Medidas de Incentivo à Reabilitação Urbana e às Atividades Económicas

1. Como estratégia de incentivo à concretização de programas no âmbito da Reabilitação Urbana, e desde que inseridas nas áreas legalmente previstas para o efeito, serão isentas as obras relativas a edificação, do pagamento das taxas previstas nos artigos 40º, 43º, 44º e 46º a 48º do presente regulamento.
2. As obras de reabilitação de edifícios definidas no número anterior, são igualmente isentas do pagamento das taxas previstas no artigo 54º do presente regulamento.
3. Como estímulo e apoio à reconversão urbanística, fica suspensa da aplicação de juros sobre o pagamento fracionado de taxas nas situações previstas no número 7 do artigo 158.º.
4. Aumento do prazo máximo para o pagamento fracionado de taxas, de 3 para 5 anos, nas situações previstas no número 7 do artigo 158.º.
5. O valor mínimo de pagamento mensal previsto no número 7 do artigo 158.º é reduzido para 1 UC, independentemente do valor liquidado.
- 6 - As pessoas que comprovem insuficiência económica, nos termos da legislação geral, podem requerer o pagamento de taxas em prestações mensais, até ao limite máximo de 12, em valor a definir em função da insuficiência económica efetivamente comprovada, dispensando-se da prestação da caução prevista no artigo 158.º.
- 7 – Como estímulo à atividade económica, são reduzidas em 30 % as taxas de ocupação de espaço público nas situações previstas no artigo 59.º com efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2017.
- 8 – Como estímulo ao empreendedorismo e á criação do próprio emprego são reduzidas em 50% nas taxas previstas no artigo 109.º e 110.º.



PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA DE ODIVELAS

REGULAMENTO



PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA DE ODIVELAS

PREÂMBULO

O Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas, instituído pela Câmara Municipal de Odivelas, pretende promover publicamente edifícios, que pela sua conceção construtiva e estética, representem um contributo para a valorização e/ou salvaguarda do património arquitetónico e urbanístico do concelho. Premiando deste modo, intervenções que combinem os aspetos relacionados com a qualidade arquitetónica e a sua inserção no tecido urbano e paisagem envolvente, e que convoquem nas soluções preconizadas a assunção da importância das questões ambientais e da eficiência energética e o forte contributo do fator inovação.

ARTIGO 1.º

OBJETIVO

1. O Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas pretende distinguir e premiar obras novas ou de reabilitação/recuperação de edifícios, que na sua conceção tenham tido como principais objetivos a qualidade arquitetónica e o enquadramento urbanístico.
2. Com a atribuição do prémio à obra, o Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas pretende traduzir publicamente o reconhecimento do Município ao Autor do Projeto.
3. Poderão concorrer os autores dos projetos de obras públicas ou privadas concluídas e com autorização de utilização emitida nos quatro anos anteriores à data limite para apresentação de candidaturas.
4. Só poderão ser objeto de candidatura as obras de autoria de Arquitetos.
5. A Câmara Municipal de Odivelas reserva-se o direito de promover convites para a participação no Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas.
6. As obras serão analisadas de acordo com a sua tipologia, programa e dimensão, obedecendo a sua avaliação aos seguintes critérios, competindo ao júri a definição da avaliação dos mesmos:
 - Integração urbanística;
 - Qualidade formal;
 - Qualidade funcional;
 - Desempenho Técnico;
 - Apresentação da candidatura.



ARTIGO 2.º

NATUREZA DO PRÉMIO

1. O Prémio terá uma periodicidade bienal, sendo constituído por um valor pecuniário de cinco mil euros a atribuir ao(s) Autor(es) da obra premiada, através de transferência bancária a realizar no decorrer do ano civil da respetiva edição.
2. A Câmara Municipal de Odivelas (CMO) atribuirá ao(s) promotor(es) da obra premiada um diploma e uma placa identificativa a colocar na obra, em local a definir pelo autor do projeto.
3. Além do prémio pecuniário, pode o júri propor a atribuição até três Menções Honrosas (sem valor pecuniário).
4. Havendo Menções Honrosas, os Autores e Promotores receberão diplomas alusivos.
5. O Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas não poderá ser atribuído a mais do que um concorrente.
6. Ao júri reserva-se o direito de não propor a atribuição do Prémio ou qualquer Menção Honrosa.

ARTIGO 3.º

PATROCINADORES

A CMO pode aceitar, para o Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas, o contributo de um ou mais patrocinadores.

ARTIGO 4.º

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

1. O Júri será constituído por:
 - Presidente da Câmara Municipal de Odivelas ou seu representante, que presidirá o júri;
 - Um representante designado pela Assembleia Municipal de Odivelas;
 - Um Arquiteto designado pela Câmara Municipal de Odivelas;
 - Um Arquiteto designado pela Ordem dos Arquitetos Portugueses;
2. O júri pode solicitar acompanhamento técnico dos quadros de pessoal da CMO, nas áreas que considerar importantes.



3. O júri poderá solicitar o apoio de peritos para, a título consultivo e sem direito a voto, o auxiliarem no exercício das suas funções.
4. O membro do júri deve pedir dispensa de intervir no concurso sempre que tenha, a qualquer título, participado na conceção ou execução da obra, ou seu parente em linha direta ou até ao segundo grau da linha colateral.

ARTIGO 5.º

PROCEDIMENTO CONCURSAL

1. Os processos de candidatura deverão ser formalizados durante os meses de janeiro e fevereiro, em data definida e divulgada pela CMO.
2. Competirá ao Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico a condução do processo, podendo para o efeito solicitar o acompanhamento de elementos de outros Departamentos da CMO que integrem o júri.
3. Entre março e maio, o júri efetuará a seleção e a avaliação das obras a concurso.
4. Serão ainda promovidas pela CMO visitas às obras candidatas a efetuar pelos membros do júri.
5. Durante o mês de junho, será divulgada a classificação final.
6. A entrega do Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas e Menções Honrosas ocorrerá em sessão pública convocada para o efeito, e será efetuada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas.

ARTIGO 6.º

APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

1. As candidaturas ao Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas deverão ser apresentadas pelo Autor do Projeto ou Promotor da obra, no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico.
2. Os processos de candidatura deverão conter, além de uma ficha de inscrição fornecida pela CMO, os seguintes elementos:
 - a) Memória Descritiva e justificativa do projeto;
 - b) Peças desenhadas do respetivo projeto, constando, no mínimo: Planta de localização e/ou planta de implantação, à escala adequada para compreensão da sua integração no tecido urbano existente, plantas dos diversos pisos, alçados das fachadas, e dois cortes, à escala de um para cem;



- c) Fotografias elucidativas da situação do terreno e/ou imóvel antes e depois da intervenção, caso se julgue relevante para a interpretação do projeto;
 - d) Fotografias e/ou imagens 3D que possibilitem avaliar a integração da intervenção no conjunto urbano e paisagístico envolvente.
3. Os trabalhos deverão ser apresentados sob a forma de um processo em suporte papel organizado em A4, e em formato digital, com a definição adequada para impressão em grandes formatos (extensões: pdf, tiff, jpg, png, dwg, dxf), contendo todos os elementos do ponto 2;
4. O júri fará uma primeira apreciação das candidaturas apresentadas, de modo a selecionar os candidatos admitidos a concurso. Esta decisão será comunicada a todos os inscritos.

ARTIGO 7.º

FORMAS DE PUBLICITAÇÃO

1. A CMO assegurará a divulgação da abertura de concurso através de órgãos de comunicação social, do seu site na Internet www.cm-odivelas.pt, junto da Ordem dos Arquitetos e dos técnicos que tenham apresentado projetos de arquitetura nos serviços da CMO.
2. A CMO assegurará a divulgação da decisão final do júri, relativa ao Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas e às Menções Honrosas através dos órgãos de comunicação social e do seu site na Internet www.cm-odivelas.pt e através de correio eletrónico enviado a todos os concorrentes.

ARTIGO 8.º

FUNDAMENTOS DE EXCLUSÃO

1. São motivos de exclusão do concurso:
- a) A não apresentação, no prazo indicado no n.º 1 do artigo 5.º, de elemento instrutório indicado no n.º 2 do artigo 6.º;
 - b) A verificação de fundamento de impedimento ou exclusão nos termos do n.º 4 do artigo 4.º do presente regulamento ou do Código do Procedimento Administrativo.
2. As obras promovidas pela Câmara Municipal de Odivelas, com autoria de técnicos do seu quadro de pessoal, não podem ser objeto de candidatura ao Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas.



ARTIGO 9.º

EXPOSIÇÃO E DEVOLUÇÃO DE TRABALHOS

1. Passarão a ser propriedade material da CMO, sem prejuízo dos direitos de propriedade intelectual e artística dos seus autores, todos os elementos entregues pelos concorrentes premiados.
2. Será realizada uma exposição pública contemplando os trabalhos premiados e uma seleção dos projetos admitidos a concurso.
3. Os trabalhos dos restantes concorrentes poderão ser recolhidos durante um prazo de 30 dias após o encerramento da exposição, findo o qual serão propriedade da CMO.
4. A CMO reserva-se o direito de expor e/ou publicar, no todo ou em parte, o conteúdo dos processos concorrentes, como forma de servir os objetivos da instituição de Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas, com salvaguarda de todos os direitos de autor.

ARTIGO 10.º

REVISÃO DO REGULAMENTO

A CMO, sempre que o considere necessário, poderá promover a revisão integral ou parcial do presente regulamento ou a sua suspensão.

ARTIGO 11.º

ENTRADA EM VIGOR

O presente regulamento entra em vigor após a sua aprovação e respetiva publicação em Boletim Municipal.



REGULAMENTO MUNICIPAL DO PRÉMIO DE DISTINÇÃO EMPRESARIAL



Regulamento Municipal do Prémio de Distinção Empresarial

Preâmbulo – Fundamentação jurídica

Inserido no Programa Municipal de Empreendedorismo o Prémio de Distinção Empresarial tem como finalidade estimular e reconhecer o mérito empresarial, iniciativas empreendedoras e inovadoras no âmbito do desenvolvimento económico do Município, junto do tecido empresarial local.

Considerando que os empresários desempenham um papel da maior relevância no desenvolvimento do Município onde realizam a sua atividade, pelo aproveitamento de recursos endógenos, pelo valor acrescentado que adicionam aos produtos que transformam, pelos postos de trabalho que criam, pelo aumento de rendimento que geram nas famílias, pela possibilidade de fixação da população e, pela capacidade de, nos riscos encontrarem oportunidades.

Tendo em conta que o espírito empreendedor contribui para reforçar a coesão económica e social das regiões, para estimular a atividade económica e a criação de emprego ou para integrar os desempregados ou os mais desfavorecidos no meio laboral.

Ao instituir esta iniciativa, o Município de Odivelas pretende potenciar o reconhecimento público, a dignificação, a valorização e o prestígio da atividade empresarial e, ao mesmo tempo, criar um prémio importante no reforço da autoconfiança, da autoestima e na motivação para novos projetos e novos desafios.

O Município de Odivelas consciente do seu papel, decidiu lançar a iniciativa o Prémio de Distinção Empresarial para reconhecer e dar visibilidade pública a quem independentemente da sua atividade ou ideia, mais contribuiu ou pode vir a contribuir para estimular o espírito empresarial responsável e o desenvolvimento económico do Município.

Assim, o presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, conjugado com a alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º, g) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Fundamentação económica – Custos benefícios das medidas projetadas.

Descrição da atividade	Quantidade de Recursos Humanos	Técnico Superior		Chefia		Vereador (a)		Órgãos Autárquicos			Aquisição de serviços	TOTAL dos custos
		Horas	Valor médio hora	Horas	Valor Médio	Horas	Valor médio Vereação	Horas	Valor Médio Câmara Municipal	Valor médio Assembleia Municipal		
1. Elaboração do regulamento	2	50 h	16 €									1.591 €
1.1. Aprovação do regulamento por parte da chefia	1			15 mim	29 €							7 €
1.2. Aprovação pela Vereação	1					15 mim	38 €					9 €
1.3. Deliberação pelo órgão autárquico executivo	11							30 mim	38 €			208 €
1.4. Deliberação pelo órgão autárquico deliberativo	33							30 mim		38 €		625 €
2. Proposta de lançamento do prémio, envio de convite aos elementos do júri. Aquisição de serviços. Intervenção da Divisão Licenciamentos, Atividades Económicas e Projetos Participados, do Gabinete da Comunicação e Modernização Administrativa e Divisão Financeira e de Aprovisionamentos	6	15 h	16 €									1.432 €
3. Aquisição de prémios												
3.1. Aquisição de 4 troféus e 4 caixas de transporte											444 €	444 €
3.2. Elaboração de diplomas	1	1h	16 €									16 €
4. Apreciação técnica pelos serviços das candidaturas apresentadas e eventual aperfeiçoamento de candidatura	1	15h	16 €									239 €
5. Reunião de júri (inclui acompanhamento técnico e administrativo com a participação de técnicos, chefia e vereador(a))	3	3h	16 €	3h	29 €	3h	38 €					248 €
6. Divulgação, comunicação dos premiados e realização de evento	5	10h	16 €									796 €
Sub-total											444 €	5.616 €
Custo total do procedimento												6.060 €
Notas:												
1. os valores apresentados não incluem IVA à taxa legal em vigor, nem qualquer outro imposto legalmente devido.												
2. Os elementos do júri não são remunerados.												



CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece as regras e condições que regem a atribuição do Prémio de Distinção Empresarial do Município de Odivelas.

Artigo 2.º

Objetivo

O Prémio de Distinção Empresarial do Município de Odivelas tem como principal objetivo distinguir, estimular e reconhecer o mérito e iniciativas empresariais potencialmente geradoras de riqueza que contribuam para a resolução de problemas sociais e económicos, e ao mesmo tempo para uma sociedade mais dinâmica, onde as gerações futuras consigam aproveitar as oportunidades, para criar as mudanças, bem como, iniciativas que tenham contribuído para gerar emprego, investimento, inovação, projeção, prestígio e preservação do meio ambiente.

Artigo 3.º

Entidade organizadora

O Prémio de Distinção Empresarial é organizado pelo Município de Odivelas, através da unidade orgânica responsável pelas atividades económicas a qual deve zelar pelo cumprimento do presente regulamento.

Artigo 4.º

Periodicidade

A atribuição do Prémio de Distinção Empresarial do Município de Odivelas tem uma periodicidade anual.

Artigo 5.º

Destinatários

Podem candidatar-se ao prémio todos os empresários que desenvolvam uma atividade industrial, comercial, prestação de serviços ou profissão liberal, independentemente da sua natureza jurídica, desde que tenham a sua sede ou desenvolvam a sua atividade económica no Concelho de Odivelas.



CAPÍTULO II

Dos prémios

Secção I

Prémios e categorias

Artigo 6.º

Prémios

O Prémio de *Distinção Empresarial do Município de Odivelas* consiste na atribuição de:

- a) Troféu, ao primeiro classificado de cada categoria;
- b) Certificado para cada uma das menções honrosas, caso existam.

Artigo 7º

Categorias

1. O Prémio de Distinção Empresarial é atribuído em quatro categorias diferentes:

- a) Carreira;
- b) Criação de Emprego;
- c) Empreendedorismo e Inovação;
- d) Responsabilidade social.

2. A categoria “Carreira” distingue o empresário que, independentemente da dimensão da sua empresa, se tenha destacado, ao longo dos anos, por assinaláveis serviços prestados ao setor empresarial local.

3. A categoria “Criação de Emprego” distingue a candidatura que ao longo do ano transato tenha assinalado o maior aumento líquido de postos de trabalho no concelho.

4. A categoria “Empreendedorismo e Inovação” distingue as empresas que identificaram a inovação como oportunidade de crescimento e competitividade. Entende-se por inovação a implementação de uma nova ou significativa melhoria no método de produção, num novo produto, método organizacional ou de marketing, com o objetivo de reforçar a sua posição competitiva, aumentar o seu desempenho ou o seu conhecimento.

5. A categoria “Responsabilidade social” distingue ações de âmbito nacional, regional ou local nas áreas social, científica, ambiental, cultural, desportiva, educacional ou familiar que promovam e incentivem o empreendedorismo, bem como, visa distinguir políticas e iniciativas ecológicas que procurem melhorar a eficiência dos recursos energéticos. Serão consideradas



iniciativas que vão para além do cumprimento mínimo da legislação relevante ao contexto em que a organização realiza a sua atividade.

6. A Comissão de avaliação, considerando o mérito das candidaturas apresentadas pode deliberar atribuir menções honrosas em cada uma das categorias.

7. A Comissão de avaliação pode considerar, por não estarem reunidas todas as condições necessárias, ou caso as candidaturas não atinjam a pontuação mínima de 50%, não atribuir prémios em algumas das categorias

Secção II

Critérios de atribuição

Artigo 8º

Prémio Distinção Empresarial - categoria “Carreira”

1. Para a atribuição do prémio distinção empresarial, categoria *Carreira* serão considerados os seguintes critérios e ponderações:

1.1 Percurso de vida no setor empresarial (70%), distribuídos do seguinte modo:

- a) Atitude empreendedora demonstrada (30%);
- b) Número de anos de atividade no exercício da atividade empresarial (20%);
- c) Ética e ações de responsabilidade social em que esteve envolvido (15%);
- d) Atividades/negócios em que esteve ou tem estado envolvido (5%);

1.2. Geração de valor e dignificação da imagem do Concelho de Odivelas (30%), considerando a promoção do bom nome do Concelho através dos seus produtos ou serviços.

2. O prémio será atribuído ao empresário que tenha obtido a maior classificação como resultado da aplicação da seguinte fórmula

$$PC = (pc1 \times 0,7) + (pc2 \times 0,3)$$

2

Em que:

pc1 = Percurso de vida no setor empresarial - Resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$pc1 = \frac{(0,3 \times a) + (0,2 \times b) + (0,15 \times c) + (0,05 \times d)}{4}$$

pc2 = Geração de valor e dignificação da imagem do Concelho de Odivelas



3. Às variáveis de pc1 e pc2 aplica-se a seguinte grelha de correspondência:

Para quantificar as alíneas a), c), d) e pc2:

0	1	2	3	4	5
Não aplicável	Nada relevante	Pouco relevante	Relevante	Muito relevante	Excecional

Para a quantificar a alínea b):

1	2	3	4	5
até 5 anos	≥ 6 e ≤ 10 anos	≥ 11 e ≥ 15 anos	≥ 16 e ≤ 20 anos	mais 21 anos

Artigo 9º

Prémio Distinção Empresarial - categoria “Criação de Emprego”

1. Para a atribuição do prémio distinção empresarial, categoria *Criação de Emprego* será considerado a criação líquida de emprego.

2. O prémio será atribuído atendendo ao resultado obtido da aplicação da seguinte fórmula:

$$PE = N.^{\circ} \text{ de postos de trabalho em 31 dezembro de } n - N.^{\circ} \text{ de postos de trabalho em 31 de dezembro de } n-1$$

Sendo que:

n representa o ano do concurso

n-1 representa o ano anterior do concurso

Artigo 10º

Prémio Distinção Empresarial - categoria “Empreendedorismo e Inovação”

1. Para a atribuição do prémio distinção empresarial, categoria *Empreendedorismo e Inovação* serão considerados os seguintes critérios e ponderações:

- a) Características empreendedoras/inovadoras do produto/serviço para os clientes (35%);
- b) Características empreendedoras/inovação no processo de produção/serviço (35%);
- c) Impacto potencial do produto/serviço na comunidade, representando uma mais-valia em determinada localidade (20%);
- d) Capacidade de geração de emprego (10%).

2. O prémio será atribuído à candidatura que tenha obtido a maior classificação como resultado da aplicação da seguinte fórmula:

$$PEEI = \frac{(0,35 \times a) + (0,35 \times b) + (0,2 \times c) + (0,1 \times d)}{4}$$



3. Às variáveis previstas no número 1 do presente artigo, aplica-se a seguinte grelha de correspondência:

0	1	2	3	4	5
Não aplicável	Nada relevante	Pouco relevante	Relevante	Muito relevante	Excecional

Artigo 11º

Prémio Distinção Empresarial – categoria “Responsabilidade Social”

1. Para a atribuição do prémio distinção empresarial, categoria *Responsabilidade Social* serão considerados os seguintes critérios e ponderações:

- Número de pessoas beneficiadas por projeto (40%);
- Percentagem do valor do investimento afeto ao(s) projeto(s) de responsabilidade social face ao lucro da empresa (30%);
- Periodicidade do(s) projeto(s) que a empresa desenvolve no Concelho de Odivelas (20%);
- Número de projetos desenvolvidos no Concelho de Odivelas (10%);

2. O prémio será atribuído à candidatura que tenha obtido a maior classificação como resultado da aplicação da seguinte fórmula:

$$PRS = (a \times 0,4) + (b \times 0,3) + (c \times 0,2) + (d \times 0,1)$$

4

3. Às variáveis previstas no número 1 do presente artigo, aplica-se a seguinte grelha de correspondência:

Para a quantificar a alínea a):

1	2	3	4	5
≤ 3 pessoas	≥ 4 a ≤ 10 pessoas	≥ 11 e ≤ 20 pessoas	≥ 21 e ≤ 30 pessoas	≥ 31 pessoas

Para a quantificar a alínea b):

1	2	3	4	5
≤1%	≥1% a 1,5%	≥1,6% a 2%	≥2,1% a 3%	≥ 3%

Para a quantificar a alínea c):

1	2	3	4	5
1 a 12 vezes	13 a 60 vezes	61 a 100 vezes	101 a 200 vezes	>201 vezes



Para a quantificar a alínea d):

1	2	3	4	5
1 projeto	2 projetos	3 a 4 projetos	5 a 6 projetos	≥ 7 projetos

Artigo 12º

Critério de desempate

Como resultado da aplicação dos critérios previstos nos artigos 8.º, 9.º 10.º e 11.º, do presente regulamento, se verifique uma situação de igualdade de pontuação entre candidaturas, a comissão de avaliação apreciará a qualidade das candidaturas apresentadas, ao esforço financeiro suportado e ao facto de não terem vencido qualquer prémio em anos transatos ou qualquer outro critério que considere relevante, devendo fundamentar em ata a sua escolha.

CAPÍTULO III

Do Processo de candidatura

Secção I

Artigo 13º

Candidatura

1. O aviso de abertura e prazo de apresentação de candidaturas ao Prémio Distinção Empresarial será divulgado por edital, a publicar nos sítios de costume, na página oficial da entidade organizadora – www.cm-odivelas.pt e divulgado pelos meios de comunicação considerados adequados.
2. A candidatura deverá ser submetida através de formulário próprio (Anexo I), disponível no sítio oficial da entidade organizadora – www.cm-odivelas.pt.

Artigo 14º

Documentação

1. Os documentos listados no ponto 7 do formulário são de junção obrigatória e em função da natureza do prémio a que se candidata.
2. Os documentos cedidos no âmbito da atribuição deste prémio por parte dos candidatos irão ser colocados à disposição da comissão de avaliação para efeitos de análise das mesmas.



3. As candidaturas poderão ser acompanhadas de um vídeo de apresentação, com duração máxima de um minuto, em que os candidatos expõem as razões da sua candidatura.
4. Todo o material apresentado no âmbito deste prémio será conservado pelo Município de Odivelas.

CAPÍTULO IV

Funcionamento

SECÇÃO I

Comissão de avaliação

Artigo 15.º

Nomeação da comissão de avaliação

A Comissão de avaliação é composta por um número ímpar de elementos de reconhecida competência e idoneidade, a serem designados pelo(a) Presidente da Câmara Municipal no edital de abertura de procedimento de candidatura.

Artigo 16.º

Competências da comissão de avaliação

1. A comissão de avaliação acompanha o procedimento de atribuição dos prémios de Distinção Empresarial, em conformidade com o disposto no presente regulamento.
2. Compete, em especial, à comissão de avaliação:
 - a) Garantir o rigor e a transparência de todo o procedimento relacionado com a atribuição dos prémios;
 - b) Interpretar e aplicar os critérios de avaliação da atribuição das diversas categorias;
 - c) Solicitar quaisquer elementos complementares, sempre que julgue necessários para análise das candidaturas;
 - d) Selecionar a candidatura vencedora, por maioria simples dos seus membros.



Artigo 17.º

Ata

1. A comissão de avaliação deve fundamentar todas as suas decisões e apresentar uma ata de avaliação contendo as propostas de atribuição dos prémios, a submeter para homologação ao/a Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ou em quem este delegar.
2. A ata referida no número anterior será assinada por todos os membros da comissão de avaliação.

SECÇÃO II

Processo de atribuição dos prémios

Artigo 18.º

Processo de decisão

1. A unidade orgânica prevista no artigo 3.º do presente regulamento, comunica, no prazo máximo de três dias, por correio eletrónico, aos candidatos a decisão da comissão de avaliação, para estes, querendo, no prazo de cinco dias, apresentar contestação fundamentada da decisão da comissão de avaliação.
2. Decorrido o prazo previsto no número anterior, compete a/ao Presidente da Câmara Municipal ou a quem este tenha delegado, homologar a proposta de decisão apresentada pela comissão de avaliação.

Artigo 19.º

Atribuição e entrega dos prémios

A entrega dos prémios ocorrerá em data a definir pelo(a) Presidente da Câmara Municipal, e será comunicada por correio eletrónico a todos os participantes com uma antecedência mínima de cinco dias.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Artigo 20.º

Dúvidas e omissões



A atribuição dos prémios rege-se pelo presente regulamento e, no omissso, pelo Código do Procedimento Administrativo, cabendo à comissão de avaliação a interpretação, aplicação e resolução de eventuais lacunas do presente regulamento.

Artigo 21.º

Prazos

Os prazos constantes do presente regulamento contam-se nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 22.º

Norma revogatória

É revogado o regulamento “Prémio de Distinção Empresarial – Regulamento e Formulário de Candidatura”, deliberado na 19.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 3 de outubro de 2012, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 19/2012, de 16 de outubro e aprovado pela Assembleia Municipal de Odivelas, na 16.ª sessão ordinária de 25 de outubro de 2012, publicado no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 20/2012, de 30 de outubro.

Artigo 23.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte após a data da sua publicação.



Anexo



(A preencher pelos serviços)

Nº. Candidatura _____

Data de Entrada ____/____/____

Formulário de Candidatura

Prémio de Distinção Empresarial

1. Candidatura

Assinale com uma cruz o(s) prémio(s) a que se candidata:

☐

Carreira (Preenchimento obrigatório dos quadro de informação 2, 3 e 7);

☐

Criação de Emprego (Preenchimento obrigatório dos quadro de informação 2, 4 e 7);

☐

Empreendedorismo e Inovação (Preenchimento obrigatório dos quadro de informação 2, 5 e 7).

☐

Responsabilidade social (Preenchimento obrigatório dos quadro de informação 2, 6 e 7).

Nome do proponente da candidatura: _____

Contatos:

Telefone:

E-mail:

2. Identificação da Empresa

Designação:

Domicílio fiscal:

Código postal: ____ - ____ Localidade: _____

Website:



Tlf / Tlm: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Data de constituição: _____ CAE: _____

A empresa tem algum tipo de certificação?

Sim ☐

Não ☐

a) No caso de ter respondido afirmativamente, indique a natureza da certificação:

Como é que vê a sua empresa (Máximo de 100 palavras, aproximadamente 10 linhas):

(.....)

3. Prémio Carreira

(Aplicável apenas ao Prémio Carreira)

Nome do candidato: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ - _____ Localidade: _____

Tlf / Tlm: _____ E-mail: _____

Data de nascimento: _____ / _____ / _____

Nº do B.I. ou C.C.: _____

Cargo do candidato na organização: _____

Breve histórico da carreira do candidato:

(Faça menção aos seguintes aspetos: atividades/negócios em que tem estado envolvido, atitude empreendedora, número de anos no exercício da atividade empresarial, sentido de ética e ações de responsabilidade social, e relação/envolvimento com o mercado – interno e externo, Máximo de 100 palavras, aproximadamente 10 linhas):

(.....)



Que contributos têm sido dados para a geração de valor e para a projeção da imagem do Concelho.

(Faça menção aos seguintes aspetos: reinvestimento na atividade, promoção do bom nome do Concelho de Odivelas através dos seus produtos/serviços ou imagem. Máximo de 100 palavras, aproximadamente 10 linhas):

(.....)

Quais são as razões pelas quais a carreira deve ser distinguida? (Máximo de 20 palavras, aproximadamente 2 linhas):

(.....)

4. Prémio Criação de Emprego

(Preenchido de acordo com a declaração de remunerações da Segurança Social e aplicável apenas ao Prémio Criação de Emprego)

Número de postos de trabalho:

Número de postos de trabalho a 31 de Dezembro do ano n-1:

Número de postos de trabalho a 31 de Dezembro do ano n:

5. Prémio Empreendedorismo e Inovação

(Aplicável apenas ao Prémio Inovação)

Assinale a categoria a que se candidata:

☐

Produto

☐

Serviço

☐

Outro. Qual: _____

Descreva as características empreendedoras/inovadoras do produto/serviço (Máximo de 100 palavras, aproximadamente 10 linhas):

(.....)

Descreva em que consiste a inovação no processo de produção/serviço (Máximo de 100 palavras, aproximadamente 10 linhas):

(.....)



Qual o impacto potencial do produto/serviço na comunidade. Em que consiste a mais-valia em determinada localidade?

(.....)

Qual o impacto económico, social e ambiental do seu produto/serviço no setor de atividade?

(.....)

Quantos postos de trabalho têm previsto criar ou criou?

(.....)

Qual o potencial de internacionalização do seu produto/serviço?

(.....)

A empresa recebeu já algum prémio de reconhecimento com o produto ou serviço que candidata?

Sim ☐

Não ☐

Se respondeu sim:

Que prémio foi atribuído? _____

Foi atribuído por que entidade? _____

6. Prémio Responsabilidade Social

Assinale em que área da responsabilidade social se candidata:

☐

Ambiental

☐

Cultural

☐

Comunidade/ social

☐

Desportiva

☐

Científica

☐

Educacional ou familiar

A empresa segue algum referencial ou tem algum tipo de certificação em termos de responsabilidade social?

☐

Sim. Qual: _____

☐

Não



Breve descrição do(s) projeto(s) de responsabilidade social que a empresa desenvolve
(Máximo de 100 palavras, aproximadamente 10 linhas):

(.....)

Projetos	Duração/Frequência	Número de beneficiários	Montante do projeto (euros)

7. Documentação Necessária

- ☐ Cópia do B.I. ou C.C. do requerente;
- ☐ Cópia do Cartão da Empresa;
- ☐ Curriculum Vitae do candidato;
- ☐ Extrato da Declaração de Remunerações da Segurança Social referente ao ano n-1 (aplicável apenas ao prémio criação de emprego);
- ☐ Extrato da Declaração de Remunerações da Segurança Social referente ao ano n (aplicável apenas ao prémio criação de emprego);
- ☐ Relatório de sustentabilidade (aplicável apenas ao prémio responsabilidade social, caso a empresa o produza);
- ☐ Declaração da entidade beneficiária/beneficiários do montante recebido no âmbito da responsabilidade social (aplicável apenas ao prémio responsabilidade social)
- ☐ Vídeo de apresentação;
- ☐ Declaração do valor do(s) investimento(s) afeto ao(s) projeto(s) de responsabilidade social face ao lucro da empresa
- ☐ Certidão de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária
- ☐ Outros. Quais?



Declaração:

_____(nome) _____
(cargo/função), declara que são verdadeiras todas as informações constantes na presente candidatura e que tomou conhecimento do Regulamento que rege o procedimento de atribuição dos prémios de distinção empresarial.

Odivelas, _____

O responsável pela candidatura

(assinatura)

Os presentes dados irão ser objeto de tratamento informático, tendo o candidato direito de informação nos termos do nº 1 e 2 do art. 10º da Lei nº 67/98, de 26/10 - Lei da Proteção de Dados Pessoais.

8. Notas Explicativas

- a) O presente formulário pode ser fotocopiado para preenchimento;
- b) Os campos devem ser preenchidos com letra *Arial 10*;
- c) Os campos referentes à identificação da empresa são de preenchimento obrigatório;
- d) Os documentos listados são de junção obrigatória, em função da natureza do prémio a que se candidata.